

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO**

**Makchwell Coimbra Narcizo**

**A NEGAÇÃO DA SHOAH NA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DOS  
TRABALHOS “NEGACIONISTAS” ENQUANTO HISTÓRIA E O  
PROBLEMA DA ADMINISTRAÇÃO DA MEMÓRIA**

**GOIÂNIA**

**2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO**

**Makchwell Coimbra Narcizo**

**A NEGAÇÃO DA SHOAH NA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DOS  
TRABALHOS “NEGACIONISTAS” ENQUANTO HISTÓRIA E O  
PROBLEMA DA ADMINISTRAÇÃO DA MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Linha de Pesquisa:** Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior

**GOIÂNIA**  
**2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**GPT/BC/UFG**

Narcizo, Makchwell Coimbra.

N222n        A negação da shoah na História [manuscrito]: uma análise dos trabalhos "Negacionistas" enquanto História e o problema da administração da Memória / Makchwell Coimbra Narcizo. - 2012.

155 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.

Bibliografia.

1. Holocausto judeu (1939-1945). 2. Negação do Holocausto. 3. Memória. I. Título.

CDU: 94(100)"1939-1945"

MAKCHWELL COIMBRA NARCIZO

A NEGAÇÃO DA SHOAH NA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS  
“NEGACIONISTAS” ENQUANTO HISTÓRIA E O PROBLEMA DA ADMINISTRAÇÃO  
DA MEMÓRIA

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de  
História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em  
História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de 2012 pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior  
Universidade Federal de Goiás – UFG  
Presidente

---

Prof. Dr. José Antonio Vasconcelos  
Universidade de São Paulo  
Titular

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Fabiana de Souza Fredrigo  
Universidade Federal de Goiás – UFG  
Titular

---

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais  
Universidade Federal de Goiás – UFG  
Suplente

Para todos que se enxergam em meus passos.

Agradeço ao Deus uno universal, indivisível, inominável, indescritível, inenarrável, indizível, e às vezes inacreditável. Sempre o vejo em meus passos tortuosos.

A minha mãe que sempre acreditou e acredita em mim.

Agradeço a minha irmã “neguinha”, apesar de saber que é difícil agradecer ao amor verdadeiro.

Ao meu pai que com o suor de seu trabalho sempre esteve disposto a me ajudar.

Ao grande Carlos Oiti Berbert Júnior, por esses seis anos de orientação, cobranças, confiança, cobranças, amizades e cobranças.

Aos professores que me ensinaram demais em disciplinas excelentes:

Libertad com sua elegância que encanta e dá inveja, encanta porque é impossível não se encantar e inveja por não ter um dom nato de maestria tão perfeito.

Fabiana, tão marcantemente presente em meu trabalho, a vejo em inúmeras páginas aqui, com seu entusiasmo por minha pesquisa que até mesmo eu às vezes não tinha.

Cristiano, com sua dedicação, conhecimento e serenidade espantosa.

Noé, com sua sinceridade intelectual, profissionalismo e conhecimento que nos faz entender o quanto é bom, termos aulas com os melhores. E, é claro, uma inspiração para quando “crescer”.

Eugênio, que tão bem ouve e pontua o necessário.

Ao professor José Antonio Vasconcelos que de maneira sempre muitíssimo educada aceitou participar da avaliação do presente trabalho e tudo que decorre disso.

Agradeço aos amigos do mestrado, Tiagão Capitão, Spiga, Geovana, Cláudio, Eurimar, Cristiano, Cleuza, Einstein e José Luiz.

Não poderiam faltar os amigos que estão na graduação, graças a vocês pude tomar algumas cervejas e conversar de algo que não fosse minha pesquisa. Povo do mestrado é chato demais.

Aos amigos da minha vida, que não são os mais inteligentes, tampouco os mais bonitos, nem mesmo os mais espertos... mas que são sem dúvidas os melhores, que me suportam e sem dúvidas fazem minha vida bem melhor.

Ao Curva de Rio Futebol Clube. Pelos rachas de pura falação e pouca habilidade, pelo Cartola e chats desestressantes. Também pelos títulos conquistados e a conquistar. Desde os puxas aos “intelectuais”, amigos para a vida toda.

Aos amigos vilanovenses, todos eles.

Ao Vila Nova Futebol Clube, parte importante por demais em minha vida... que está impregnado em minha alma.

Agradeço, aos meus mestres imortais, agradeço por me perdoarem por ter estado tão distante nos últimos tempos. Dostoievski, Tolstói, García Marques, Carpentier, Neruda, Goethe, Kafka e a todos os outros.

Prometo estreitar nosso relacionamento nos próximos meses.

Agradeço grandemente a mim, por todo esforço, dedicação e abdições no decorrer do mestrado e na dolorosa, mas satisfatória confecção deste trabalho. Afinal, continuo sendo a única chance que tenho na vida.

“Você não pode dizer isso. Ninguém pode representar o que aconteceu aqui. Impossível, ninguém pode entender isso. E eu, agora... eu creio que não estou aqui.”  
Simon Srebnik

## RESUMO

A shoah (holocausto) é um evento marcante em nossa contemporaneidade, isso se dá por conta da maneira como fora desenvolvida e especialmente por seus resultados. A humanidade se deparou com uma barbárie que imaginava não fosse possível no mundo moderno, gerando a desarticulação de bases sustentadoras do período em questão. Por isso, exigiu que balizadores do conhecimento como a Filosofia, História, Teologia, Direito e até mesmo a Arte fossem repensados.

O evento em questão gera uma reflexão sobre a capacidade de a História apreender fenômenos ocorridos no passado de uma forma relevante para o presente. Envolvendo questões teóricas e práticas do trabalho do historiador, que vão desde as formas como esse trabalho é feito às suas motivações.

Em meio ao trauma que a shoah suscita e as dificuldades que essa traz ao campo historiográfico está a importante questão dos usos da História. Uma luta visando à administração da história e da memória da shoah está em pleno desenvolvimento, nela ganha destaque os Negacionistas da shoah, grupo que alega que o referido evento não tenha ocorrido.

O presente trabalho visa ser uma análise da tentativa dos Negacionistas de administrarem a história da shoah, sua memória e a utilização que fazem da História, tal como a validade de seus trabalhos enquanto história. Para tal, serão averiguadas algumas obras dos principais autores Negacionistas, Paul Rassinier e Robert Faurisson, e, também outros autores importantes do grupo como: Mark Weber, David Irving e Arthur Butz.

### **Palavras-chave**

Shoah; Negacionistas; História; Memória.

## **ABSTRACT**

The shoah (holocaust) is a remarkable event in our contemporaneity, especially by the way it was developed and for its results. The humanity faced a barbarity that never thought was possible in modern world, generating the disarticulation of lifting bases of the period in question. Therefore, demanded that markers of knowledge such as Philosophy, History, Theology, Laws and even the Art were rethinking.

The event in question generates a reflection on the capacity of History to apprehend phenomenon occurred in the past for a relevant form to the present. Involving theoretical and dynamics questions of the historiographer work, which goes since the way this work is made to its motivations.

Between the trauma that shoah evokes and difficulties that it brings to Historiographical field is the important question of the use of History. One battle aiming the administration of history and shoah's memory is in full development, in it is highlighted the Negationists of shoah, group that alleges that the cited event has not occurred.

The present work aims to be an analysis of Negationists attempts to administrate the history of shoah, its memory and how they use History, as the authenticity of their work while history. For such fact, some work of main Negationists authors such as Paul Rassinier and Robert Faurisson will be inquired, also other important authors of the group as: Mark Weber, David Irving and Arthur Butz.

### **Key Words**

Shoah; Negationists; History; Memory.

## SUMÁRIO

<b>Considerações iniciais</b> .....	12
-------------------------------------	----

### Capítulo I

<b>A shoah: problemas e definições</b> .....	25
--	----

1.1 – Palavra por palavra .....	25
---------------------------------	----

1.1.1 – Genocídio; Holocausto; Churban; Shoah .....	26
---	----

1.1.2 – Solução Final .....	31
-----------------------------	----

1.1.3 – Auschwitz .....	32
-------------------------	----

1.2 – O lugar da shoah .....	34
------------------------------	----

1.3 – Por uma definição de História .....	41
---	----

1.4 – Intencionalistas, Funcionalistas e os Negacionistas .....	45
---	----

1.5 – Representação da shoah: limites e possibilidades .....	49
--	----

1.6 – Narrando o inenarrável: sobre as dificuldades de uma narração da shoah .....	66
--	----

### Capítulo II

<b>Uma leitura dos trabalhos Negacionistas em História</b> .....	79
--	----

2.1 – Uma apresentação da obra de Paul Rassinier e Robert Faurisson .....	80
---	----

2.1.1 – A Mentira de Ulisses de Paul Rassinier .....	80
--	----

2.1.2 – Robert Faurisson .....	87
--------------------------------	----

2.2 – O The Journal Historical Review .....	90
---	----

2.2.1 – Mark Weber .....	95
--------------------------	----

2.2.2 – David Irving .....	99
----------------------------	----

2.2.3 – Arthur Butz .....	101
---------------------------	-----

2.3 – Os métodos utilizados .....	106
-----------------------------------	-----

2.3.1 – Paul Rassinier .....	106
------------------------------	-----

2.3.2 – Robert Faurisson .....	109
--------------------------------	-----

### Capítulo III

<b>Uma análise dos Negacionistas enquanto grupo organizado e sua relação com a História</b>	
---	--

.....	113
-------	-----

3.1– Sobre as intenções dos Negacionistas -----	113
3.2 – Negacionistas e o antissemitismo -----	115
3.3 – O caso Noam Chomsky -----	124
3.4 – Os Negacionistas e a administração da memória -----	132
<b>Considerações Finais -----</b>	<b>141</b>
<b>Referências -----</b>	<b>147</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A convicção de que tudo que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares comuns. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja. (Hannah Arendt)

A Segunda Guerra Mundial e suas implicações constituem-se em um dos eventos mais investigado, interpretado e debatido pela História. O que não diminui as dificuldades de tais abordagens, visto que elas são feitas justamente por se tratar de algo complexo e importante para nossa contemporaneidade.

Abordar a história do referido evento é desafiador por se tratar de algo traumático. A revelação dos campos nazistas fez com que a humanidade se deparasse com uma realidade inesperada. Tal realidade desafiadora explicitou a necessidade de novos critérios de interpretação do mundo, visto que os mecanismos disponíveis até então se tornaram insuficientes, dada a gravidade da situação. Fazendo com que a Política, História, Ética, Psicologia, Hermenêutica e até mesmo a Arte fossem repensadas.

Saul Friedländer (1992: 3), ressalta que, tal desafio tornou-se mais perceptível nas últimas décadas. Isso se dá porque houve uma remodelagem nas formas de averiguação que resultou em novas possibilidades e formas de se ver o período nazista e as implicações de sua política. Já na década de 1970, Cinema e Literatura começam abrir espaço para o que Friedländer chama de um “novo discurso”. Que resultou na década seguinte em acalorados debates sobre as novas interpretações da shoah.

Surgindo então, novas narrativas sobre o período e novas representações, explicitando fragilidades no que diz respeito à maneira como era feita a história do evento até então. Ao valorizar a estética, refletir sobre problemas intelectuais e tratar questões morais faz surgir a necessidade de se pensar acerca dos limites e possibilidades do conhecimento histórico, pois parecia que os limites de tal conhecimento estavam sendo testados. O que não

se restringe meramente ao estudo da shoah ou do período nazista, mas nos remete ao fazer História de um modo geral. O presente estudo é feito levando em consideração tais questões.

A isso, soma-se o mal estar que esta sendo provocado pelos Negacionistas da shoah. Grupo que cada vez mais procura agir dentro da História, buscando nela validade para suas conclusões. Os Negacionistas em sua tentativa de inserção na comunidade dos historiadores tentam desqualificar a história da shoah feita por autores que não compartilhem de suas conclusões.

Como os Negacionistas chegam a suas conclusões? E, como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico? São as indagações que guiarão as reflexões na presente pesquisa. Mas para isso, é necessário que antes haja uma apresentação de tal grupo. É, o que é feito a seguir.

Transgressão grosseira para Paul Ricoeur (2010: 268), transgressão brutal no entendimento de Saul Friedländer (1992: 03), um grande delírio devastador para Elisabeth Roudinesco (2010: 14), uma patologia segundo Pierre Vidal-Naquet (1988). Essas são algumas definições para os Negacionistas da shoah<sup>2</sup> dadas por autores conhecidos. Os Negacionistas constituem-se como grupo organizado e vem ganhando força desde a década de 1980; em sua empreitada procuram estabelecer-se como História, para isso procuram desqualificar toda história feita sobre a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, tal como desqualificar a forma tradicional como a História é feita e conseqüentemente o próprio conhecimento histórico.

A negação da shoah em uma forma organizada não ocorreu imediatamente ao término da Segunda Guerra Mundial. A negação do extermínio planejado de pessoas, especialmente judeus<sup>3</sup> durante a referida guerra ocorreu efetivamente em 1951<sup>4</sup> na segunda parte do livro *A mentira de Ulisses* (2003), de Paul Rassinier, um ex-interno dos Campos de Buchenwald e Dora que nega primeiramente a existência de câmaras de gás e posteriormente

---

<sup>2</sup> Sobre a opção por utilizarmos o termo shoah para se referir ao extermínio planejado de judeus e outras povos, tal como grupos específicos durante a Segunda Guerra Mundial será tratado de maneira pormenorizada no Capítulo I.

<sup>3</sup> Os Negacionistas negam que os nazistas e seus aliados tenham promovido extermínio planejado contra qualquer povo ou grupo durante a Segunda Guerra Mundial, entretanto, reservam os judeus seus principais esforços. Sobre o antissemitismo do grupo em destaque é separado um espaço no presente trabalho, a saber, o ponto 3.2: *Negacionistas e o antissemitismo*.

<sup>4</sup> Paul Rassinier escrevera a primeira parte do livro em 1948 e a segunda tem como término o ano de 1951. Entretanto, conseguiu que seu livro fosse publicado apenas em 1955, pelas editoras de extrema direita *Les Sept Couleurs* e *La Librairie Française*, essa última do conhecido antissemita H. Coston.

o extermínio. Um tempo relativamente longo se passou para que a tal afirmação chegasse ao grande público e para que se articulasse um grupo que fez (faz) da negação da shoah sua principal característica, tal como um tempo ainda mais longo se passou para que esse grupo reivindicasse um local na comunidade dos historiadores.

É na busca de caracterizar tal grupo, explicitar seus caminhos, demonstrar quais são suas reivindicações e a forma como eles buscam um espaço dentro da História que nos ocuparemos no presente momento. Tudo isso observando a seguinte indagação: como os Negacionistas chegam a suas conclusões? E, como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico?

Antes de buscar uma genealogia de tal grupo ou uma contextualização do espaço geográfico e temporal que permitiu que esse emergisse é necessário explicitar o porquê da opção por usar a expressão Negacionistas e não revisionistas, já que a segunda é a forma como eles se autodenominam.

Pierre Vidal-Naquet usa a expressão “revisionismo”, que aparece no subtítulo de seu livro *Assassinos da memória* (1988). É necessário destacar que o referido livro é uma coletânea de ensaios do próprio autor em resposta a tal grupo, especialmente a Robert Faurisson, ensaios esses que foram escritos no decorrer da década de 1980, quando ainda não havia sido cunhado o termo Negacionistas<sup>5</sup> para tratar o referido grupo.

Sobre a cunhagem do termo Negacionistas e o porquê, encontramos uma indicação em Elisabeth Roudinesco:

Henry Rousso forjou esse termo em 1987 para substituir o inadequado termo “revisionismo”. Cf. *Le syndrome de Vichy*, Paris, Seuil, 1987. O negacionismo não é uma revisão da história, como dizem seus adeptos, mas um discurso patológico que consiste em negar a existência do genocídio dos judeus e, mais precisamente, a das câmaras de gás. Observemos, aliás, que os Negacionistas não se interessam pelo extermínio dos doentes mentais, dos ciganos, das testemunhas de Jeová, o que mostra claramente que seu negacionismo é, principalmente, um antissemitismo. (ROUDINESCO, 2010: 173)

Notamos que o termo começou a ser empregado exatamente por conta da tentativa de tal grupo de se inserir na História. Assim sendo, a utilização do termo negacionismo em oposição a revisionismo é uma forma de problematizar a ação do referido grupo e sua tentativa de negar um evento histórico.

Negar um evento não significa revisar sua história. Defender que não existem provas suficientes para afirmar que João Calvino tenha ido à Genebra e que esse jamais

---

<sup>5</sup> *Négateurs de la Shoah*, como é conhecido na França.

escrevera a *Instituição da Religião Cristã* (1999) e que Martinho Lutero não passa de um mito e que a *Confissão de fé de Westminster* (1983) trata-se de um documento forjado, portanto falso, não é revisar a história da Reforma Protestante.

Com isso, não quer dizer que não exista uma revisão historiográfica legítima. Mas sim buscar analisar se tal grupo busca revisar a história da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos ou apenas negar um evento histórico inquestionável, a shoah. Pierre Vidal-Naquet (1988: 123), ao fazer uma historicização do termo “revisão” aponta alguns “revisões” importantes dentro da História, na medida em que esses buscam ser uma crítica às ortodoxias dominantes, como os revisionistas do processo de Alfred Dreyfus (1984) e os revisionistas em relação ao sionismo tradicional em Israel.

É consenso entre os historiadores que existe a necessidade de revisão constante em História. Não é a intenção de revisar um evento que faz com que tal grupo ganhe destaque, mas a forma como é feita. A revisão da história da shoah parte do pressuposto que o extermínio promovido pelos nazistas não tenha ocorrido. Por ser a negação do referido evento que faz com que o grupo ganhe destaque, opta-se por usar o termo Negacionistas para fazer referência ao grupo e a seus membros.

Buscando uma genealogia dos Negacionistas encontramos obviamente Paul Rassinier, que como expresso anteriormente foi quem primeiro negou as câmaras de gás a shoah em um livro. Entretanto, uma tímida articulação da negação da shoah já ocorria antes do livro do referido autor. Elisabeth Roudinesco aponta que:

É com Maurice Bardèche, cunhado de Robert Brasillach, antissemita, vichista anticomunista e antissionista, que começa em 1948, a história singular do negacionismo. Na sua forma inicial, esse discurso propõe uma representação da história que consiste não só em inverter seus significantes e suas causalidades, segundo o princípio de uma recusa idêntica à dos genocidas, mas em introduzir nessa inversão uma temática conspiracionista. (ROUDINESCO, 2010: 174)

Elisabeth Roudinesco aponta já em Maurice Bardèche uma estrutura argumentativa que virá ser o cerne dos argumentos negacionistas desde então, apontando que o negacionismo desde sua origem tem bases antissemitas e entusiásticas do regime nazista, o que acompanhará os Negacionistas em toda sua trajetória. Roudinesco prossegue em seu texto tratando a estrutura argumentativa de Bardèche:

[...] Assim, a libertação da França em 1944 é apresentada por Maurice Bardèche como um momento desastroso da história desse país. Enquanto Pétain, diz ele, visava proteger os judeus de uma perseguição da qual eles eram responsáveis, os aliados, ao contrário, lançaram o Ocidente no caos: torturaram as mulheres, cometeram estupros e massacraram as populações civis alemãs por meio de bombardeios abomináveis. Na tentativa de julgar os vencidos, depois de tê-los

assassinado ferozmente inventaram em Nuremberg um processo infame apoiando-se em depoimentos mentirosos. Assim teria surgido o mito do Holocausto, verdadeira impostura destinada a mascarar a realidade da nova dominação dos judeus sobre o mundo. (ROUDINESCO, 2010: 174)

Nota-se na fala de Elisabeth Roudinesco que na base do negacionismo com Maurice Bardèche e seu círculo existe um ressentimento com a derrota do III Reich, sendo seus argumentos nada mais que uma tentativa de defesa da continuação do regime vichysta. A negação dos crimes dos nazistas e seus aliados é nesse momento uma tentativa de contrapor o governo deposto com o governo de sua época, para isso fazem uso de uma argumentação que virá ser clássica entre os Negacionistas, o alinhamento com os “vencidos”.

Tais teses possivelmente não teriam tido nenhuma incidência historiográfica se não fosse à adesão de Paul Rassinier a elas, visto que é o referido autor que vem dar sustentação a essas teses e principalmente dar ressonância com um discurso melhor articulado.

Paul Rassinier, professor secundarista de Geografia e História em Belfort (Norte da França) na década de 1920, anarquista e socialista que participou da Resistência ao regime nazista fora preso pela GESTAPO, levado ao Campo de Buchenwald e posteriormente para Dora. Para Pierre Vidal-Naquet (1988: 60) “A glória de Rassinier foi a de ter sido o primeiro a expor de modo sistemático que não houve genocídio e a exonerar os nazistas da ‘horrrível e difamante acusação’”.

O mesmo Pierre Vidal-Naquet (1988: 55-64), aponta o que segundo ele são erros grotescos de Paul Rassinier no que diz respeito à forma com que esse trata os documentos, testemunhos e números. Vidal-Naquet assinala também que no período em que Paul Rassinier escreveu seus trabalhos, esses não foram recebidos com entusiasmo, o que veio ocorrer após sua morte em 1967.

O que interessa aqui é demonstrar que após sua morte, Paul Rassinier fora transformado em um herói pelos Negacionistas. Para o referido grupo o que Paul Rassinier fez não foi expor seus sentimentos de ex-acampado em um livro como era tradicionalmente feito, mas expôs afirmações com um elevado valor científico, trazendo aos Negacionistas um caráter científico, como afirma Serge Thion (THION, Apud VIDAL-NAQUET, 1988: 60). É por conta dessa suposta validação científica trazida por Paul Rassinier que o referido autor ganha importância em qualquer estudo que aborde os Negacionistas da shoah, pois desde então seus escritos e seu nome é um sustentáculo para esse grupo.

Sobre essa suposta validação científica promovida por Paul Rassinier em relação à negação da shoah, Elisabeth Roudinesco (2010: 175) afirma que a partir das afirmações do autor de que a história da Segunda Guerra Mundial é escrita pelos “vencedores”, que os comunistas se mostraram assassinos mais ativos que os nazistas e a forma como sustentou que ninguém nunca constatou a existência de câmaras de gás, a inversão de significantes e as causalidades das mortes, o método negacionista se tornou mais preciso.

Após a morte de Paul Rassinier o movimento cresceu, especialmente quando Pierre Guillaume criou a livraria *La Veieille Taupe*<sup>6</sup>. A referida livraria a princípio congregava um grupo de ultra esquerdistas pacifistas que buscava não se isolar, mas se inserir no ambiente de discussão do pós-guerra defendendo que o fascismo é um subproduto do capitalismo. Segundo Luis Milman (2000: 127), *La Veieille Taupe* era um grupo revolucionário independente que visava constituir uma crítica pontual do fascismo, sendo a livraria um ponto de encontro entre outras seitas de ultraesquerda como a *La Jeune Taupe*, *La Guerre Sociale*, *as facções Grupo Comuna de Kronstadt* e *Os Amigos de Potlasch*.

Para Pierre Vidal-Naquet uma mudança radical aconteceu na *La Veieille Taupe*:

Além disso, em 1970, *La Veieille Taupe* adere às teorias de Paul Rassinier, de onde tirará as deduções mais radicais. Para ela, não há qualquer especificidade hitlerista na galeria de tiranias modernas: os campos de concentração só poderiam ser campos de exploração no sentido econômico do termo, e conseqüentemente, os campos de extermínio não podem ter existido, pois, na boa lógica, não deveriam ter existido. (VIDAL-NAQUET, 1988: 181)

A adesão da *La Veieille Taupe* às teses negacionistas faz com que essa mude drasticamente sua postura. Para Luis Milman (2000: 127): “A *Velha Toupeira* cruza a linha da denúncia do antifascismo quando realiza a exterminação conceitual do genocídio.” É interessante essa adesão da esquerda às teses negacionistas, pois com a referida livraria os Negacionistas ganharam um importante aliado no que diz respeito à publicação de suas obras. Entretanto, não se deve perder de vista que o local natural da negação da shoah é a extrema direita.

Os Negacionistas tal como a *La Veieille Taupe* não passavam de pequenos grupos que disseminavam suas ideologias (dentre as quais a negação da shoah) através de panfletos e de um pequeno público, isso veio mudar com a adesão de Robert Faurisson às teses negacionistas.

---

<sup>6</sup> Inspirou-se em uma famosa frase de Hegel, retomada por Marx para designar a Revolução, e que lembra estranhamente a história do combate entre Jacó e o Anjo: “Parece amiúde que o espírito se esquece, se perde, mas internamente, ele está sempre em oposição a si mesmo. Ele é progresso interior – como diz Hamlet do espírito de seu pai: ‘Bravo, velha toupeira!’” (ROUDINESCO, 2010: 175, Nota 22).

Elisabeth Roudinesco (2010: 174) afirma que o caso do negacionismo mudou de fisionomia com a entrada de Robert Faurisson. Mas, por que existe essa mudança com a adesão de Robert Faurisson ao negacionismo? É que o referido autor era professor de uma importante universidade francesa, lecionava Literatura Francesa do Século XX e Crítica Literária Moderna na Universidade de Lyon II, sendo respeitado no ambiente acadêmico e intelectual.

Foi com Robert Faurisson que a negação da shoah atingiu o grande público. O referido autor publicou três artigos no respeitado periódico *Le Monde* em 1978, trata-se de: *O Problema das Câmaras de Gás e o Rumor de Auschwitz* (2000); *Uma Carta do Sr. Faurisson* (2000); *Uma Prova, uma Única Prova* (2000)<sup>7</sup>. O que outrora era distribuído de forma panfletária atinge o grande público, alcançando os grandes meios de comunicação os Negacionistas alcançam automaticamente o mercado editorial.

A busca pelos meios de comunicação não é algo acidental, como fica claro no seguinte trecho de Robert Faurisson por ocasião da escrita de seu *O Problema das Câmaras de Gás e o Rumor de Auschwitz*<sup>8</sup>:

Espero que finalmente o público descubra que os alegados massacres nas câmaras de gás, o alegado genocídio, compreende uma só mentira, desafortunadamente endossada até agora pela história oficial (a dos vencedores) e pelo poder colossal dos meios de comunicação. (FAURISSON, 1978, Apud MILMAN, 2004: 140)

Com Robert Faurisson os Negacionistas deixam de ser uma seita de esquina para buscar um lugar no mundo acadêmico e intelectual, buscando demonstrar que se adéquam a suas exigências. O referido autor consegue um feito importantíssimo, agregar a direita e a esquerda negacionista em torno de seu nome, que veio a ser o grande nome do grupo em destaque.

Desde o início da década de 1980 os Negacionistas organizam-se no interior de um instituto, o *Institut For Historical Review*, sediado em Torrance no Estado da Califórnia nos Estados Unidos da América<sup>9</sup>. O Instituto criou um poderoso centro editorial além de um importante jornal que conta com um público considerável, o *The Journal of Historical Review*, periódico esse que, publica desde textos de História a artigos políticos, contando com

<sup>7</sup> Ao fazermos referência no presente trabalho aos três artigos em questão, utilizaremos um texto publicado em 2000 no *The Journal of Historical Review* que reúne os três. Trata-se de *Three Letters from R. Faurisson to Le Monde (1978/1979)*, (2000).

<sup>8</sup> “O comentário foi feito numa carta distribuída aos jornais franceses, reproduzida no livro de Serge Thion *Verité historique ou verité plitique? Le dossier de l'affaire Faurisson. La question des chambres à gaz*. La Veille Taupe, Paris, 1980.” (MILMAN, 200: 124).

<sup>9</sup> Visto que negar a shoah é crime em diversos países da Europa, tal como França, Suíça, Alemanha e Inglaterra.

uma marcante conotação antissemítica e, é claro, tendo como base principal a negação da shoah. O *Institut For Historical Review* promove bienalmente um importante congresso que tem como objetivo principal propagar que a shoah é um “mito” criado pelos “vencedores” da Segunda Guerra Mundial. É importante ressaltar que o congresso negacionista, tal como o jornal e o próprio instituto conta com a certificação da *American Historical Association*.

Paul Rassinier e Robert Faurisson são os nomes mais conhecidos entre os Negacionistas, sendo o último o autor mais celebrado entre os negadores da shoah após a morte de Rassinier. Mas outros nomes também merecem destaque.

O historiador inglês David Irving é o autor mais respeitado entre os Negacionistas após os dois autores referenciados. Trata-se de um conhecido nazista inglês autor do livro *A Guerra de Hitler*, livro que procura relativizar a culpa de Adolf Hitler no que diz respeito à shoah, portanto, não se trata de um livro negacionista. Para Luis Milman (2000: 133), a adesão de David Irving ao negacionismo ocorre apenas em 1988 quando o referido autor publica a introdução de *Lauchter Report*, um relatório pretensamente científico de autoria de um engenheiro que se dizia especialista em instalações de câmaras de gás para sentenciados à morte nos Estados Unidos da América, no qual, defende a impossibilidade das mortes por “gaseamento” nos campos nazistas. Já em 1992, David Irving apresenta suas próprias teses negacionistas em uma conferência proferida no *Institut For Historical Review*. Para Luis Milman (2000: 134), apesar do respaldo que o nome de David Irving traz aos Negacionistas, suas teses são as mesmas de Paul Rassinier e Robert Faurisson.

O fato de David Irving<sup>10</sup> ganhar local de destaque ao lado de Robert Faurisson é simples, dentre os principais nomes do negacionismo apenas os dois tinham um trabalho de certa relevância no ambiente acadêmico antes de se tornarem Negacionistas, visto que a maioria dos autores que negam a shoah são autores que não são especialistas em História ou crítica documental. Por esse motivo não é dada importância central a Arthur Butz, outro nome bastante respeitado entre os Negacionistas, estadunidense professor de Ciência da Computação em uma pequena universidade de Illinois é um propagador das ideias de Paul Rassinier e Robert Faurisson.

---

<sup>10</sup> Em 1996 David Irving moveu uma ação judicial contra a historiadora estadunidense Deborah Lipstadt, Irving alegava que o livro *Denying the Holocaust* (1993) teria abalado sua reputação e prejudicado sua carreira como historiador independente e conferencista. Em abril de 2000 a historiadora foi absolvida e David Irving ainda teve que pagar uma indenização a ela por calúnia e difamação.

Na mesma linha de Arthur Butz encontram-se os franceses Roger Garaudy e Henry Roques e o estadunidense Mark Weber. Roger Garaudy depôs como testemunha de defesa no julgamento de Klaus Barbie alegando que as deportações feitas por Barbie não poderiam culminar em extermínio simplesmente porque pessoas não foram exterminadas. O referido autor é o negacionista mais lido no mundo árabe, sendo seu livro de maior destaque *Os Mitos Fundadores da Política Israelense*<sup>11</sup> (1995), no qual defende que a gênese oligárquico-judaica do mito da shoah é o mito fundador do Estado de Israel é um *best seller* nos países islâmicos.

Henry Roques é um engenheiro que chegou a doutorar-se em Letras na Universidade de Nantes, após ter sua tese reprovada pela Universidade de Paris IV, com uma tese sobre os diários de um oficial das SS que fazia visitas esporádicas aos campos de extermínio poloneses. Teve o Título caçado pelo Ministério da Educação da França um ano depois sob a acusação de desonestidade e fraude documental (MILMAN, 2000: 126-132).

Já Mark Weber, é um historiador estadunidense com mestrado em História pela Universidade de Bloomington em Indiana (1977). Escreveu mais de cem artigos tratando da temática da shoah. O que ganha destaque na carreira negacionista de Mark Weber é o fato de esse ter sido editor do *The Journal of Historical Review* de abril de 1992 a março de 2000. O referido autor sempre foi ligado a grupos neonazistas nos Estados Unidos da América, encontrando no *The Journal of Historical Review* um excelente local para propagar seu ódio racial e antissemitismo.

A esses autores Luis Milman (2004: 141) acrescenta um grupo de neonazistas Negacionistas conhecidos, no caso dos Estados Unidos da América: Willis Carlo e Bradley Smith e no caso da Alemanha Detlieb Felderer e Ernst Zundel, esse último autor do livro *O Hitler que nós amamos*. No caso brasileiro os Negacionistas mais conhecidos são Siegfried Ellwanger e Sérgio Oliveira.

Ao abordarmos os Negacionistas é interessante que seja feita uma tentativa de esclarecimento sobre o que permitiu o surgimento, a proliferação e principalmente a consolidação desse grupo. Não se trata apenas de saber como tal grupo surgiu, mas uma abordagem acerca do terreno que permitiu que as teses negacionistas fecundassem.

---

<sup>11</sup> Roger Garaudy é uma espécie de mártir do movimento negacionista, isso visto que fora condenado a um ano de prisão e a multa de 60 mil Francos por ocasião da publicação do referido livro. Tal condenação se dá por conta da *Ley Gayssot*, vigente desde 1990, quando fora aprovada pela Assembleia Nacional da França. A lei visa punir a propaganda e a manifestação pública de contestação do extermínio promovido pelos nazistas e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial, caracterizando tais ações como incitação ao ódio racial.

O conturbado contexto no pós-guerra na França foi palco para o surgimento do negacionismo. Havia uma discussão pública sobre o colaboracionismo durante o período de ocupação nazista, o que criava um ambiente conturbado com a deflagração de alguns fatos: em 1978, as cinzas do Marechal Phillip Pétain, herói da Primeira Guerra Mundial e chefe do governo colaboracionista da República de Vichy foram transferidas para o campo de honra de Dumont.<sup>12</sup> Em 1979 foram iniciados processos contra Jean Leguay por crime contra a Humanidade, o acusado fora o responsável deportação de judeus durante o Governo de Vichy, também foram acusados seus subordinados Maurice Papon e Paul Touvier. As discussões tornaram-se ainda mais agudas com a chegada de François Mitterrand e dos socialistas ao poder em 1983, somando-se a isso a extradição de Klaus Barbie criou um ambiente de acalorado debate na opinião pública francesa (MILMAN, 2000: 126).

Com o desenrolar do julgamento, os franceses se deparavam com os fantasmas do passado vichysta. Buscavam respostas acerca de problemas delicados que envolvia sua participação na Segunda Guerra Mundial, para isso fazia uma reflexão sobre a responsabilidade acerca do trágico destino dos judeus franceses.

Problemas de descontentamento político juntando-se com um antissemitismo latente vieram influenciar fundamentalmente as reflexões da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, especialmente a shoah. Para Elisabeth Roudinesco ocorreu da seguinte forma:

A partir dos anos 1980, os estudos sobre o Holocausto ampliaram-se consideravelmente. Contudo, quanto mais a história do extermínio era estudada, ao mesmo tempo em que se renovava a dupla abordagem da questão judaica e da questão colonial, mais se desenvolvia uma nova forma de antissemitismo que colocava em questão os conhecimentos adquiridos pela historiografia: o negacionismo. (ROUDINESCO, 2010: 172)

Esse é o contexto que permitiu não meramente a negação da shoah, mas que esse discurso fosse aceito e defendido com entusiasmo por alguns grupos. Portanto, a negação da shoah, conta com aliados diversos que vêm fazer uso de suas conclusões para respaldar sua ação política em diversos setores.

O contexto de surgimento do negacionismo serve como auxílio na busca de uma melhor compreensão do que motiva suas reflexões. Todavia, não fecha a análise sobre o referido grupo, deve ser visto apenas como um ponto de partida, visto que o interesse não é

---

<sup>12</sup> Local de um combate histórico da Primeira Guerra Mundial, transformado em um importante local de memória.

tratar meramente o surgimento do grupo e suas motivações, mas a forma como eles chegam a suas conclusões e como isso atinge o conhecimento histórico.

De um modo geral, a pergunta que direciona o presente trabalho é: como os trabalhos Negacionistas afetam o conhecimento histórico? Buscando responder essa pergunta o trabalho se estruturará buscando demonstrar problemas inerentes ao estudo da shoah tal como o envolvimento dos Negacionistas neles. Para tal, é necessária uma análise dos trabalhos negacionistas o que será feito.

No primeiro capítulo intitulado: *A shoah: Problemas e Definições* buscar-se-á abarcar boa parte dos problemas que envolvem a história da shoah e que serão abordados no presente trabalho.

No ponto 1.1 *Palavra por palavra* serão tratados os problemas que envolvem os termos e conceitos para se referir ao extermínio planejado de pessoas promovido pelos Nazistas e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Para tal, são analisado genocídio, holocausto, Holocausto, shoah, Churban e até mesmo Solução Final e Auschwitz buscando resgatar a forma como essas palavras foram cunhadas e as formas como são utilizadas, para só assim optar pela utilização de uma delas no decorrer do trabalho.

O ponto 1.2 *O lugar da shoah* é o local em que os principais problemas envolvendo a construção da história da shoah são apresentados. Buscando tratar a shoah como um evento limite e demonstrando o porquê isso é feito e o que isso implica para quem faz a história do evento em destaque.

O ponto 1.3 *Por uma definição de História* torna-se necessário porque no decorrer do trabalho é recorrente se dizer que os Negacionistas buscam se inserir na História e que alguns críticos consideram que o que fazem não é História, portanto definir sobre que História está sendo falado é de extrema importância, é o que será feito no referido ponto.

Em *Intencionalistas, Funcionalistas e os Negacionistas* que consiste no ponto 1.4 será feita uma rápida abordagem sobre como as principais Escolas que dominam a história da shoah articulam seus argumentos no que diz respeito ao extermínio planejado de pessoas promovido pelos nazistas e seus aliados buscando inserir os Negacionistas nesse contexto.

O ponto 1.5 *Representação da shoah: limites e possibilidades* torna-se fundamental para o presente trabalho, visto que uma discussão acerca da representação da shoah e uma representação em História de tal evento é fundamental para quem trata a shoah em seus estudos. Como o próprio título diz busca-se refletir sobre a representação da shoah

seus limites e possibilidades, buscando sempre pautar esse evento como exemplar para uma reflexão sobre representação em História.

Tão importante quanto o ponto anterior é o ponto 1.6 *Narrando o inenarrável: sobre as dificuldades de uma narração da shoah*. Será feita uma reflexão acerca das dificuldades próprias que o evento em destaque traz, feito de uma forma que também reflita sobre os problemas inerentes a narração historiadora.

No segundo capítulo intitulado: *Uma leitura dos trabalhos Negacionistas em História*, buscar-se-á abarcar trabalhos de autores Negacionistas, visto que isso é pouco feito de fato em trabalhos que os criticam.

No ponto 2.1 *Uma apresentação da obra de Paul Rassinier e Robert Faurisson* será feita uma apresentação dos dois autores Negacionistas mais importantes, tal como uma explicação do porque esses autores são tão preciosos para o referido grupo.

No ponto 2.2 *O The Journal Historical Review* será feita uma apresentação do importante jornal negacionista. Buscar-se-á fazer uma análise dos autores que se tornaram mais importantes dentro do periódico, tal como temas, formato e números. Dentro desse ponto encontrar-se-á uma análise de trabalhos alguns importantes autores que publicaram no jornal, a saber: Mark Weber, David Irving e Arthur Butz.

No ponto 2.3 *Os métodos utilizados*, procurar-se-á fazer uma análise de pontos caros à História nas obras de Paul Rassinier e Robert Faurisson em sua tentativa de validar suas conclusões.

No terceiro capítulo intitulado: *Uma análise dos Negacionistas enquanto grupo organizado e sua relação com a História*, buscar-se-á demonstrar como os Negacionistas buscam validar suas conclusões em História, demonstrando quais são seus artifícios para tal e quais as recusas que esses encontram.

No ponto 3.1 *Sobre as intenções dos Negacionistas*, buscar-se-á no presente averiguar quais são as motivações que guiam os Negacionistas, visto que a problemática envolvendo o grupo em destaque está além dos limites historiográficos. Será feita uma análise das possíveis motivações externas que motivam o grupo.

Em *Negacionistas e o antissemitismo*, que consiste no ponto 3.2 será feita a necessária reflexão acerca das possíveis inspirações antissemitas dos Negacionistas. No referido ponto, não é pretendido entender a negação da shoah para entender o antissemitismo,

mas o inverso, uma melhor compreensão do antissemitismo é buscada na tentativa de compreendermos a negação da shoah.

O respaldo que Noam Chomsky dá a Robert Faurisson e aos Negacionistas é algo que merece destaque na busca de compreendermos como e porque os Negacionistas tentam validar suas conclusões em História. O que será feito no ponto 3.3, intitulado: *O caso Noam Chomsky*.

No ponto 2.4 *Os Negacionistas e a administração da memória*, buscar-se-á tratar os Negacionistas como mais um grupo no jogo de disputa para tentar administrar a memória e a história da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, tal como a shoah.

É importante salientarmos que o presente trabalho é uma pesquisa restrita e com problemas delimitados, como a problemática trazida pelos Negacionistas no que diz respeito ao conhecimento histórico e a questão da administração da história e da memória da shoah. O evento em questão e tudo que o envolve constitui-se em um tema delicado e sujeito a paixões diversas, por isso é necessário que seja ressaltado que o presente trabalho tem intenções específicas.

# CAPÍTULO I

## A SHOAH: PROBLEMAS E DEFINIÇÕES

Uma reflexão acerca de um grupo que nega um evento, justificando que estão revisando a história de tal evento ou período é sempre uma reflexão sobre o “fazer História”, sobre seus parâmetros e essencialmente sobre sua legitimidade.

É indispensável que na base do presente trabalho seja explicitado os parâmetros pelos quais a História é feita, neste capítulo procurar-se-á apontar e trabalhar parâmetros importantes que validam a História como área de conhecimento pertinente e que são abalados na presença de um evento limite.

Isso se dá porque a prática historiadora nos deixa conscientes que fazemos opções no decorrer de nosso trabalho, somos cômicos de que existem vetos, limites e demarcações que obrigam que nos interroguemos acerca deles cotidianamente, o que é automaticamente uma reflexão sobre a validade do conhecimento histórico. Assim sendo, assumimos que exista uma inquietação constante que evoca a todo momento críticas em relação a seus procedimentos, opções e conclusões.

### **1.1 Palavra por palavra**

Definir alguns termos a serem usados em uma pesquisa que aborde o plano de extermínio dos judeus e de outros grupos durante a Segunda Guerra Mundial é fundamental, já que termos como holocausto, Holocausto, shoah e Churban para se referir ao extermínio planejado promovido pelos nazistas e seus aliados ocasionalmente constitui-se em um problema. Entretanto, muitas vezes tais termos são usados sem que seja feita uma reflexão acerca de sua rede de nexos históricos, religiosos, políticos e culturais. O mesmo acontece com outros termos importantes usados em pesquisas que abordem a temática, tal como Solução Final e Auschwitz.

No presente momento será dada atenção especial a esses termos, refletindo sobre suas utilizações ou não no decorrer do trabalho. A princípio seguiremos a mesma estrutura do trabalho de Leila Danziger (2007), procurando fazer uma reflexão que seja mais próxima da presente pesquisa. Uma abordagem que de atenção a essas questões é vista por nós como um

dos primeiros passos para um trabalho que trate a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, ficando ainda mais latente com o contato com o trabalho de Leila Danziger, que explicita o problema já em seu título: *Shoah ou Holocausto? A aporia dos nomes* (2007).

### **1.1.1 Genocídio; Holocausto; Churban; Shoah**

É necessário dizer que todos os termos empregados para designar o acontecimento são termos limitados, como defende Dominick LaCapra:

But one is in an area where there are no easy, uninvolved, or purely objective choices. Perhaps it is best not to become fixated on anyone term but to use various terms with a continual indication of their limitations. (LACAPRA, 1992: 357, Nota 04)

A indicação de Dominick LaCapra é para que seja sempre explicitada essa limitação dos termos, seja qual for o selecionado, o autor utiliza holocausto em seus trabalhos. Outra questão importante que o autor chama atenção é que tal escolha não é puramente objetiva, sendo assim, não queremos criar um padrão com a escolha do termo a ser trabalhado aqui, mas simplesmente explicitar o porquê da seleção do termo a ser utilizado.

Sobre o termo genocídio, Elisabeth Roudinesco esclarece que a princípio o termo foi definido pelo jurista polonês Rafaël Lemklin, até que em 9 de dezembro de 1948 ganhou notoriedade por conta da ONU utilizar tal termo para qualificar um crime maior que o crime contra a humanidade, porque incluía a ideia de que se atentava não só contra civis devido à sua raça ou religião, mas contra um grupo como tal, na sua própria existência. Ficando claro que somente um Estado poderia ser acusado de crime de genocídio, porque nenhum indivíduo teria condições de cometer um crime de tamanha amplitude. Era incluído não só o crime dos nazistas e seus aliados contra os judeus, mas também o genocídio contra os armênios pelos turcos (que serviu de modelo para Hitler), mas também todos os crimes do stalinismo e suas consequências. Entretanto, diferentemente do autor do termo que via o genocídio como algo amplo caracterizando como genocídios massacres históricos como a destruição de Cartago, o massacre dos albigenses e dos valdenses e uma ampla gama de crimes que incluía tiranicídios, homicídios ou parricídios a ONU deu uma definição menos extensa para o termo, sendo tratado como genocídio apenas quatro massacres, sendo apenas três no plano jurídico: o dos armênios, judeus e ciganos (pelos nazistas e seus aliados), o dos tutsis em Ruanda (pelos hutus) e dos bósnios (pelos sérvios), mesmo a Sérvia enquanto Estado, não sendo apontada como culpada de genocídio (ROUDINESCO, 2010: 127-132).

Com o passar dos anos o termo foi sendo redefinido, sendo um objeto de disputa, visto que o termo qualifica um crime contra a humanidade, visando a destruição total de um

povo, almejando destruí-lo não meramente pelo que ele pensa, mas pelo que ele é, buscando destruir toda sua história. Discussões acerca de que crimes seriam ou não genocídio acabou por se estender após essa definição da ONU, havendo uma exploração do termo em especial para tratar do genocídio dos nazistas e seus aliados frente aos judeus.

O termo genocídio encontra resistência por quem trabalha de forma crítica o evento em destaque, isso porque é sabido que não houve um extermínio sistematizado apenas de um grupo, povo, tribo ou “raça”. Esse termo acabou ganhando um caráter um tanto quanto restritivo para se referir aos crimes dos nazistas e seus aliados. Deste modo, não será utilizado primordialmente aqui ou se for serão feitas as devidas considerações.

Holocausto é sem dúvidas o termo mais utilizado para se referir à morte planejada de milhões de pessoas no decorrer da Segunda Grande Guerra. Podemos encontrá-lo desde produções cinematográficas, televisivas, literárias ou em trabalhos acadêmicos, como em Martin Jay (1992), Carlo Ginzburg (1992; 2006), Paul Ricoeur (2010), Reinhart Koselleck (2006), Dominick LaCapra (1992; 1998) e Saul Friedländer (1992) dentre outros.

Vejamos os argumentos de Dominick LaCapra para fazer uso do termo holocausto em seus trabalhos:

Nonetheless, there are, I think, at least three reasons for using the term Holocaust even if one is aware of its problematic nature and resists giving it a privileged status: (1) Given the unavailability of innocent terms, *Holocaust* may be one of the better choices in an impossible, tension-ridden linguistic field. There is even the possibility that resorting to terms like *annihilation* or *final solution* will inadvertently repeat Nazi terminology. *Holocaust* is both less bureaucratic and less banal than some of the alternatives. (2) The term for various reasons has had a role in the discourse of the victims themselves, and there are ritual and ethical grounds for honoring their choice. (3) The rather prevalent use of the term, including its use by non-victims, has to some extent routinized it and helped to counteract its sacrificial connotations without entirely reducing it to cliché, although one must beware of its role in what Alvin H. Rosenfeld has termed “a pornography of the Holocaust,” promoted especially by popularization and commercialization in the mass media. (LACAPRA, 1992: 357, Nota 04)

São altamente pertinentes os argumentos do autor para a utilização do termo holocausto, entretanto, temos que ressaltar que tal termo vem recebendo críticas acerca de seu uso, especialmente no que diz respeito ao aspecto sacrificial de sua origem tal como a banalização do termo, que é o que Dominick LaCapra aponta no trecho supracitado quando evoca o argumento de Alvin Rosenfeld: “pornografia do holocausto”.

O termo holocausto foi cunhado pelo escritor, poeta e teólogo ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1986 Elie Wiesel. Não se sabe ao certo se fora ele que o disse pela primeira vez, mas sem dúvidas fora Elie Wiesel que o popularizara. O termo (usado

frequentemente com H maiúsculo) é utilizado para referenciar e para tentar dar sentido à matança indiscriminada de judeus.

Sobre a cunhagem desse termo encontramos:

Eu procurava um termo suscetível de traduzir o que havíamos vivido e não o encontrava (...). Guerra, tragédia, destruição: essas palavras não me convinham e eu procurava uma outra. Nesta época, eu estudava o sacrifício de Isaac. E encontrei no texto o termo holocausto, em hebraico “ola”, que significa oferenda pelo fogo. Ele ressoava com tonalidade diferente, implicava um aspecto místico. (WIESEL, Apud DANZINGER, 2007)

Leila Danzinger logo após citar Elie Wiesel destaca que o autor deixou de usar o termo holocausto passando a utilizar especialmente Acontecimento (*Événement*) ou Reino da Noite, podemos notar um caráter místico na forma que Elie Wiesel trata o evento, pois para ele o holocausto situa-se para além do entendimento. Outra característica a ser notada é o aspecto sacrificial do termo holocausto.

É justamente esse aspecto sacrificial que tem encontrado oposição no que diz respeito ao uso do termo. Vejamos o que Primo Levi diz a respeito:

Desculpe: eu uso esse termo Holocausto de má vontade, pois não me agrada. Uso-o, porém, para nos entendermos. Filologicamente está errado (...) Trata-se de um termo que, quando nasceu, me deixou muito incomodado; posteriormente eu soube que foi o próprio Wiesel que o forjou, depois, porém, ele se arrependeu disso e teria querido retirá-lo. (LEVI, 1997, Apud AGAMBEN, 2008: 37)

Por que Levi considera que o uso desse termo está errado? Essa é uma indagação importante vinda de um judeu que fora prisioneiro no Campo de Auschwitz durante a Segunda Guerra Mundial. A questão fundamental nessa recusa de Primo Levi para o termo holocausto e em especial Holocausto se dá porque esse é um termo que fora apropriado em um determinado momento para um uso amplamente antissemita.

O termo holocausto tem suas origens no grego clássico: *όλόκαυστον*, *όλον* (todo) + *καυστον* (queimado), que era uma espécie de ritual antigo em que plantas, animais e até mesmo pessoas eram oferecidas a divindades, sendo totalmente queimadas. Tal ritual fora bastante difundido na antiguidade, sendo utilizado pelos hebreus nos rituais de adoração a seu deus, *Iahweh*.

Prosseguindo na problemática envolvendo o uso do termo holocausto, encontramos respaldo em Giorgio Agamben: holocausto é a transição doutra do termo *holocaustum*, que é a tradução do termo grego *holókasutos* (um adjetivo que significa literalmente “todo queimado”). O livro de Levítico traduz os sacrifícios de quatro formas: *olâh*, *hattât*, *shelamin* e *minhâ*. A vulgata traduz o termo *olâh* como *holocaustum*, assim, os

padres latinos passam a usar esse termo para indicar os sacrifícios dos hebreus. Não demorou muito, para que esse termo fosse usado pelos padres como uma arma polêmica contra os hebreus, sendo usado assim de Tertuliano a Agostinho. Esse último usa o termo holocausto para se referir ao sacrifício vicário de Jesus. Desde então, começa uma migração semântica que leva cada vez mais o termo a ser entendido como “sacrifício supremo”. No entanto, o termo continuou a ser usado em uma “história secreta” em um sentido polêmico contra os judeus (AGAMBEN, 2008: 37-40).

Com tal conotação o termo holocausto tem sido rechaçado tanto por parte da comunidade judaica, tal como o escritor Primo Levi quanto por cristãos, pois seu significado causa certo desconforto literal, já que conota uma expiação dos pecados; assim, é teologicamente ofensivo considerar que o massacre de judeus (e outros povos) durante a Segunda Guerra Mundial seja um sacrifício a deus, seja ele qual for.

Tal aspecto do termo holocausto é o principal argumento dos que rechaçam seu uso. Para Giorgio Agamben (2008: 36) existe uma “equação inaceitável entre fornos crematórios e altares”. Ainda sobre a recusa do uso do termo holocausto nos deparamos mais uma vez em Agamben:

[...] no caso do termo ‘holocausto’, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *oláh* bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a “entrega total a causas sagradas superiores” não pode deixar de soar como zombaria. O termo não supõe apenas, uma inaceitável equiparação entre os fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso desse termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou irresponsabilidade (ou as duas coisas ao mesmo tempo). (AGAMBEN, 2008: 40)

A vinculação do termo a um sacrifício extremo no sentido de entrega a *Iahweh* faz com que o termo seja substituído ocasionalmente por shoah. A expressão shoah (שואה) que em iídiche (dialeto alemão falado por judeus ocidentais, que mistura alemão e hebraico) significa devastação, catástrofe, calamidade, que implica nos textos sagrados do judaísmo uma ideia de punição divina.

Todavia, é necessário ressaltar que a expressão não é de todo secular, contém também um fundo teológico-religioso<sup>13</sup> em tal termo, como indica Peter Haidu (1992: 279). O termo começou a ser utilizado já com o término da Guerra entre próprios judeus para

<sup>13</sup> O livro de Jó é considerado o livro completo mais antigo do Antigo Testamento, datando possivelmente do século VI AC, por ocasião do cativeiro dos hebreus na Babilônia. É uma espécie de novela moral que busca servir de orientação para os hebreus em relação a confiar nos desígnios de *Iahweh*, é tratado como um balizador teológico para os estudiosos do Antigo Testamento (SICRE, 1992: 57).

explicitar a singularidade de tal evento. No entanto, como mostra Leila Danziger, o sentido teológico-religioso foi sendo esvaziado em prol de um sentido histórico:

Menos específico e, portanto, mais flexível que Churban, em Shoah, não obstante, está contida a representação deuteronômica da devastação e sentença divinas. Mas o lastro religioso foi progressivamente esvaziado por historiadores, escritores e teólogos que, em Israel, recusaram o endereçamento do conceito a suas raízes religiosas e sua interpretação em sentido metafísico, alterando assim suas pesadas conotações de expiação e castigo. O modo como o próprio termo é utilizado atualmente contém novos significados e, à luz de seu passado bíblico, informa experiências atuais. (Danziger 2007)

O termo shoah<sup>14</sup> para referir-se aos massacres praticados na Europa ganhou notoriedade com o filme de Claude Lanzmann (1985),<sup>15</sup> que tem como título *Shoah*. O referido filme vem refletir sobre a apresentação e transmissão do conteúdo histórico, ou seja, as formas de abordagem ao passado, mais especificamente ao extermínio nos campos nazistas, dando importância não a representação do passado, mas a experiência narrativa acerca desse passado. O filme de Claude Lanzmann veio ser considerado uma obra célebre sobre o tema, dando grande notoriedade a expressão shoah.

Como indica Leila Danziger existe ainda o termo churban:

Antes da ampla utilização do termo Holocausto, Elie Wiesel conta que após a guerra era comum entre judeus a pergunta: “onde você estava durante o Churban?” (COHEN, p.54). A palavra significa, em hebraico, destruição e não é isenta de conotações religiosas, pois situa o massacre atual num plano divino de expiações. Churban – ou mais precisamente Terceiro Churban - insere o projeto nazista de extermínio em relação direta com as duas destruições do Templo de Jerusalém. (Danziger 2007)

Churban é o termo menos conhecido dos apresentados aqui, isso se dá porque foi substituído até mesmo entre a comunidade judaica pouco tempo após o término da Segunda Guerra Mundial, sendo substituído por holocausto e shoah. Outro termo pouco conhecido é *porajmos*, que é usado pelos “ciganos”<sup>16</sup> para designar os sofrimentos passados por eles durante a Guerra e a tentativa de extermínio de seu grupo pelos nazistas, o termo significa devorar.

<sup>14</sup> A palavra foi adotada oficialmente pelo Estado de Israel em 12 de abril de 1951, por ocasião do Dia Nacional da Lembrança (ROUDINESCO, 2010: 138).

<sup>15</sup> Existe uma vasta bibliografia que trata o filme de Claude Lanzmann, para uma abordagem introdutória indicamos o trabalho de Luana Chnaiderman de Almeida (2006): “A Reivenção da Palavra Necessária, Uma Apresentação do Filme Shoah de Claude Lanzmann”.

<sup>16</sup> O termo cigano é a forma vulgar usualmente utilizada para designar os povos *Roma*, *Calons* e *Sintos*, povos de origem incerta e com marcante característica nômade.

### 1.1.2 Solução Final

“*Endlösung der europäischen Judenfrage*” ou Solução Final da Questão Judaica Europeia foi uma medida política do governo nazista para eliminar os judeus da Alemanha e da Europa. Os campos de extermínio foram planejados para os judeus, a princípio compreende-se que outros grupos que foram exterminados não motivaram o crime<sup>17</sup>.

Existe uma dificuldade de se tratar a Solução Final por conta da escassez de documentos relativos à decisão de se exterminar os judeus europeus, ordens importantes foram muitas vezes dadas verbalmente, além dos alemães terem destruído grande parte da documentação no fim da Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de um plano que apesar de não ser secreto, não era divulgado, como podemos ver em Walter Laqueur:

It had been widely argued in the first decades after World War II, in Germany as well as other countries, that the secret of the plan to exterminate the Jews of Europe was so well kept that little or nothing could have been known until shortly before the end of the war, or even thereafter. The details of the Final Solution were indeed kept secret by Hitler and his closest associates. Only those who needed to know were made privy to the plan. [...] (LAQUEUR, 2001: 198)

Contudo, mesmo com a falta de documentação, existem declarações públicas de lideranças nazistas, inclusive Adolf Hitler expressando o “destino dos judeus” que indicam a intenção de destruí-los por completo. Hitler havia dito que se houvesse uma guerra na Europa os judeus seriam exterminados, a tentativa desse extermínio foi colocada em prática (LAQUEUR, 2001: 199). Apesar da tentativa de esconder sobre os desígnios do plano não se tem notícias de alguém que tenha sido punido pelo governo nazista por deixar “vazar” informação acerca da Solução Final da Questão Judaica Europeia.

Walter Laqueur (2001: 204), ressalta que o plano de extermínio dos judeus europeus não era secreto, entretanto os resultados da Solução Final só foram vistos por todos no verão de 1942. Com o término da Segunda Grande Guerra e a “revelação” dos campos, pode-se ver o quanto cruel tinha sido os meios pelos quais a Solução Final da Questão Judaica Europeia fora colocada em prática.

A partir de então é comum usar “Solução Final” para se referir aos acontecimentos nos campos durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, é feita de uma forma que leve a entender que apenas judeus foram assinados em campos durante o conflito em destaque.

---

<sup>17</sup> Sobre isso é necessário que se faça uma discussão acerca das teorias *Intencionalista* e *Funcionalista*. O que será feito em um momento apropriado no decorrer do trabalho.

Corre-se o perigo de ser colocado como se apenas judeus tivessem sido perseguidos e mortos pelos nazistas. O uso da expressão Solução Final torna-se reducionista justamente por isso. Sabemos que outros grupos sofreram e foram mortos pelos nazistas com sua política de “limpeza”, tal como comunistas, liberais, maçons, homossexuais, imigrantes, Testemunhas de Jeová, até mesmo criminosos comuns (arianos) e alemães considerados “antissociais”. Mesmo sendo os judeus considerados como o mal radical, desconsiderar outros perseguidos é uma falta de respeito para com o sofrimento e a memória desses outros grupos.

### *1.1.3 Auschwitz*

Ao fazer referência às atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial é comum nos referirmos aos “horrores de Auschwitz”, é corriqueiro encontrarmos expressões como: “Auschwitz nunca mais”, “como pode Auschwitz ter acontecido?” ou “evitemos um novo Auschwitz”, a expressão é usada para aludir ao ápice do terror.

É usado para referir-se não apenas a um complexo de campos específico, mas para aludir todo o universo concentracionário, como explicita Leila Danziger:

Como nenhum outro, o nome Auschwitz tornou-se sinônimo do extermínio dos judeus europeus e tem sido suficiente para designar, além do campo em território polonês, além mesmo do complexo de campos de concentração e extermínio (o “universo concentracionário”), todo o conjunto de procedimentos criados pelos nazistas para aviltar a vida e a morte de parcelas da espécie humana. (Danziger 2007)

Mas não é gratuito que Auschwitz venha ser esse símbolo das atrocidades ocorridas nos campos, isso se dá mediante uma construção desse Campo como tal. Pierre Vidal-Naquet chama atenção que Auschwitz tornou-se um símbolo que não era logo após a Segunda Guerra Mundial. Logo após a Guerra o local símbolo dos campos era Buchenwald. Vejamos o que o autor diz a respeito da popularidade de Auschwitz logo após a guerra:

Atualmente é preciso esforçar-se para lembrar, mas nos anos que se seguiram à guerra, o símbolo do universo concentracionário não era Auschwitz, mas Buchenwald. Ao consultar-se a bibliografia polonesa [...] constatar-se-á que, em 1962, o número de livros publicados sobre Buchenwald era muito maior que as obras consagradas ao grande matadouro da Silésia. (VIDAL-NAQUET, 1988: 148)

Em relação à Buchenwald é compreensível que Auschwitz tenha ganhado espaço, no entanto, não em relação Treblinka ou Belzec que eram campos exclusivamente para extermínio com um tamanho que fazia frente à Auschwitz.

Dos campos nazistas, Auschwitz-Birkenau, Belzec, Chelmmo, Majdanek, Maly Trostenets, Sobibor, Treblinka e Treblinka II apresentaram a grande inovação nazista em relação a campos de concentração que eram comumente usados em guerras, esses eram

campos de extermínio, sendo que dentre eles Belzec, Chelmmo, Maly Trostenets e Treblinka II eram usados exclusivamente para esse fim. Nos campos exclusivos para extermínio apenas um pequeno número de prisioneiros eram mantidos vivos para fazer o transporte dos corpos. Então por que Auschwitz é o símbolo da barbárie nazista?

A resposta de que era esse o mais cruel não pode ser aceita, até porque não existe nenhum “medidor” para essas questões. Além do mais, temos que levar em consideração a existência do Campo de Belzec, que era um campo de extermínio, que segundo consta apenas duas pessoas sobreviveram. Assim, nossa resposta não está sobre o número de mortos, mas sim sobre o número de sobreviventes, na verdade de uma forma invertida, se em Belzec sobreviveram apenas duas pessoas, de Auschwitz algumas milhares foram libertas, fica mais fácil construir uma memória sobre esse campo levando em conta os milhares de memórias testemunhais.

O Campo de Auschwitz na verdade era um complexo de campos, sendo eles: Auschwitz I, Auschwitz II ou Auschwitz-Birkenau e Auschwitz III ou Auschwitz-Monowitz. Auschwitz I foi o primeiro a ser construído, sendo utilizado pelo exército nazista já no início de 1940, funcionando basicamente como campo de concentração. Auschwitz-Birkenau começou a ser construído em 1941, esse diferentemente de Auschwitz I e III era um campo exclusivo para extermínio, assim, o que a maioria das pessoas conhece como Auschwitz é na verdade Auschwitz-Birkenau, no qual a matança era promovida em larga escala. Estima-se que o número de mortos em Birkenau é de um milhão a um milhão e meio de pessoas. Auschwitz-Monowitz que começou a funcionar em maio de 1942 era um campo de trabalho, funcionava associado à empresa IG Farben produzindo borrachas sintéticas e combustíveis líquidos.

Outro ponto a ser destacado sobre a construção de Auschwitz como o símbolo da barbárie nazista e do sofrimento judeu é porque nesse campo (ou campos) o extermínio em massa caminhava lado a lado com a produção industrial. Assim, o extermínio em escala industrial era encarado como uma atividade rotineira.

Outro importante fator para a seleção de Auschwitz como símbolo do sofrimento judeu na Segunda Guerra Mundial é que esse é dentre todos os campos o que se encontrava em melhor conservação ao término da guerra. O que facilitou a construção de uma “memória turística do holocausto”, que se intensificou ainda mais com a queda da Cortina de Ferro, como ressalta Moshe Zimmermann (2002: 111).

Com esses fatores não queremos questionar o fato de Auschwitz ser considerado um campo símbolo, nem tampouco se isso é certo ou errado, mas mostrar que essa consideração é algo construído, e principalmente construído sob a intenção de colocar os judeus como as maiores vítimas desse campo. Nunca é demais lembrar que para esse campo em especial eram enviados os prisioneiros vítimas da Solução Final. Os prisioneiros políticos eram enviados especialmente para os campos de Belzec e Treblinka.

Ocorre que Auschwitz ao ser mostrado repetidas vezes cria-se um sofrimento heróico dos que sobreviveram a esse campo e principalmente dos que morreram nele. Na verdade transformaram Auschwitz em um espetáculo do sofrimento. Não é a intenção aqui relativizar o sofrimento humano, mas apenas demonstrar que por traz desse “espetáculo” está toda uma ideologia que pretende administrar a memória do genocídio nazista. Para isso garantem que Auschwitz não meramente retorne eternamente, mas nos vendem a ideia de que esse nunca deixara de acontecer e que está se repetindo sempre.

Como vimos, às dificuldades para quem estuda a matança em escala industrial promovida pelos nazistas e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial iniciam-se logo na definição dos termos a serem utilizados no decorrer da pesquisa. Como podemos notar, todos os termos são insatisfatórios e incompletos para tratar o evento.

Apresentamos aqui a opção por usar shoah no decorrer do trabalho, mesmo levando em consideração que tal termo é incompleto, sabemos que não existem termos inocentes para designar tal acontecimento como salienta Dominick LaCapra (1992: 357).

Deste modo, optamos pelo uso de shoah, por considerarmos que esse tem um caráter menos sacrificial. Vamos à mesma direção de Leila Danziger que defende que a palavra hebraica shoah substitui todas as outras designações, não por conter algo absoluto, mas pelo contrario, por conter o indizível. Ela permanece indecifrável, mesmo que traduzida e interpretada. Sua opacidade é precisamente o que lhe confere maior potência de significação. Shoah é um murmúrio, é um sopro nos faz ouvir a impossibilidade da palavra “humanidade” (DANZIGER: 2007).

## **1.2 O lugar da shoah**

Quem propõe tratar o extermínio em escala industrial promovido pelos nazistas e seus aliados em suas pesquisas não encontram uma tarefa fácil. Isso se dá porque a shoah se encontra em um lugar chave em nossa contemporaneidade. Trata-se de um evento altamente

traumático, trazendo inquietações não apenas no campo da História, mas também para outras áreas tal como: Filosofia, Direito, Biologia, Política e até mesmo à Literatura.

Problemas que a deixa entre a necessidade de ser lembrada para que não ocorra mais e o desejo de esquecer que aconteceu. A shoah, sobretudo, nos alerta que a História não é meramente enumeração de fatos, nos faz refletir sobre a função da História, sua utilidade, necessidade e aplicabilidade. Chama-nos a atenção para o fato de que a História é algo mais que meramente lembrar, envolto a isso está toda uma reflexão sobre o “fazer História”. Essas questões ficam claras por ser a shoah um “evento limite”, tais eventos explicitam as fragilidades do pensamento histórico.

Deste modo, cabe indagar: é a shoah um evento limite ou um “evento barreira”? E, afinal o que é um evento limite?

Autores que tratam a shoah fazendo referência a evento limite como Vinícius Bogéa Câmara (2008), Luana Chnaiderman de Almeida (2006), Rosana Kohl Bines (2002) ou até mesmo os autores que discutem os limites da representação da shoah na coletânea de Saul Friedländer (1992) o fazem sem destacar uma definição clara do que seria um evento limite.

Na busca de uma definição para evento limite devemos levar em consideração que dois conceitos o operacionalizam: catástrofe e trauma. Um evento limite é constituído por uma catástrofe, ou seja, uma desgraça que atinja um grande número de pessoas, que traz como um de seus resultados a desarticulação da própria noção de realidade. É quando suas bases são colocadas à prova e até mesmo os pilares da própria imaginação, quando o historiador se depara com algo totalmente inesperado e novo. Um evento assim, em sua grandiosidade desarticuladora, torna insuficiente o aparato conceitual e cognitivo disponível para apreendê-lo. Para Márcio Seligmann-Silva (2005: 34) “uma manifestação do real como princípio de morte que nos abala de tal modo que perdemos a capacidade de criar conceitos; vale dizer, de dar forma à realidade”. Ocorre para o autor um “excesso de realidade”, que vem gerar uma dificuldade de demonstrar em uma maneira inteligível o evento ocorrido, a catástrofe.

Uma catástrofe é um evento que está intimamente ligado a morte ou uma real possibilidade de morte. Essa intimidade com a morte gera trauma nos envolvidos com a catástrofe.

Na busca de uma conceituação para trauma vamos ao encontro de Sigmund Freud:

Descrevemos como “traumáticas” quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma

ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulo que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar. (FREUD, 1976: 20)

O trauma tem um poder aprisionador, gerando uma impossibilidade para o indivíduo se livrar dele. Importante destacar também que um trauma provém de estímulos exteriores, um conjunto de perturbações que por sua vez são causadas por uma causa física, fazendo com que o indivíduo se sinta desprotegido. É algo inacessível para a vítima, pois provoca uma impressão de impotência absoluta, levando a uma perda de controle no que diz respeito aos mecanismos que o orientam em relação à vida.

As dificuldades de uma vítima lidar com um trauma são semelhantes às dificuldades da História trabalhar com um evento traumático, como destaca Luana Chnaiderman de Almeida:

O trauma acontece porque o fato vivenciado é maior do que a possibilidade de experienciá-lo, não pode encontrar uma trajetória de representação subjetiva, e permanece congelado, “não-trabalhado”. Daí a “cura” do trauma seria a narração dele. Enquanto trauma, ele permanece na necessidade e, ao mesmo tempo, na impossibilidade de ser narrado, isto é, representado e trazido assim para o âmbito da história, tanto no plano subjetivo quanto no “universal”. (ALMEIDA, 2006: 9)

Notamos a problemática que envolve a História quando essa tem pela frente um evento traumático, ela fica entre a necessidade de tratar o evento, de falar e refletir sobre ele e uma necessidade de esquecer um evento que é uma ferida na história recente da humanidade. Em meio a tudo isso, está a necessidade de se representar algo inacessível e intransferível, é uma problemática que envolve de uma maneira bem menos delimitada que outros eventos testemunho, memória e história.

Com isso, podemos chegar a uma definição do que seria um “evento limite”: é um evento que envolve um acontecimento catastrófico que gera trauma a um grupo ou mais. Ocorrendo um temor de lidar com ele e uma subsequente aparência de impossibilidade de tratá-lo por dois motivos, 1) por ser um evento catastrófico que desafia as premissas da representação, assim como da imaginação; 2) por ser traumático provoca um sentimento de impotência e temor de retornar a ele para trabalhá-lo, pois envolve individualidades e sofrimentos inacessíveis. Portanto, evento limite é um evento que nos deixa com um sentimento de impotência em relação ao passado, presente e futuro por se tratar de algo

incompreensível, que desafia nossas premissas de compreensão, algo que está além de nosso aparato conceitual e nosso sentido de realidade.

É comum ao averiguarmos trabalhos que tratem a shoah a colocar como um evento limite por excelência, tratando-a como um evento único ou como “o” evento único. Mas uma pergunta vem logo à tona ao se ouvir tais afirmações: Por que se trata de um evento único? Na medida em que ocorreram na humanidade muitos outros exemplos de atrocidades contra o próprio humano; algumas bem próximas em temporalidade ao evento do genocídio promovido pelo governo Nacional-Socialista alemão e seus aliados, sendo outras mais próximas temporalmente a nós que a shoah, como os massacres étnicos de Ruanda, da Bósnia ou do Timor Leste.

Ao defenderem se tratar de um evento único, usando a historiografia, existe o argumento de que se trata de um evento único porque, pela primeira vez, um Estado, com a autoridade de seus dirigentes responsáveis decidiu pelo assassinio total de determinado grupo de pessoas, incluindo os idosos, mulheres e crianças. E essa decisão transformada em realidade com a utilização de todos os instrumentos possíveis à disposição desse Estado. O caráter que reserva a singularidade da shoah está para além da simplicidade dos argumentos apresentados acima, como podemos ver no argumento de Saul Friedländer:

The extermination of the Jews of Europe is as accessible to both representation and interpretation as any other historical event. But we are dealing with an event which tests our traditional conceptual and representational categories, an “event at the limits.”

What turns the “Final Solution” into an event at the limits is the very fact that it is the most radical form of genocide encountered in history: the willful, systematic, industrially organized, largely successful attempt totally to exterminate an entire human group within twentieth-century Western society. In Jürgen Habermas’ words: “There [in Auschwitz] something happened, that up to now nobody considered as even possible. There one touched on something which represents the deep layer of solidarity among all that wears a human face; notwithstanding all the usual acts of beastliness of human history, the integrity of this common layer had been taken for granted... Auschwitz has changed the basis for the continuity of the conditions of life within history.” (FRIEDLÄNDLER, 1992: 2-3)

Na argumentação de Saul Friedländer fica evidente que a shoah choca por conta do planejamento de extermínio sistemático, como também por seus desdobramentos tal como a forma como foi praticado o extermínio. Entretanto, carrega um aspecto de espanto, por ter acontecido algo que está para além do que se imaginava possível, testando até mesmo os limites da imaginação humana, um acontecimento que expressa toda a potencialidade da monstruosidade humana.

Atribuir uma excepcionalidade para a shoah é algo válido, desde que essa excepcionalidade não seja levada para um lado místico, ou seja, intratável, isso apenas aumentaria de uma forma gigantesca os problemas que já não são poucos no trato do evento.

Importante destacar que a shoah vem modificar as pretensões da humanidade em relação à História, nas palavras de Jürgen Habermas: “Auschwitz has changed the basis for the continuity of the conditions of life within history.” É um evento que provoca uma reavaliação não apenas por parte da História como ciência, mas da forma com que a humanidade se lança na história. É esse aspecto que dá a shoah um local de destaque na história do século XX, isso que explicita sua singularidade.

Sabemos que a existência dos campos de extermínio, no coração da Europa, não afeta apenas esse ou aquele grupo humano, mas altera de modo radical, a própria ideia de humanidade. Trata-se de algo novo, inesperado e de certa forma inacreditável, Alfred Richckooock teve certeza disso quando montou o seu “Documentário Sobre o Holocausto”<sup>18</sup> procurou não “tratar” as imagens, colocando-as na forma que foram filmadas, sem cortes e adaptações. O diretor buscou usar primordialmente filmagens de planos gerais, pois essas mostravam as inacreditáveis montanhas de corpos, para que não houvesse dúvidas de que as imagens eram reais e não montagens. O documentário é de fato violento e sem dúvida difícil de assistir.

O que Alfred Richckooock fez foi perceber no chocante ineditismo das imagens que tinha nas mãos que havia ali um importante problema em História: a possibilidade de alguém negar o que acontecera usando a lógica, ou seja, que tal evento é impossível de se comprovar porque o possível é sempre alcançado pelo impossível, assim a verificação do acontecimento é impossível, logo não ocorreu.

Uma pergunta pertinente é: seria a shoah uma vivência exclusivamente judaica? A shoah não é um evento exclusivo dos judeus, ou que traga sofrimento apenas a esse grupo, é um evento traumático para o Ocidente de um modo amplo. Tal como salienta Luana Chnaiderman de Almeida (2006: 13), sabemos ser esse um campo minado, todavia, é necessário posicionarmos a respeito.

---

<sup>18</sup> O Filme não tem um título, ficou conhecido como “Documentário de Richckooock Sobre o Holocausto”. Ficou esquecido após a Guerra por conter cenas fortes demais, em 1985 a rede estadunidense PBS comprou os direitos da película junto ao governo britânico, colocou som e a transmitiu, é a forma que podemos encontrar facilmente hoje na internet.

Tal como a autora (ALMEIDA, 2006: 13), defendemos ser a shoah um evento com dimensões absolutamente terríveis para os judeus, havendo a aniquilação de milhões de vidas e também de toda uma cultura e um modo de vida dos judeus do Leste Europeu. No entanto, o plano de matança colocado em prática pelo governo nazista e seus aliados consiste em um evento que marca toda a humanidade, tal evento nos roubou parte da nossa capacidade de expressão, desestabilizou nosso arcabouço de crenças, entre eles a crença na própria humanidade, modificando a forma de se enxergar o passado, presente e as possibilidades de nos lançarmos ao futuro. Ao abordarmos a shoah devemos considerar cada vítima, sendo ela judia, comunista, homossexual, “cigana”, imigrante ou qualquer outro perseguido e vitimado pelo nazismo e seus aliados. A shoah não é um evento de sofrimento exclusivo dos judeus.

Um trabalho que mencione apenas judeus como vítimas da shoah é sem dúvidas um trabalho com uma cegueira fundamental, um trabalho que não respeita as vítimas como um todo. Neste ponto, é necessário levar em consideração que os trabalhos que negam as câmara de gás e a shoah, que são parte fundamental da presente pesquisa são fundamentalmente trabalhos com uma marcante conotação antisemita. O antissemitismo constitui uma das bases mais importantes dos Negacionistas da shoah.

É necessário ressaltar que a shoah configura-se sobre relações de poder, seria ingenuidade imaginar que sobre um evento tão importante não houvesse um jogo de poder que tenta dominá-lo, usá-lo e explorá-lo. Relações essas que são partícipes na forma como a entendemos e interpretamos. Tal afirmação não gera nenhuma desconfiança para a comunidade de historiadores, pois esses tratam isso no dia a dia, mas causa certo desconforto ao ter a shoah como objeto por ser esse um evento limite, no caso, um evento limite com proporções enormes por se tratar de um acontecimento que atinge grande parte da humanidade.

Estamos frente a um evento que exige de nós uma abordagem global, uma reflexão que indague sobre a capacidade e necessidade do fazer história. Este evento limite que é um delineador de nossa contemporaneidade é encarado na necessidade de ser tratado para que não ocorra mais. Hans Kellner (1994: 127) define que mesmo com todos os paradoxos envolvendo a shoah o “*never again*” é agora.

A afirmação de Hans Kellner nos remete de uma forma compactada a toda problemática da ação da História frente um evento como esse, pois alude a toda uma cadeia de rupturas, contradições, paradoxos e aporias que envolvem o trato da shoah. Ainda segundo o

autor (1994: 127) a noção da necessidade e até um dever de ação para uma não repetição nos leva a um eterno presente, o “*never again*” se entrelaça com um “*is now*”, levantando questões acerca do tempo e a forma como a História se insere nele difíceis de responder.

O “*never again*” vai para muito além de uma questão linguística, trata-se de um empreendimento gigantesco, trata-se de trabalhar o evento.

Para Iara Lis Schiavinatto na shoah:

A história abdica de qualquer tom de neutralidade – tampouco sonha com isto –, na medida em que ela atua como parte de um trabalho terapêutico entre o presente e este evento-catástrofe. O saber histórico enfrenta, assim, a necessidade de domar o trauma do passado e evitar a repetição do evento-limite. (SCHIAVINATTO, 2007: 97)

Para a autora o saber histórico tem a difícil tarefa de aprender a domar o trauma quem vem do passado, refletindo acerca do evento, pois existe uma necessidade de se evitar o evento-limite. Portanto, existe uma necessidade de se domar o trauma para se construir um conhecimento válido.

A shoah é assim, um desafio para os historiadores, não por conta de um trauma imanente, mas como uma inserção na História na tentativa de um “*never again*”. Aqui está um grande desafio para quem trabalha a história da shoah, ter que lidar constantemente com esse “*never again*” é como se a cada momento as vítimas da shoah indagassem a cada historiador: “o que tem feito por um *never again*?”

Tal concepção nos leva automaticamente a questão da memória e seu difícil trato pela História, isso se dá porque há uma operação por parte do historiador perante a memória, há um processo de enquadramento da memória, um exemplo é quando o historiador trabalha com testemunhos, o historiador faz com que esses passem por um processo de prova, na medida em que tem a intenção de dar uma sentença sobre o passado. É como se todo historiador tivesse ligado ao passado traumático, sendo responsável pelo futuro, todavia tratando uma memória que não é sua e que não pode ser sua.

Na busca de explicitar um lugar para a shoah, concluímos que: é um evento limite que se encontra em um local importante em nossa contemporaneidade, isso se dá por ser um evento que veio desestruturar a forma com que o homem se via em relação ao tempo e a si mesmo, mostrando sua faceta mais cruel, testando até mesmo os limites de nossa imaginação. Tal evento é importante não meramente por ser uma catástrofe que gera um trauma, mas também por desafiar a nossa capacidade de lidar com ele, exigindo uma reflexão sobre a forma que fazemos História e até mesmo a validade disso, algo que muitas vezes preferimos

ignorar. São esses motivos que tornam a shoah um objeto de averiguação fascinante, entretanto escorregadio e dificultoso, mas também (e até por isso) necessário.

A shoah é um evento limite, um evento assim se for encarado de uma maneira correta traz bem mais possibilidades para a História do que algum tipo de impotência. Ao serem sinalizados sobre possíveis limites, é uma possibilidade de a História interrogar sobre esses limites, exigindo evidentemente uma habilidade do historiador, possibilidade para esse tratar de fato um evento usando a tão falada interdisciplinaridade, é necessário separar o que são os limites históricos e o que são os limites extra-históricos, para primeiramente tratá-los separadamente para só assim, os interligar dentro do evento limite na busca de uma compreensão para esse evento.

Um evento limite configura-se assim em um evento possibilidade, pois nele os limites do conhecimento histórico são testados e colocados à prova, são indagados acerca de sua validade e aplicabilidade. Uma reflexão acerca dos limites impostos por um evento de tal envergadura é necessariamente uma reflexão que busque testar tais limites, na busca de superá-los, o que obviamente não é uma tarefa fácil.

Uma reflexão acerca da shoah enquanto evento limite e os desafios que essa traz aos historiadores nos levam a pontuar três problemas chave: 1) a questão da representação em História, ou seja, a capacidade dessa se referir ao passado de uma forma que seja válida; 2) A forma como tal referência é feita, ou seja, os problemas referentes a narrativa são explicitados na tentativa da História narrar o inarrável, o indizível; 3) Por fim, tem a importante questão do trato da memória pela História, já que a princípio os testemunhos dos campos são de certa forma protegidos por parte das testemunhas consciente e inconscientemente, sendo assim, há uma necessidade de “invasão” e apropriação de tais testemunhos por parte dos historiadores. São essas questões que serão pontuadas nos tópicos subsequentes.

### **1.3 Por uma definição de História**

Por mais que possa parecer banal, definir História, mesmo para os historiadores não é tarefa fácil. Exemplar é o livro *Apologia da História, Ou o Ofício do Historiador* (2001) de Marc Bloch, que nasce de uma interpolação de seu filho acerca da serventia da História. Como podemos ler na introdução do livro: “Papai, então me explica para que serve a história. Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre

o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é minha resposta.” (BLOCH, 2001: 41). Uma simples pergunta que nos faz refletir sobre o que consiste o fazer História.

Ressaltamos aqui a importância de se destacar uma noção de História a ser tratada no decorrer do trabalho, visto que nas últimas décadas houve uma ampliação do domínio da História. A História é uma área do conhecimento que passou por transformações no decorrer do tempo como destaca o mesmo Marc Bloch:

Seguramente, desde que surgiu, já há mais de dois milênios, nos lábios dos homens, ela mudou muito de conteúdo. É a sorte, na linguagem, de todos os termos verdadeiramente vivos. Se as ciências tivessem, a cada uma de suas conquistas, que buscar por uma nova denominação para elas, que batismos e que perdas de tempo no reino das academias! Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto; assim como a física de lord Kelvin ou de Langevin não é a de Aristóteles. (BLOCH, 2001: 51)

Marc Bloch destaca que a História passou por transformações desde seu surgimento. Por isso não adotamos conceitos prontos para delimitar o que é História, levando em consideração justamente as transformações que ela passou no decorrer do tempo e, porque certamente torna-se perigoso a utilização de um conceito pronto que reduza as possibilidades do conhecimento histórico.

Não existe um conceito de História que seja definitivo ou predominante, existem na verdade vários conceitos que competem entre si, e que certamente, se completam. Keith Jenkins (2011: 20) defende que existe uma multiplicidade de tipos de História, tendo como traço comum a pretensão de investigar o passado.

Assim sendo, buscaremos da forma mais sucinta possível, (visto que o objetivo primordial do presente trabalho não é uma reflexão sobre o que é História) uma elucidação sobre o que é essa área do conhecimento. Para tal, levamos em consideração que a definição de História é mais que uma questão epistemológica, pois também envolve questões que estão para além da teoria do conhecimento, dentre elas políticas e morais, visto que o historiador tem responsabilidades e deve prestar contas no que diz respeito a seu trabalho.

Keith Jenkins (2011: 23-24) chama a atenção para o fato de a História constituir um dentre vários discursos<sup>19</sup> a respeito do mundo, sendo o passado seu objeto de investigação.

---

<sup>19</sup>Como usamos discurso na medida em que nos referimos a Keith Jenkins, nada mais justo que mostrarmos qual é a definição de discurso utilizada por ele: “[...] uso o termo ‘discurso’ (por exemplo, ‘ter controle de seu próprio discurso’ e ‘o discurso da história’) no sentido que ele relaciona a interesses e a poderes as ideias das pessoas sobre história. Assim, você estar no controle de seu próprio discurso significa ter poder sobre o que você quer que a história seja, em vez de aceitar o que as outras pessoas dizem que ela é; em consequência, isso outorga poder a você, e não a essas pessoas. De modo semelhante, a expressão ‘discurso da história’ significa que em vez de considerarmos a uma matéria ou uma disciplina (palavras da vida escolar) que fazem pensar que

Entretanto, o autor salienta que a História enquanto discurso, está em uma categoria diferente do passado. Ou seja, História e passado são coisas diferentes.

Essa distinção torna-se primordial porque são comuns confusões a respeito do que é passado e o que é escrito sobre o passado. O passado por si só é diferente do passado que é objeto da atenção do historiador, sendo o passado tudo que ocorreu anteriormente a nós; já para o objeto de atenção dos historiadores podemos (como muitos) usar o termo historiografia. Sendo historiografia o conjunto de trabalhos a respeito do passado.

O passado é algo estático, diferentemente da História, como ressalta Marc Bloch (2001: 75): “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. O passado já ocorreu, não pode ser modificado, mas o conhecimento acerca do passado pode e é constantemente modificado. Salientamos isso para afirmar que a História é o resultado do trabalho do historiador quando esse interpola o passado. A historiografia é o conjunto desses trabalhos, visto que os historiadores apresentam suas conclusões acerca do passado de maneiras diversas, tal como livros, artigos, relatórios de pesquisa, palestras, documentários dentre outros.

O passado enquanto objeto de investigação é passível de diferentes interpretações, e essas interpretações variam no espaço e no tempo. Isso se dá por diversos fatores, tal como as atenuantes de cada local ou época em que se investiga o passado, que direcionam as indagações a respeito dele ao fato de a História ser como destacado logo acima ser um discurso a respeito do mundo, e, este discurso atende a determinados grupos.

Keith Jenkins (2011) na busca de uma definição para o que é História define que essa em seu aspecto teórico é composta de três aspectos, são eles: epistemológico, metodológico e ideológico. Sendo que esses se articulam da seguinte maneira:

A epistemologia mostra que nunca podemos realmente conhecer o passado – que a discrepância entre o passado e a história (historiografia) é ontológica, ou seja, está de tal maneira presente na natureza das coisas que nenhum esforço epistemológico, não importando quão grande, conseguirá eliminá-la. Os historiadores elaboram modos de trabalhar para reduzir a influência do historiador interpretativo, desenvolvendo métodos rigorosos que eles tentam universalizar das mais variadas maneiras, mas sempre pretendendo que, se todos seguíssemos esses métodos, um alicerce de habilidades, conceitos, rotinas e procedimentos poderia permitir chegar à

---

simplesmente que aprendemos algo que já está lá de alguma maneira natural ou óbvia e a qual reagimos de modo inocente, objetivo e desapaixonado, na realidade vemos a história como um ‘campo de força’ – uma série de maneiras com que as partes interessadas organizam o passado em prol de si mesmas. (...) Por conseguinte o uso do termo ‘discurso’ indica que sabemos que a história nunca é só ela, nunca é formulada ou interpretada inocentemente e sempre serve a alguém.” (JENKINS, 2011: 111-112, Nota 01)

objetividade. No entanto, existem muitas metodologias; os supostos “alicerces conceituais” são de construção recente e parcial, e eu argumentei que as diferentes que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos. Fora dessas pressões, não existe história definitiva. Todo consenso (temporário) só é alcançado quando vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado da inclusão e/ou anexação. Por fim, a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material. A ideologia penetra todos os aspectos da história, aí incluídas as práticas cotidianas para produzir histórias naquelas instituições que, em nossa sociedade, são destinadas principalmente a tal propósito – em especial as universidades. (JENKINS, 2011: 42-43)

Deste modo, os historiadores estão imersos em uma problemática que ajuda a definir o que é sua área de conhecimento. Considerando as dificuldades próprias de se averiguar o passado, visto que o historiador não tem acesso ao passado em sua totalidade, apenas em fragmentos, que chegam até ele em forma de vestígios, esse cria (recria/reformula) métodos para garantir um status de objetividade em suas conclusões. Mas isso não é tudo, é necessário destacar como salientou Jenkins, que mesmo esses métodos e a variedade de métodos estão imersos em um jogo de disputa ideológica.

Na sequência de seu texto Jenkins (2011: 43-51) acrescenta a tudo isso que acabamos de ver, problemas decorrentes de questões práticas, ou seja, que surgem no dia a dia do historiador. Isso desde problemas no que diz respeito à academia, que vão desde um vocabulário próprio a necessidade de publicação e as exigências das editoras, tal como datas, formato e extensão.

Importante aqui é destacar que o passado, aliás, o passado que ganha importância para ser transformado em história é buscado para atender a demandas do presente, e essas demandas orientam o trabalho do historiador em todo o processo de construção de determinada história(s).

Uma definição de História ainda não foi dada de forma contundente aqui, para tal buscamos mais uma vez o auxílio de Keith Jenkins:

Assim, o que é a história para mim? Eis uma definição: A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que em nossa cultura, são em sua imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existe naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas. (JENKINS, 2011: 52)

História é o que os historiadores (sendo eles profissionais ou não) fazem, é o resultado final do trabalho do historiador. Mas isso não quer dizer que esses historiadores não devam demonstrar quando fazem a amostragem dos resultados de suas pesquisas critérios comuns entre todos os historiadores, que são vistos através de métodos e a forma como esses expõem os vestígios do passado, os indagam e os tratam.

Por fim, deve ser feita uma defesa no que diz respeito a um suposto relativismo no que concerne ao conceito de História apresentado aqui. O historiador faz seu trabalho levando em consideração as demandas do presente, utilizando os mecanismos disponíveis a ele naquele momento, no entanto, a História, que é resultado do seu trabalho, é condicionada ao passado, ou seja, é ligada ao passado, visto que esse existiu de fato. Para tal afirmação, nos remetemos novamente a Marc Bloch:

É que os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece [conscientemente ou não]. Jamais estabeleceremos uma estatística dos preços na época merovíngia, pois nenhum documento registrou esses preços em número suficiente. [...] (BLOCH, 2001: 75)

Com isso concluímos que História é o resultado do trabalho do historiador, feito levando em consideração demandas de seu próprio tempo, mas respeitando as imposições e os limites que o passado lhes impõe. Após tudo que foi tratado na busca de uma definição de História, seria contraditório acreditarmos que essa é uma definição definitiva ou até mesmo preponderante, mas ressaltamos mais uma vez que essa não é a intenção do presente trabalho. Essa definição do que é História é apenas para nos guiar no decorrer do presente trabalho, tendo em vista que quando for falado de História, é nesse sentido que acabamos de ver.

#### **1.4 Intencionalistas, Funcionalistas e os Negacionistas**

A investigação proposta no presente trabalho não é acerca da shoah, mas uma investigação que tenha os Negacionistas da shoah e sua tentativa de inserção na História como caso a ser investigado. Para isso, vislumbremos como se articula o estudo da shoah levando em consideração os Negacionistas enquanto sua pretensão de ser uma escola historiográfica.

Berel Lang (1992), ao refletir sobre os limites da representação da shoah, ou como ele mesmo expressa: “representação dos limites”<sup>20</sup>, acredita que a disputa no que diz respeito

---

<sup>20</sup> Esse é o título de seu trabalho “*The Representation of Limits*”, no qual ao inverter o tradicional “limites da representação” procura refletir sobre os limites da representação do genocídio nazista considerando que os próprios limites são representações.

às representações do genocídio nazista está posta em especial por dois grupos: os Intencionalistas e os Funcionalistas. Por Intencionalistas entende-se os que acreditam que o extermínio indiscriminado de pessoas fora planejado; por Funcionalistas entende-se os que acreditam que esse extermínio não havia sido planejado pelos nazistas e que só ocorreu no desenrolar da Segunda Guerra Mundial e por conta das circunstâncias da própria guerra.

Na busca de compreender a empreitada negacionista em sua tentativa de inserção na História é necessário que se faça um melhor esclarecimento sobre os Intencionalistas e Funcionalistas, já que é sabido que desde o fim da década de 1950 esses dois grupos dominam os estudos acerca da shoah. Para aí sim, indagar se os Negacionistas se inserem em alguma dessas Escolas ou se opõem a alguma delas.

Para uma melhor elucidação acerca dos grupos em destaque, recorremos a Shlomo Aronson e Peter Longerich na *The Holocaust Encyclopedia*, na busca por Intencionalistas encontramos:

The intentionalists focus on Hitler's ideology, which in their view led Hitler early on to decide that Jews should be murdered en masse. Later events resulted from the tactics (or the different stages) of gaining power and the necessary means of achieving this preconceived end. (ARONSON / LONGERICH, 2001: 185)

O referido grupo foca seus esforços nas concepções pessoais de Adolf Hitler, visto que para tal grupo, fora essas questões pessoais que levaram Adolf Hitler a decidir logo cedo pelo extermínio dos judeus. Na ausência de documentos com uma ordem de Hitler deliberando a shoah autores da referida Escola remetem a documentos de diversas fases da carreira do líder alemão que expresse seu ódio pelos judeus. Apontando Hitler como o motor da política antissemita, e assim, responsável pelo extermínio.

Como ressalta Pedro Caldas (2011: 163), alguns estudiosos dessa Escola como Lucy Dawidowicz defendem que *Mein Kampf* é um documento indispensável e suficiente para que se reconstrua o processo genocida mediante as intenções de Adolf Hitler.

A Escola Intencionalista baseia-se em uma interpretação não literal dos documentos referentes à “Solução Final”. Cria um contexto (no sentido literal da palavra, uma tessitura, uma conjunção de textos) a partir de documentos que não expressem uma ordem direta do líder alemão determinando o extermínio de judeus antes e durante a segunda Guerra Mundial, mas que expressem sua intenção em promover o extermínio. José Rodríguez Jiménez (2000: 375) destaca A. Bullock, H. R. Trevor Roper, K. D. Bracher, Leon Poliakov, K. Hildebrand e Andreas Hillgruber como os principais nomes dessa Escola. A Escola

Intencionalista encontra como opositora a Escola Funcionalista, sobre tal Escola encontramos a seguinte definição na *The Holocaust Encyclopedia*:

The functionalists argue that the Third Reich was such a diffuse structure that events were driven by huge bureaucracies carrying officials on their backs. On first attaining power, the Nazis had no concrete plans for translating their ideology into practice, or no sense of how far that process should go. Hence, events were determined by the working of mechanisms which, although created by the Nazis, took on lives of their own. This process of “cumulative radicalization,” caused by the necessities of practical events coupled with a lack of “positive solutions” and a consequent “selection of negative elements in the Nazi ideology,” generated the conditions for mass murder, even though (the functionalists assert) no explicit order had been issued by Hitler. (ARONSON / LONGERICH, 2001: 185)

Para os Funcionalistas a ideologia nazista é que caracteriza o evento. Nota-se a necessidade de eventos políticos que levam a uma “radicalização cumulativa” da ideologia nazista, caracterizada no assassinato em massa. Sustentam que Hitler não foi o fator determinante do sistema criminoso posto em funcionamento pelos nazistas.

Assim, a decisão pelo extermínio dos judeus, se dá por uma conjunção de fatores. Desde o fanatismo extremo até a complexidade que o aparato burocrático do governo acabou ganhando, tal como as próprias divergências internas do sistema nazista. José Rodríguez Jiménez (2000: 375) aponta Martin Broszat, Hans Mommsen e Uwe Dietrich Adam como os principais nomes da referida Escola.

Os historiadores da corrente Funcionalista têm um importante papel na reavaliação do peso pessoal de Adolf Hitler no que diz respeito aos desígnios da Segunda Guerra Mundial.

Em suma, as controvérsias entre as duas Escolas sobre a origem, motivação e desenrolar da shoah estão postas em relação à seguinte questão: existiu um plano por parte de Adolf Hitler que ordenasse o extermínio que culminou na shoah? Para os Intencionalistas esse plano existia, já para os Funcionalistas, tal plano nunca existiu, a ocorrência da shoah para o segundo grupo foi resultado da burocracia estatal alemã no período da Segunda Guerra Mundial.

Pedro Caldas (2011: 163-164), no que diz respeito à controvérsia entre Intencionalistas e Funcionalistas ressalta que, “na ausência do testemunho de Hitler, historiadores coligem documentos que garantem plausibilidade à suas interpretações, sejam elas ‘intencionalistas’ ou funcionalistas’.”

Ressaltamos que nenhuma das duas Escolas nega as câmaras de gás e a shoah, ou seja, nem uma delas é negacionista. A importância de tratarmos as referidas interpretações é que são justamente elas que criam um contexto que propicia o surgimento dos Negacionistas.

Berel Lang (1992: 310), defende que o que permite o surgimento dos Negacionistas é a distância que separa os Intencionalistas e Funcionalistas. Sendo os Negacionistas uma representação alternativa. Na verdade a mais radical representação em um “ninho de representações”, visto que negam não somente a intenção ou a responsabilidade dos nazistas no que diz respeito à shoah, mas negam o fenômeno em si.

Entender a alternativa negacionista como uma tentativa de opor uma escola “exterminacionista” a uma escola “revisionista” (negacionista), como defende Pierre Vidal-Naquet (1988: 35) é simplificar demais a ação do referido grupo. Por trás de negar a existência da shoah estão questões bem mais complexas.

Logo, torna-se pertinente lembrarmos as indagações que guiam o presente trabalho: como os Negacionistas chegam a suas conclusões? E, como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico? Na busca de respostas para tais indagações relacionando com o porquê de termos tratado os Intencionalistas e Funcionalistas no presente momento, vislumbremos como o Berel Lang chega tanto às referidas escolas quanto aos Negacionistas no já referido trabalho.

Berel Lang (1992), procura fazer uma “representação dos limites”, pois defende que os limites da representação, em especial no caso da shoah, também são representações, devendo ser observado quando esses “limites representação” passam a moldar os limites da representação. Desenvolve a ideia de que uma transgressão dos limites seja uma condição para a representação, mas que para tal é necessário identificar o ponto específico em que está fixado o limite.

Continuando na investigação de Berel Lang, o autor ao tratar a contenda entre Intencionalista e Funcionalistas o faz demonstrando que o desacordo entre os dois grupos ocorre no nível da interpretação. Isso se dá em um sentido formal ou sistemático, visto que a ausência de uma ordem de Hitler no que diz respeito ao destino dos judeus é o ponto chave da discussão. A isso se soma as questões incorporadas em cada representação incluem decisões sobre implicações morais dos elementos que compõem a representação. Com isso, um limite é tanto formal de referência material quanto um limite com um peso moral.

Como visto anteriormente, os Negacionistas se inserem justamente nesse contexto. Buscam ser uma alternativa autêntica no que diz respeito à representação da Segunda Guerra Mundial. Para isso partem do mesmo ponto que Intencionalistas e Funcionalistas, utilizando-se da ausência do testemunho de Hitler, também reunindo documentos para dar validade a suas teorias.

Por fim, nota-se que essas diferenças estão postas sobre a forma como o passado é escrito. Portanto, o problema posto pelos Negacionistas está no nível das representações, eles afetam a escrita da História na medida em que propõem que suas conclusões são as únicas verdadeiras e honestas. Em jogo, está à própria forma de se escrever história.

### **1.5 Representação da shoah: limites e possibilidades**

A questão dos limites e possibilidades no que diz respeito à representação da shoah está ligada a uma possível irrepresentabilidade desse evento, trazendo à tona problemas recorrentes na constituição do conhecimento histórico. Como é ressaltado por Robert Braun:

Historiographical debates centering on the Holocaust bring us to a core problem of the theory of history: the conflict between the “meaning” of past “reality” as knowledge (*episteme*), the formation of representations of the past as opinion (*doxa*), and the relationship between past “reality” as construction of mind in the present *and* in the past. In the final analysis, it seems futile to speak about the “reality” of the past as an object of study [...] (BRAUN, 1994: 175)

Problemas envolvendo representação em História estão diretamente ligados à busca da História para se estabelecer como uma área do conhecimento plena e autônoma. Tal como da capacidade da História referir-se ao passado.

Uma reflexão sobre os limites e possibilidades da História em sua tarefa de apreensão de fenômenos ocorridos no passado é e deve ser algo permanente, até por isso concepções sobre o que seria uma representação tal como os métodos a serem utilizados para isso passam por modificações constantes. Assim, ao se tratar de representação, deve-se considerar que podem existir noções diferentes dentro de uma mesma discussão, pois não existe uma concepção de representação que seja homogênea em História.

Mesmo sendo algo óbvio, destaca-se aqui que a História tem uma relação íntima com o passado, sendo esse seu objeto de averiguação. Problemas relacionados com a representação estão inseridos nessa ligação que a História tem com o passado e a forma como esse é abordado. Nisso está posta a forma com que os historiadores lidam com o real no trato

dos vestígios do passado. No limite, como é entendido o grau de realidade contida no passado e sua importância no processo de construção de uma história. Para melhor elucidação vejamos as considerações de Reinhart Koselleck:

A esse respeito sejam permitidas duas considerações relevantes do ponto de vista da teoria do conhecimento: o conteúdo factual estabelecido *ex post* aos eventos investigados nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas, supostamente tomadas como reais naquele momento. Todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida. Com isso não se quer dizer que o evento histórico seja estabelecido sem cuidado ou de maneira arbitrária, uma vez que o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito. Mas esse mesmo controle não prescreve aquilo que pode ser dito. Pode-se considerar que o historiador, de um ponto de vista negativo, está sujeitado pelos testemunhos da realidade passada. Por outro lado, de um modo positivo, quando interpreta um evento a partir das fontes, ele se aproxima daquele narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar mais verossímil a sua narrativa. (KOSELLECK, 2006: 141)

Reinhart Koselleck expressa que os conteúdos factuais estabelecidos como realidade (após o evento) não são idênticos à totalidade das circunstâncias passadas, supostamente tomadas como reais naquele momento. A realidade propriamente dita já não pode ser apreendida, toda e qualquer representação de qualquer evento como fruto do trabalho do historiador contém um grau de ficcionalidade, um controle metódico deve ser observado para que tal averiguação do passado venha ter validade.

O problema da questão de uma irrepresentabilidade da História ou de determinados eventos históricos, como o caso da Shoah, está posto sob a base de uma representação diferente da que Reinhart Koselleck apresenta em virtude daqueles que, ao defenderem uma irrepresentabilidade, estão remetendo a uma noção em que um determinado evento ao ser abordado pela História tem que ter como resultado um trabalho que expresse exatamente o que aconteceu no passado. Reinhart Koselleck acredita que o problema da representação em História está posto nos seguintes termos: “O problema da representação, isto é, da maneira como a história [*Historie*] narra e descreve, remete, no campo do conhecimento, a diferentes dimensões temporais do movimento histórico [...]” (KOSELLECK, 2006: 133). Essas questões expõem a intencionalidade do pensamento histórico, tal como a ação do historiador na construção de uma determinada história, mesmo que esse sempre seja obrigado a regressar às fontes em busca do passado.

Defender a irrepresentabilidade de um evento é não apenas o desconsiderar, mas ver como negativas as intersubjetividades da investigação histórica. Neste caso, seria transpor para a investigação de um evento determinado tudo o que se tem de restrições quanto ao uso de artifícios estilísticos no trabalho do historiador. Essas questões estilísticas ainda assustam

um bom número de historiadores, o que será tratado de maneira pormenorizada quando for abordada a questão da narrativa.

Robert Braun (1994:194) ressalta que é exatamente em eventos perturbadores que a questão da representação em História e todos os problemas a ela atrelados tornam-se mais evidentes. A história do III Reich, em especial a shoah e, principalmente, a forma com que essa fora desenvolvida consiste em um evento perturbador para a humanidade.

Retomamos o argumento de Robert Braun (1994), que acredita ser nos eventos mais perturbadores que os problemas envolvendo a representação em História tornam-se mais aparentes. Justificando essa afirmação, tal como o que vimos anteriormente a shoah ocupa um lugar de destaque em nossa contemporaneidade, sendo um evento perturbador de grande abrangência, torna-se um objeto privilegiado para uma reflexão acerca dos limites da representação em História.

Sobre a demanda da representação da shoah, algumas questões estão intrínsecas, tal como: ser esse um evento único; e uma imputação moral que traz certo compromisso a todo historiador ao escrever sobre esse evento, como já fora abordado anteriormente, mas que é necessário que seja ressaltado novamente.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, ainda abalados pelo horror revelado dos campos, iniciou-se uma discussão moral acerca da shoah, pois se viu a necessidade de se criar juízo de valor sobre a shoah, juízos pessoais, históricos e filosóficos para tratar dos problemas levantados por tal evento. Para Robert Braun (1994: 181), as discussões de apelo moral desempenham um papel definitivo nas interpretações da shoah.

As questões estão para além do horror da shoah, a representação é uma reflexão mais ampla envolvendo demandas históricas e supra-históricas. É um evento que aponta para o peso do presente em relação às conclusões que os historiadores tiram do passado, para Hans Kellner (1994: 128): “The limits of representation are the limits of desire and of the present.”. Kellner apresenta tal argumento ressaltando a força que o presente tem em relação ao passado, especialmente no que diz respeito à shoah, na qual para ele, existe uma necessidade de se reconhecer o peso dos desejos presentes em relação ao passado. O que o autor trata chamando de “representação libidinal”.

Que as experiências do presente têm um peso importante no que diz respeito a nossas impressões sobre o passado não consiste em segredo para ninguém, assim, o que há de especial no argumento de Hans Kellner? É que para o autor, o desejo de representar a shoah

traz consigo um desejo de que não ocorra mais. Para tal, existe a necessidade de que o evento seja transformado em história, o problema consiste nessa proximidade entre passado, presente e esperança de futuro, os limites da representação do passado estão atrelados a nossa incapacidade de compreensão sobre o que ocorrera nos campos.

É nesse aspecto que Robert Braun (1994:174) salienta que às vezes, historiadores que trabalham a shoah afirmam que a investigação não facilita a compreensão do evento. Isso se dá porque segundo o autor os historiadores trabalham sobre uma racionalidade específica, a qual visa tratar como irracional os acontecimentos dos campos. Os conflitos que os historiadores enfrentam surgem em grande parte daí, como tratar um evento que foge da racionalidade habitual? Algo inconcebível e inimaginável?

A revelação dos campos de morte chocou os europeus. Sua revelação fez com que a imagem de “civilizado” fosse destruída com as imagens que vinham dos campos. Eric Dunning e Stephen Mennell afirmam que:

De todos os eventos que ocorreram até agora no século XX, o genocídio nazista foi aquele que infligiu maior choque à imagem que a população europeia tinha de si mesma, tão fortemente impregnada pela ideia de “civilização”. Mas o que quer que possa ter sido, e por mais que envolvesse o uso de técnicas “civilizadas” como formas burocráticas “racionalis” de administração, os genocídios dificilmente podem ser descritos, por maior que seja o esforço de imaginação como algo “civilizado”. (DUNNING; MENNELL, 1997: 11)

A comprovação que europeus podiam agir de maneira tão “incivilizada” acabou os chocando grandemente. Ocorreu o que Norbert Elias (1997: 269-355) chama de “colapso da civilização”.

Segundo Elias (1997: 270), ocorre que as pessoas do século XX veem a si e a sua época como se seus padrões de civilização e racionalidade estivessem muito além do barbarismo de tempos anteriores ou até mesmo de sociedades “menos desenvolvidas” de hoje. Quanto mais a realidade dos campos ia sendo revelada, mais causava choque, pois ninguém, especialmente por conta de sua crença no progresso, queria acreditar na barbárie ocorrida.

A dura constatação de que a barbárie sempre esteve presente nos tempos modernos foi sendo cada vez mais forte na medida em que fatos eram revelados. Condições comuns de sociedades contemporâneas, formas de agir e de pensar que podem ser facilmente identificadas na máquina de morte arquitetada pelos nazistas, o que revelou uma parte sombria dos seres humanos civilizados.

Ocorreu que os nazistas por interesses realistas usaram crenças não racionais para atingir seus objetivos. O extermínio em massa jamais pode ser classificado como algo

racional, mas o fizeram pelo vigor inabalável de sua própria crença. Sobre isso, Norbert Elias conclui:

Isto não significa, em absoluto que crenças manifestadamente irracionais devem ser sempre tomadas por seu valor aparente, como os fatores primordiais em ações coletivas, mas apenas que também que existem constelações onde elas funcionam como determinantes primárias. Finalidades e crenças professadas são no máximo, com muita frequência, impulsos secundários para a ação e talvez mera arma ideológica ou tela ideológica que encobre outros interesses estreitamente parciais que hoje, na falta de conceitos mais adequados, descrevemos como “realistas” ou racionais. Nesses casos, a explicação de ações a explicação de ações coletivas em função de tais finalidades e doutrinas é falaciosa, ilusória ou, no mínimo, altamente incompleta. Algumas vezes, porém, um curso de ação é determinado por nada mais forte que um objetivo derivado de um conjunto de crenças professadas. As crenças em questão podem, como dizemos, ser extremamente “irrealistas” e “irracionais”. [...] (ELIAS, 1997: 279).

Apontar um irracionalismo ou uma “desrazão” não tem nada a ver com a negação de uma racionalidade que subjaz ao projeto totalitário: o horror que o projeto causa está exatamente na racionalidade interna. A Alemanha nazista como Estado Totalitário protagonizou algo que foi além de um momento crítico da razão ocidental, transformando-se em um marco da “desrazão” ocidental. Ocorreu no Estado Nazista, uma transformação da visão racionalista do mundo em uma visão puramente técnica, na qual a racionalidade foi colocada a serviço de suas próprias necessidades.

Nas últimas décadas um número cada vez maior de pessoas se conscientiza que o genocídio é um problema permanente no mundo moderno. Nenhum outro genocídio como a shoah escancarou a vulnerabilidade da civilização de forma tão concreta, por isso que tal evento torna-se altamente importante para uma revisão de nosso sistema de explicação, visto que esse demonstra que esse sistema é falho.

É necessário diferenciar a conduta nazista e seus interesses. Uma coisa é a irracionalidade de seus atos culminando no extermínio de milhões<sup>21</sup> de pessoas, outra totalmente diferente é defender que sua conduta não estava em sintonia com um exercício racional de seus próprios interesses. Entender a forma das ações dos nazistas como racional não consiste em considerar sua ideologia racional. Para Paul Ricoeur (2010: 271) “O historiador da shoah tampouco deveria se deixar intimidar pelo postulado segundo o qual explicar é desculpar, compreender é perdoar [...]”.

---

<sup>21</sup> Sabemos de toda a querela que envolve números em relação aos mortos pelo regime nazista e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial, chegar a um número exato é impossível, no entanto, é impensável acreditar ou defender que as mortes não chegaram à casa do milhão.

Deste modo, a racionalidade que guia os estudos históricos não se torna um travamento para o trato da shoah, visto que tal racionalidade deve ser usada no que diz respeito ao encadeamento dos fatos e não na busca de uma racionalidade para os atos dos nazistas.

Prosseguindo, com o auxílio de Robert Braun, notamos que segundo o autor:

Examples show that attempts to represent past “reality” are closely related to the politically and socially significant interplay between individual and communal search for legitimation. And the legitimation of the past by the authority of the present. (BRAUN 1994: 172)

Tal argumento vem abalar a noção de realidade do passado. Desta forma, os debates acerca da shoah vêm evocar um problema central da Teoria da História: o conflito entre o “sentido” e “realidade” do passado na constituição do conhecimento e sua representação como o parecer do historiador.

O que é almejado aqui ao expormos o argumento de Robert Braun é expressar a importância que o presente tem em relação à representação do passado, buscando resgatar a importância do passado enquanto realidade, ou ao menos proporcionar uma reflexão acerca disso. A história de um passado qualquer é um misto de realidade/construções, mas tal operação é feita sob métodos e critérios que legitimam a História enquanto conhecimento válido.

Robert Braun (1994: 176), acredita que a “realidade” do passado não exista, o que existe é um infindável número de realidades equivalentes aos julgamentos que visam um possível fim no presente. Para ele há uma interação contínua entre as teias de construção, já que na busca de legitimação o presente está em constante mutação utilizando o que entendem a cada momento como “realidade” do passado, assim, as conclusões acerca do passado são guiadas por interesses que estão fora da esfera acadêmica.

A shoah trouxe, através dos diversos vestígios do passado, desde documentos a testemunhos de sobreviventes, expectadores e pessoas diretamente envolvidas no processo de extermínio uma noção do politicamente possível e moralmente imaginável. Desta forma, a representação do passado deveria ser baseada sob o critério do possível e plausível, tendo a “realidade” passada apenas como mediadora. Entretanto, mesmo que seja difícil, devemos reconhecer que a shoah foi possível, ocorreu e principalmente, foi desenvolvida por gente comum, igual a todos que vemos todos os dias nas ruas. Não entender a shoah como algo possível a torna irrepresentável.

As questões em relação à representação da shoah tornam-se ainda mais complexas na medida em que novas representações começam a existir e buscar legitimidade, denunciando novas formas de percepção da shoah.

Uma nova gama de representações sobre o tema em estudo ganhou notoriedade em meados da década de 1980, mais especificamente com a *Historikerstreit*. Traduzindo literalmente seria “briga de historiadores” ou “contenda de historiadores”, no entanto é um termo que normalmente não é traduzido para outros idiomas. Tal controvérsia trouxe um problema importante: a singularidade da shoah foi questionada. Logo, cabe explicar o que seria a *Historikerstreit* e porque ela trouxe problemas.

A *Historikerstreit* iniciou-se com uma série de artigos publicados na Alemanha Ocidental com autores buscando uma revisão da história alemã. Na verdade não era uma discussão meramente acadêmica, já que era um debate acerca da identidade nacional com base na moral e na política. Mas o que origina a controvérsia? Jan Herman Brinks traz uma boa elucidação:

The Historikerstreit originated from Ernst Nolte’s claim that in the totalitarian troika of National Socialism, fascism and Marxism-Leninism, National Socialism was a reaction against Stalinism. In Nolte’s view, Communism constituted the ‘original’, and National Socialism was more or less a copy. For Nolte and other New Right authors there was a causal connection between the mass murders of the Russian Revolution and the crimes of Nazi Germany. ‘Auschwitz’, according to this reasoning, was a reaction born of fear in the face of the destructive acts of the Russian Revolution. In other words: Stalin and his regime were partly responsible for the creation of the Third Reich. Hence ‘Auschwitz’ and the ‘Gulag’ were for Nolte more or less equally criminal, apart from the ‘technical procedure of gassing’. Nolte reasoned that it might be legitimate to argue that Hitler was entitled to intern German Jews as prisoners-of-war. Chaim Weizmann had after all announced in September 1939 that Jews all over the world would fight on the side of Britain. (BRINKS, 2005: 133)

Aqui, nota-se que o problema inicia-se quando Ernst Nolt busca normalizar o passado alemão. Para isso procura relativizar um ponto chave da história alemã recente: os acontecimentos dos campos nazistas. Argumentando que a shoah deve ser analisada sob uma base mais “original”, já que se trata de uma resposta à ameaça do arquétipo bolchevista, defendendo assim os interesses da civilização ocidental. Para o autor, foi o medo da União Soviética e seus métodos que fez com que os nazistas agissem de maneira brutal nos campos, como podemos ver em seus argumentos:

A conspicuous shortcoming of the literature on National Socialism is that it doesn’t know, or doesn’t want to admit, to what extent everything that was later done by the Nazis, with the sole exception of the technical procedure of gassing, had already been described in an extensive literature dating from the early 1920s. . . . Could it be that the Nazis, that Hitler carried out an ‘Asiatic’ deed only because they regarded

themselves and those like them as potential or actual victims of an ‘Asiatic’ deed?  
(NOLTE, 1987, Apud DUVENAGE, 1999: 04)

Assim, os Gulags<sup>22</sup> seriam um sinal do que aconteceria com o Ocidente. Desta forma, a shoah deveria ser analisada tendo o bolchevismo como espelho. O que Ernst Nolte faz é comparar um a outro.

Na mesma linha de Ernst Nolte encontra-se Andreas Hillgruber que defende que os historiadores devem simpatizar com os alemães, já que, segundo o autor, eles estavam lutando pelo Ocidente frente aos comunistas (LACAPRA, 1992: 114). Nenhum desses autores são negacionistas, a negação da shoah já ocorria antes do *Historikerstreit* inclusive em outros países.

Jürgen Habermas é um nome fundamental na *Historikerstreit*, o referido autor contesta as teses de Ernst Nolte e Andreas Hillgruber, tal como de outros autores envolvidos no debate: Hagen Schulze, Michael Stürmer e Joachim Fest. É necessário ressaltar que Habermas não esteve sozinho em tais debates, contou com aliados como: Hans-Ulrich Wehler, Jürgen Kocka, Eberhard Jackel, Hans Mommsen, e Wolfgang Mommsen (DUVENAGE, 1999: 05). Jürgen Habermas denunciou que esses autores estavam tentando “normalizar” o passado alemão, criar uma nova identidade nacional, e restabelecer a continuidade da história alemã relativizando o período nazista relativizando o período nazista.

Duas questões que são eminentemente históricas interessam na *Historikerstreit*: 1) ser a shoah um evento único e os novos argumentos que vieram abalar a noção de singularidade do referido evento; 2) Como tratar a shoah em uma continuidade histórica?

Como defendido anteriormente, a shoah deve ser tratada em sua singularidade, mas sem deixar que essa excepcionalidade leve as averiguações sobre o evento para parâmetros supra-históricos. Atribuir uma excepcionalidade para a shoah é algo válido, desde que essa não seja levada para um lado místico, ou seja, intratável, isso apenas aumentaria de uma forma gigantesca os problemas que já não são poucos no trato do evento.

Todavia, ainda sobre a singularidade da shoah é importante que seja destacado que quando a singularidade do evento é questionada, automaticamente abre-se espaço para

---

<sup>22</sup> Gulags, é como ficaram conhecidos os Campos de Trabalho Correcional na União Soviética stalinista. Esses campos abrigavam prisioneiros que eram desde criminosos comuns (ladrões, estupradores, assassinos desordeiros etc.) a presos políticos, funcionando de 1918 a 1956. Esses campos são tidos como símbolo da repressão do governo stalinista, pois seus prisioneiros eram tratados de forma bastante degradante, sendo expostos ao frio extremo, fome, torturas e com um sistema de trabalho altamente penoso. Estima-se que mais de 55 milhões de pessoas tenham morrido nos gulags soviéticos.

que esse evento possa ser comparado a outros. Ponto central aqui não é ver a shoah em um jogo binário e automático de singular ou comparável, mas ver como o evento pode ser usado para atingir propósitos específicos, como salienta Dominick LaCapra:

Maier's insightful and balanced account provides an excellent place to begin any contemporary discussion of the *Historikerstreit*. It is noteworthy that Maier invokes the binary opposition between the unique and the comparable (or the general)-one of the oldest such oppositions in historical thought. Yet this opposition takes on a specific-albeit debatable-significance in the context of the *Historikerstreit*. Maier's initial paragraph has a manifestly contradictory structure: uniqueness is not the issue; uniqueness is the issue. I think this contradiction is not debilitating, but the aporia it conceals must be subjected to further analysis. For it may indicate that the point is both to deconstruct the binary opposition and to see precisely how it functions historically and ideologically. Seeing how the opposition functions is necessary in the analysis of how uniqueness and comparability are coded in a historically and ideologically specific situation. Deconstructing the opposition is necessary in the attempt to elaborate a different way of posing the problem and even of defining the central issue. (LACAPRA, 1992: 108)

Dominick LaCapra ao tratar as controvérsias em torno da singularidade da shoah aponta que a questão traz mais possibilidades que limites, haja visto que para o autor o jogo binário exposto por Charles Maier<sup>23</sup> deve ser apenas o princípio de uma análise, nunca um fim. Como exposto pelo autor, descobrir a oposição binária é fundamental para uma análise do evento, já que uma maneira diferente de abordar o problema é necessária, visto que como temos trabalhado desde o princípio as técnicas tradicionais são insuficientes para tratar da representação da shoah, argumento que é corroborado por Dominick LaCapra (1992: 109) mais a frente em seu texto.

O argumento de Dominick LaCapra é importante para o que se busca demonstrar aqui, com a *Historikerstreit* irrompe-se novas tentativas de representação da shoah. Trata-se de uma reflexão sobre os usos do passado. É importante destacar que essa nova gama de representações surge antes, mas vem ganhar grandes proporções com a *Historikerstreit* e está inserida na tentativa de autores encontrarem um lugar para os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e para a shoah, buscando refletir sobre como situar o acontecimento dentro da

---

<sup>23</sup> Dominick LaCapra tece seus argumentos após citar Charles Maier para introduzir a controvérsia acerca da singularidade da shoah. O texto citado por LaCapra é o seguinte: "The central issue has been whether Nazi crimes were unique, a legacy of evil in a class by themselves, irreparably burdening any concept of German nationhood, or whether they are comparable to other national atrocities, especially Stalinist terror. Uniqueness, It has been pointed out, should not be so important an issue; the killing remains horrendous whether or not other regimes committed mass murder. Comparability cannot really exculpate. In fact, however, uniqueness is rightly perceived as a crucial issue. If Auschwitz is admittedly dreadful, but dreadful as only one specimen of genocide-as the so-called revisionists have implied-then Germany can still aspire to reclaim a national acceptance that no one denies to perpetrators of other massacres, such as Soviet Russia. But if the Final Solution remains noncomparable-as the opposing historians have insisted-the past may never be 'worked through,' the future never normalized, and German nationhood may remain forever tainted, like some well forever poisoned." (MAIER, 1988, Apud LACAPRA: 1992: 109)

História da Alemanha. Para uma melhor compreensão desse fenômeno vejamos uma explicação de Wulf Kansteiner:

For the most part, scholars who deal with the history and representation of Nazism have emphasized the differences between the Third Reich and the rest of modern times, especially the postwar period. Concepts of historical discontinuity, qualitative distinction, and incomprehensibility have framed most representations of the “Final Solution”, if not Nazism in general. This mode of representation insists on the historical turning point of 1945, thereby distancing Nazism and its most disturbing aspect, the “Final Solution”, from the postwar period. Some younger scholars have gradually abandoned this style of discontinuity and distanciation. They feel that Nazism is in principle not different from present societies. Even events such as the “Final Solution” fall within the continuous spectrum of possible modern worlds, a spectrum which contains our own social practices and which therefore links them to Nazism and the Holocaust. (KANSTEINER, 1994: 146-147)

Cada vez mais a situação tem mudado na Alemanha, existe uma tendência de não ver o III Reich, o Nazismo e suas atrocidades como algo descontínuo ou desconexo da história alemã, o que gera mais reflexões na medida em que novas perguntas surgem. Sem dúvidas as dificuldades são aumentadas, todavia as possibilidades se multiplicam, já que fenômenos históricos só podem ser adequadamente compreendidos se estudados com todo o contexto a sua volta.

A questão da continuidade da nação alemã através da catástrofe torna-se um tema importante. Jörn Rüsen (1992) caracteriza a situação na Alemanha pós-guerra destacando três formas distintas de se entender o período Nazista. Mas é necessário ressaltar que como defende o autor uma não sobrepõe as outras e não há uma substituição de forma sequencial, coexistindo entre si e contribuem para o modo como é entendida a história alemã e sua identidade nacional.

Na primeira, existe uma proximidade maior com os crimes nazistas, tendo uma importância fundamental na moldagem da identidade coletiva no pós-guerra, os alemães entram no pós-guerra com um sentimento de catástrofe e derrota, catástrofe essa que provoca uma ruptura de identidade enfraquecendo drasticamente o até então forte nacionalismo. A crise de identidade coletiva é superada deixando de lado e até mesmo suprimindo a memória da shoah (RÜSEN, 1992: 97-99).

A segunda etapa vem exatamente com a próxima geração alemã, que teve que cunhar sua própria noção de identidade coletiva, algo que significou uma luta com seus “pais”. Ocorre que pela primeira vez o período nazista ganha lugar na história alemã, sendo tratado como um contra-evento, que constituía a identidade alemã como algo negativo, aqui

há uma enorme identificação com as vítimas. Para Jörn Rüsen é aqui que a crítica se tornou um elemento essencial na interpretação alemã da história da shoah (RÜSEN, 1992: 99-100).

A terceira fase ainda está em aberto, pois se trata de uma geração mais nova de historiadores, assim sendo ainda não se sabe quais serão suas conclusões e contribuições na forma com que os alemães enxergam a shoah e se enxergam dentro de um processo histórico que tenha o referido evento como ponto de ruptura, tal como a forma como tratam certa continuidade a partir de então. Para essa nova geração a distancia temporal permite que eles tratem a shoah diferentemente de seus pais e avós, “quem cometeu tais crimes foram os outros alemães, não nós”. Para Jörn Rüsen a shoah está<sup>24</sup> prestes a ganhar um lugar dentro da cadeia de acontecimentos da História da Alemanha (RÜSEN, 1992:100-101).

O que almejamos ao usarmos as reflexões de Jörn Rüsen dentro da perspectiva da busca dos alemães de situar o período nazista dentro de sua História e conseqüentemente a relação do evento com sua identidade, demonstrando a importância no que diz respeito à descontinuidade e rupturas causadas por uma contingência específica e como é transformado por uma nova consciência histórica em uma significativa coerência temporal que conjugue passado, presente e futuro é mostrar que existem mudanças nas formas de se entender a shoah, e que essas novas formas veem buscar seu espaço.

O apontamento de tais mudanças é referenciado aqui para ilustrar que com a *Historikerstreit* surge uma nova gama de interpretações e representações da shoah, o que vem conturbar o já problemático estudo do período nazista e das atrocidades promovidas por tal governo e seus aliados. Novas representações denunciam novas percepções em relação à shoah, uma coisa é tratar sua singularidade ou refletir sobre como encaixar o evento dentro de uma história mais ampla, outra coisa é aproveitar das dificuldades inerentes ao estudo de tal evento para utilizá-lo de uma forma que force a História a chegar a conclusões falsas em relação ao evento, ou pior: que negue a validade da História enquanto conhecimento válido e plausível.

Com essa nova gama de representações, visões diversas acerca da shoah ganham espaço, entre elas a negacionista. É notório que os Negacionistas almejam que suas conclusões sejam uma representação autêntica em História. Tal tentativa vem fazer que a História tenha urgência em tratar o tema, afinal estão negando um evento histórico e toda a

---

<sup>24</sup> Lembrando que o autor escreveu o artigo referenciado no fim da década de 1980, contando com toda a efervescência da *Historikerstreit*, de lá pra cá a shoah é sim inserida na história alemã, sendo importante na constituição da identidade dos alemães.

forma como a história desse evento é feita. Sobre a tentativa de inserção dos Negacionistas e suas conclusões no campo historiográfico será tratado de maneira mais detalhada posteriormente.

Com a *Historikerstreit* a memória da Segunda Guerra Mundial e a construção da história desse evento ganhou um nível crítico que não tinha antes. Isso porque coloca a maneira de se entender os fatos e sua representação no discurso historiográfico como um problema, obrigando uma reflexão sobre isso.

A história do III Reich e seus desdobramentos, mesmo os mais traumatizantes e inacreditáveis devem ser tratados em uma continuidade histórica, até porque se forem tratados isoladamente, aí sim, favorecerá a incompreensibilidade, deve ser analisada em um todo, até porque essa não é uma história independente da história alemã, europeia ou mundial. Devendo ser tratada em um todo para que possa ser vislumbrado todo o jogo político, social e histórico que culminaram nos campos de extermínio.

Tudo isso nos leva a questão fundamental: é possível representar a shoah? A questão da possibilidade da representação do evento se torna mais importante na medida em que, ao falarmos dessa representação, estamos falando das possibilidades de representação do passado de uma forma geral. Sobre a indagação da possibilidade ou não de se representar shoah a resposta tem que ser fundamentada sobre o que se entende por representação.

O grande problema são as diferentes noções de representação, em especial os que imaginam serem as representações do real como algo real ou até mesmo como o próprio real representado, o que podemos chamar de representação radical. Uma noção de representação que afirma que uma representação de certa realidade seja ela mesma o real deve ser colocada em dúvida. Para que seja apontada uma solução para os problemas relacionados a essas noções de representação é necessário que se faça uma distinção entre realidade e representações.

Para tal, partimos de algumas definições de representação que guiará as conclusões acerca do tema. Carlo Ginzburg fala de certa ambiguidade do termo em sua definição:

Nas ciências humanas fala-se muito, e há muito tempo, de “representação”, algo que se deve, sem dúvida, à ambiguidade do termo. Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar. (GINZBURG, 2001: 85)

Carlo Ginzburg em sua definição e reflexão sobre representação chama atenção que o primordial ao se tratar de representação é ter em mente que essa está sempre atrelada ao real. Se, por um lado, essa em sua tentativa de representar o real remete à sua ausência, acaba também trazendo a realidade por meio dessa representação. Mas é importante destacar que essa realidade é ausente em si.

Ginzburg busca inspiração em sua definição de representação em Roger Chartier. Vejamos, então, a definição de Chartier:

[...] Por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por sua <imagem> capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é [...]. Uma relação compreensível é, então, postulada entre signo visível e o referente por ele significado – o que não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca. (CHARTIER, 1990: 20)

Nota-se que Roger Chartier ressalta a necessidade de que seja observada uma distinção radical entre o que representa e o que é representado. Mesmo assim, essa representação tenta substituir algo (ou alguém) na impossibilidade de sua presença. Deste modo, a representação é o relacionamento de uma imagem presente a um objeto ausente, o qual essa toma o lugar.

Para Paul Ricoeur no que diz respeito à obra historiográfica é necessário que fique claro que essa tem a intenção de re-significar acontecimentos passados. Sendo assim, sua referência são acontecimentos que efetivamente ocorreram.

A representação do passado se dá pela escrita histórica. O que está ligado ao ato de interpretação do passado, visto que para o autor, compreender significa o ato da interpretação criadora de sentido. Mas para compreender o que é uma representação historiadora é necessária que haja compreensão de uma propriedade intrínseca da representação, a representância. Isso se dá por que:

A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (RICOEUR, 2010: 289)

Ou, ainda:

[...] a representação literária ou escriturária deverá deixar-se soletrar em última instância como representância, a variação terminológica proposta colocando o acento não apenas no caráter ativo da operação histórica, mas também a visada

intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora. (RICOEUR, 2010: 248)

Paul Ricoeur deixa claro que a representação no plano histórico constitui-se em uma operação que traz à tona a visada referencial do discurso histórico. Destaca que a imagem tratada pelo historiador não é uma fantasia, devendo haver na representação uma fidelidade com algo que ocorreu. Existe nesse processo uma re-figuração do passado por parte do historiador, que se dá no texto historiográfico, deste modo, o texto visa não meramente algo ausente, mas um ausente que o precede, é aquilo que foi, mas que não é mais.

Desta forma, a representação em História parte da presença de algo que não está mais de fato presente, parte da presença do ausente. Parte então, de um referente externo, o real enquanto passado. Podendo ser captados através de vestígios, sendo que estes estão presentes. O passado pode existir no texto sob o signo de “representância”.

Para Ricoeur (2010: 255), existe entre historiador e seu leitor receptor um acordo que nutre a esperança que a narrativa historiográfica seja “verdadeira” e não ficcional. De tal modo, a representação em História deve ser uma representação de algo “verdadeiro”, aqui constitui-se o problema da representação em História, a busca através de rastros do passado uma representação que procure a “verdade”.

É necessário que seja destacado que em nenhum dos exemplos a representação é tida como o próprio real, nem o pode ser, pois na presença desse real tornar-se-ia dispensável a utilização de uma representação. Uma representação não é o real, pois, essa é algo que alude um real que não está mais presente; o real que não pode ser palpável, e que, sendo assim, uma representação é apenas uma perspectiva desse real, perspectiva que é construída com várias características subjetivas e objetivas. Representação essa que pode ser dominante em uma determinada sociedade ou não.

Os que acreditam na representação em História para suprir a impossibilidade de se “tocar” em um passado real acabam por se esquecer que esse real de outrora fora também moldado pelas representações de sua própria época, para isso, recorremos novamente a Roger Chartier:

Duas razões típicas das sociedades do Antigo Regime obrigam a considerar que as representações (mentais, literárias, iconográficas, etc.) participam plenamente da própria construção de sua “realidade”. Por um lado, o retrocesso do recurso à violência, que caracteriza as sociedades ocidentais entre a Idade Média e o século XVIII (e que resulta na tendência ao confisco, por parte do Estado, do monopólio sobre o emprego legítimo da força), faz com que os enfrentamentos, baseados nos confrontos diretos e brutais, cedam cada vez mais lugar às lutas, que têm como armas e objetos as designações e as representações (de si próprio ou dos outros). Por

outro, nestas sociedades, a identidade de um grupo depende da aceitação ou da rejeição – por parte das autoridades ou dos grupos dominantes – das representações que faz de si mesmo, eu seja, sua existência social. É neste sentido que as representações do mundo social “produzem” a realidade deste mundo. Infelizmente, durante muito tempo, a história social esqueceu esta lição. (CHARTIER, 2004: 34)

Apesar de Chartier estar remetendo a um período específico, esse vem chamar atenção que as representações da realidade acabam por ajudar a moldar a própria realidade. As representações participam da construção da realidade.

Assim, cabe à História não procurar representar o passado, mas sim, identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, averiguando a forma com que essa é pensada, transmitida e lida. Na construção dessa realidade social, é observado que embora essas representações para serem aceitas busquem certa universalidade, é sempre determinada pelos grupos dominantes (CHARTIER, 1990: 16-17).

Se essa representação é fruto de um grupo, no caso o grupo dominante, obviamente não deve ser descartada a existência de outras representações da realidade que lutam com a representação dominante visando se tornar hegemônica, essas lutas são lutas que visam uma dominação simbólica, símbolos esses que vem constituir a identidade de um grupo em um determinado período ou lugar. Com isso, destaca-se aqui que a análise de uma representação deve ser feita simultaneamente com uma análise das práticas dessa representação.

É necessário destacar que tais lutas não se dão de uma hora para outra, podendo ser vistas apenas em um processo de longa duração, como é apontado por Roger Chartier:

[...] É no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência, que é necessário inscrever a importância crescente adquiridas pelas lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social. Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um <ser apreendido> constitutivo da sua identidade. (CHARTIER, 1990: 23).

Como apontado por Roger Chartier, uma representação de si e dos outros está imersa em uma luta por uma dominação simbólica. Assim, os que defendem a irrepresentabilidade do shoah, estão apenas mostrando as suas armas em um jogo de representações.

No limite o que Roger Chartier quer mostrar é que se deve acabar com os falsos debates que propõem que exista uma partilha entre a representação e o real. Uma representação pode ser a matriz do discurso na medida em que essa comande os atos, na busca de uma construção do mundo social na contradição das identidades.

O historiador não tem como missão reconstruir o passado, ou trazê-lo através de uma representação, mas analisar como funcionou o jogo de representações na construção desse real e quais os reflexos disso em suas investigações no presente. Tendo sempre em mente que também está imerso em um jogo de tentativas de dominação do simbólico.

Por isso devem ser levadas em consideração que na construção de um texto existe uma gama de opções subjetivas e individuais, e que um texto deve ser entendido como um texto, como expressa Roger Chartier:

Torna-se claro, antes de mais, que nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo o mais <objetivo> (por exemplo, um quadro estatístico traçado por uma administração) – mantém uma relação transparente da realidade que apreende. O texto, literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real (que pode talvez redefinir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita [...] O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira que ele cria, na historicidade de sua produção e na intencionalidade de sua escrita. (CHARTIER, 1990: 62-63)

Essas palavras de Roger Chartier servem como orientação ao se tratar de representação em História, são orientadoras especialmente quando tratamos daqueles que acreditam em uma representação radical do passado, e que imagina que o texto cunhado pelas mãos de um historiador deva ter a capacidade de nos transportar para o real passado tal como ele foi. Até porque, se tal representação fosse possível não mostraria o como foi, mas sim o como é. Tão importante como um evento passado são as interpretações acerca dele e de outros acontecimentos relacionados a ele. Isso também é o que possibilita que existam inúmeros trabalhos sobre um mesmo tema ou evento, sendo que nenhum é mais real que outro, podendo ser entendido como uma interpretação sob outro ponto de vista, desde que essa respeite os critérios de validação em História.

O historiador não deve ter a missão de reconstruir o passado enquanto tal, devendo trabalhar tendo a consciência dessa impossibilidade. Sabendo também que seu trabalho não esgotará um determinado assunto e que jamais será a resposta final acerca desse.

Devendo assumir que seu trabalho é apenas mais uma interpretação do passado, sendo feita sob as possibilidades que o presente e o passado lhe apresentam.

Em relação à pergunta sobre a possibilidade de representação da shoah a resposta não deve ser meramente sim, mas que, sim é possível se representar, na verdade só é possível se representar a shoah, levando sempre em consideração que ao se representar um evento, será apenas uma representação dentre várias, e que, essa conta com várias escolhas objetivas e subjetivas para que se chegue até ela e que essa molda a forma pela qual o real é visto. Outro ponto a ser destacado, é que, a indagação não deve parar por aí; afinal, sobre cada evento histórico existe uma representação dominante hegemônica, assim, sua representação pode estar ou não em conformidade com essa. Neste sentido, pode assim ser indagado também por que essa representação se tornara hegemônica e quais são as forças políticas e ideológicas que estão por traz dessa hegemonia.

Isso é o que ocorre com todo evento que ganha importância para ser transformado em história, deste modo, a shoah apesar de apresentar peculiaridades e dificuldades próprias é objeto de estudo e de representação em História. Entretanto, obviamente não estamos falando de uma representação que é a única sobre o passado por ser exatamente o que ocorrera nesse passado em estudo.

De tal modo, ao ser discorrido aqui sobre representação não se tem em mente uma janela para o passado em que esse é vislumbrado como ele é, mas sim, mais uma visão do passado, ao qual se chegou por meio de uma pesquisa, utilizando vestígios desse passado. É necessário que seja explicitado os caminhos pelos quais se passou para se chegar a essas conclusões, para que outras pessoas possam constatar e se desejarem chegar por meio desse caminho a essas conclusões.

Para Saul Friedländer (1992: 6) a natureza dos acontecimentos no caso específico da shoah conduz a diferentes abordagens em termos de representação e fingir que diferentes abordagens não existem ou que muitas delas não são contraditórias entre si só camuflaria os problemas decorrentes disso. Neste ponto, cabe a pergunta: Como o que os Negacionistas fazem atinge o conhecimento histórico?

Os Negacionistas alegam que a história da shoah é feita de uma forma falsa, sendo que a alternativa negacionista seria a única legítima. A negação da shoah abala a forma tradicional com que se faz História e exige que seus métodos sejam revisados. Portanto, não

se busca uma solução esquematizada para tratar a shoah, mas usar o evento como caso para refletir sobre o fazer História.

Neste ponto é necessário destacar que a representação negacionista é apenas mais uma em meio a uma gama de representações. É necessário ainda que se tenha em mente que os Negacionistas desejam que sua representação seja hegemônica, até por isso é necessário que seja averiguada a forma como esses a fazem.

### **1.6 Narrando o inenarrável: sobre as dificuldades de uma narração da shoah**

A História não é mera enumeração de fatos e os historiadores não são catadores de informação do passado, a operação historiográfica é bem mais complexa que isso. O trabalho do historiador requer atitude, contendo nesse processo posicionamentos que expõem opções objetivas e subjetivas, contando com um método próprio que caracteriza a História enquanto ciência.

O trabalho do historiador constitui-se de instituir sentido para o passado mediante inquietações do presente frente expectativas em relação ao futuro. Isso é feito na tentativa de orientar a vida humana prática. Sobre tal tarefa Jörn Rüsen destaca:

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal. A plenitude do passado cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” pode ser caracterizada, categoricamente, como narrativa. A “história” como passado tornando presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa. (RÜSEN, 2001: 149)

A maneira como o passado é interpretado é o que caracteriza a narrativa histórica, já que essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo, é o que o autor chama de constituição narrativa do sentido histórico. Ou seja, a utilização da narrativa historiográfica para “presentificar” o passado na tentativa de orientar a vida humana prática, convertendo o passado em um texto produzindo sentido histórico.

Reconstruir os laços da narrativa com a História enquanto disciplina do conhecimento é trazer à luz a intencionalidade do pensamento histórico, o que causa desconforto para alguns, fazendo com que o debate acerca desses laços se arraste por mais de quatro décadas, estendendo-se até nossos dias. A narrativa passou a ganhar notoriedade no debate teórico da História quando, fez-se necessário a reflexão acerca da especificidade do pensamento histórico ao se tratar do padrão de racionalidade da explicação científica.

A questão em destaque está intimamente ligada à luta da História para se constituir como uma área do conhecimento plena e autônoma, ou como resume Jörn Rüsen (2001:150): “Em suma a questão é clara ‘como pensar historicamente?’”

Para uma melhor elucidação da importância da narrativa em tal processo buscar-se-á aqui fazer um resumo sucinto de como a narrativa foi vista nesse processo e sua natural importância.

A tradição francesa de historiografia, digo, a Escola dos *Annales* ou movimento dos *Annales* como preferem alguns, apesar das divergências metodológicas internas (BURKE, 1990: 93-107), traz consigo um ponto de união: a rejeição a narrativa.

De um modo geral a historiografia francesa faz com que haja um deslocamento no objeto da História, como podemos notar nas palavras de Ricoeur:

Com a historiografia francesa, o eclipse da narrativa procede principalmente no deslocamento do objeto da história, que não é mais o indivíduo-agente, mas o fato social total. Com o positivismo lógico, o eclipse da narrativa procede, antes, do corte epistemológico entre explicação histórica e compreensão narrativa. (RICOEUR, 1994: 138)

Esse deslocamento deu-se de forma gradativa, sendo assim, consideraremos alguns nomes que contribuíram para essa mudança.

Com Raymond Aron, veio a crítica a asserção do caráter absoluto do acontecimento histórico, ou seja, o acontecimento como aquilo que realmente aconteceu, como era amplamente aceito. Para Aron, não se podia ter qualquer ilusão retrospectiva ao fato histórico, pois para o autor o passado como efetivamente aconteceu está fora do alcance do historiador, o autor ressalta a impossibilidade de revivermos o passado. Com o referido autor começa a evidenciar-se o que pode ser entendido como um eclipse do acontecimento.

Braudel ao recusar uma história dos acontecimentos traz consigo uma recusa à narrativa, pois, para ele uma história factual só pode ser uma história narrativa, para uma melhor compreensão dessa recusa dos acontecimentos, é necessário que levamos em consideração que para o autor de “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Idade de Philip II*” o indivíduo é o portador final da mudança histórica, sendo assim, as mudanças mais significativas são as mudanças pontuais, pois são essas que afetam a vida dos indivíduos.

Qual é a resposta de Braudel as contradições apontadas por ele? Uma sobreposição de durações. Como poderemos notar a seguir:

É nesse contexto crítico que nasceu conceito de “longo prazo” oposto ao de acontecimento, entendido no sentido de “prazo breve”... “A história mais superficial

é a história na dimensão do indivíduo, a história factual é a história com oscilações breves, rápidas, nervosas; é a mais rica em humanidade, mas a mais perigosa. Sob essa história desenrola-se uma lentamente ritmada” e seu “longo prazo”: é a história social, a dos grupos e das tendências profundas. Esse longo prazo é o economista que ensina ao historiador, mas o longo prazo é também o tempo das instituições políticas e das mentalidades. Enfim, mais profundamente escondida, reina uma “história quase imóvel, a do homem e suas relações com o meio que o cerca”; para essa história é preciso falar de um tempo geográfico. (RICOEUR, 1994: 149)

A ideia de que os acontecimentos e os indivíduos devem ser superados será o ponto forte dos *Annales*. Braudel ao crer em uma história lenta das civilizações defende uma história com varias velocidades e conseqüentemente com várias durações. Os membros da Escola após Braudel foram profundamente influenciados pelo “longo prazo”.

Discorreremos acerca da luta da historiografia francesa contra uma história factual para demonstramos conseqüentemente, uma rejeição a uma maneira diretamente narrativa de escrita da história.

Um ponto importante a ser destacado é que com as novas perspectivas de análise da história houve uma aproximação da História com disciplinas vizinhas, tais como: a Geografia, a Economia, a História Quantitativa e a Antropologia.

De igual importância para um estudo acerca da problemática que envolve a narrativa e o conhecimento histórico é o ataque contra a compreensão, promovido pelos partidários do modelo nomológico, que tem a mesma importância do ataque contra o acontecimento entre os historiadores do “longo prazo”.

A questão da compreensão está intimamente ligada ao problema dos estatutos científicos aos quais a História deveria adequar-se, pois, traz a preocupação de uma normatização da explicação em História. Entretanto, a disciplina histórica ainda não é uma ciência plenamente desenvolvida, os pressupostos gerais que fundamentam sua ambição de explicar não têm a regularidade exigida para que essa seja considerada uma ciência plena.

Para Hempel, a História oferece apenas um “esboço de explicação”. Para o referido autor a História teria como objetivo explicar o destino da humanidade, o chamado “fim da história”, isso deveria ser feito por intermédio de “leis gerais”, sendo essas leis de cunho determinista, com seus padrões metodológicos oriundos das “ciências da natureza”. Podemos notar que para Hempel a História deveria adequar-se a essas chamadas “ciências da natureza”.

Após termos vistos os ataques feitos a questão da compreensão em História, fica claro as ressalvas e as restrições impostas pelos adeptos do modelo nomológico e os

consequentes limites impostos por esse modelo de História “cientifizante” e sua contribuição ao enfraquecimento da categoria narrativa no interior da ciência histórica.

A narrativa passa a ser tema central do debate em Teoria da História pelo fato de ficar subentendido que essa não é capaz de satisfazer as exigências de cientificidade postas pelo modelo nomológico de explicação. Foi justamente o fato das operações cognitivas básicas da História (consequentemente a própria História) não se adequar as “leis gerais” de cunho determinista, que fez com historiadores pudessem refletir acerca de certa especificidade da História enquanto conhecimento.

É nesse contexto que nasce às chamadas teses “narrativistas”, teses que retomam a reflexão sobre o papel da narrativa na possibilidade de apreensão do passado pela História, fazendo com que a compreensão narrativa fosse supervalorizada na medida em que a explicação histórica perdia sua importância.

Para uma elucidação do esfacelamento do modelo nomológico (RICOEUR, 1994: 176), é necessário que levemos em consideração uma perda de força gradual das filosofias da história de cunho teleológico. A recusa a essas filosofias da história é totalmente compreensível na medida em que, essas filosofias da história com pretensões universais serviram de legitimação para ideologias de cunho etnocêntrico, que muitas vezes praticaram uma assimilação não refletida com padrões metodológicos baseados nas “ciências da natureza”, que tinham como objetivo explicar o destino da humanidade, buscando o que seria “o fim da história”.

A falência dessas filosofias da história de cunho teleológico baseadas nas “ciências da natureza” foi um dos mecanismos que possibilitou que a ciência histórica se libertasse dos padrões normativos das “ciências da natureza”, que como ficara provado não levaria mais a humanidade ao ápice, ao “fim da história”, não sendo mais o único padrão a ser seguido no fazer do conhecimento humano, sendo agora até criticado.

Nessa crítica a subordinação da História as “ciências da natureza” dois nomes merecem ser destacados, William Dray e Georg Henrik Von Wright.

William Dray aponta uma dispersão lógica da explicação em História, abrindo caminho a reavaliação da compreensão narrativa, para Dray a lógica da escolha prática é mais útil ao historiador que a lógica da dedução científica, com isso o autor defende que a explicação por leis além de ser insuficiente, torna-se desnecessária. Como então devemos explicar para o autor?

Para Dray a explicação deve ser feita através da análise causal, entretanto, essa análise deve ser feita sem o caráter de lei, para isso é necessário que se observe uma “lógica particular” de cada fato. Para o autor, explicar é mostrar que o que foi feito era a coisa que era preciso se fazer, em vista das circunstâncias e das razões. Explicar, portanto, é, justificar, sendo esse justificar, explicar de que modo a ação foi apropriada (RICOEUR, 1994:186).

Georg Henrik Von Wright propõe uma explicação causal e uma interferência teleológica no interior de um modelo “misto”, a explicação quase causal, destinada a explicar o modo mais típico de explicação em ciências humanas e em História. Para o autor há uma conexão íntima entre explicação causal e escolha racional. Von Wright, tentando quebrar a dicotomia explicação–compreensão, atacava as tentativas de explicar ações humanas recorrendo à ideia da causalidade em sistemas fechados e propondo o “silogismo prático” como modelo alternativo às explicações de tipo causalista. Sustentando que uma explicação teleológica da ação é normalmente precedida pela compreensão intencionalística de alguns dados comportamentais, Von Wright distinguia “camadas” ou níveis nesses atos de compreensão. Em História, a explicação em um nível, frequentemente prepara o caminho para uma reinterpretação dos fatos em um novo nível, gerando uma sequência hierárquica de atos interpretativos captadores de significados, denominada pelo autor: interpretação explicativa.

Como expressei antes, o princípio da narrativa passou a ganhar notoriedade no debate teórico da História quando, fez-se necessário a reflexão acerca da especificidade do pensamento histórico ao se tratar do padrão de racionalidade da explicação científica.

Como as operações cognitivas básicas do pensamento histórico não se adequaram a um modelo argumentativo com base em “leis gerais”, essa especificidade da História aparecia então como uma lacuna, foi aí que a narrativa pôde ser constituída como um modo de explicação, sendo Arthur Danto um de seus pioneiros, nascendo assim o paradigma narrativista (RÜSEN, 2001: 153-154).

Se por um lado a aproximação entre História e narrativa e conseqüentemente o modo de explicação via narrativa fora visto não apenas como uma possibilidade, mas também como algo positivo, por outro, para defensores do modelo nomológico, a narrativa era um modo pobre demais para pretender explicar, apontando assim uma ruptura epistemológica entre História e narrativa. É justamente esse impasse, o de a narrativa ser ou não capaz de representar o passado que vem orientando o debate teórico da História até nossos dias.

O problema chave na questão da narrativa está justamente na reflexão acerca do papel dessa e sua relação com o “real”, ou seja, na vinculação entre discurso (que são construções elaboradas pelo historiador) e o “real”, como nos aponta Michel de Certeau:

A historiografia (quer dizer a “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse [...]. (CERTEAU, 2000: 11)

Notamos no trecho citado uma relação conturbada entre o “real” e o discurso, sendo que a linguagem usada pelo historiador já não é mais encarada como um reflexo da realidade histórica. É nesse contexto que se estabelece uma crise epistemológica. Na qual a reflexão acerca do papel da narrativa está no centro do debate, havendo posicionamentos distintos no que diz respeito à produção de significado em História.

O que nos interessa aqui é justamente a questão da atribuição de sentido defendida pelos partidários do narrativismo e os ataques proferidos pela crítica anti-narrativista, que tem como o principal foco de sua crítica esses aspectos estéticos da narrativa, que aproxima a narrativa histórica a certo gênero da ficção literária.

Se esses aspectos estéticos aproximam a narrativa histórica da literatura, para ser mais exato de uma ficção literária, o que é então essa ficcionalidade? E como se dá a apreensão de sentido dos fatos ao texto histórico? No mais, o que seria então um fato? Para uma melhor elucidação acerca dessas questões buscamos auxílio em Jörn Rüsen:

Um fato é uma resposta à questão sobre “quando-onde o quê-como por quê?”. Um tal fato não possui sentido, significado ou significância especificamente históricos em si próprio. Ele se reveste desse sentido “histórico” apenas numa determinada relação temporal e semântica para com outros fatos. Essa relação é produzida pela interpretação histórica. De modo a tornar efetiva essa “historização” a interpretação histórica recorre a princípios de sentido, significado ou significância cujo estatuto ontológico é diferente do estatuto dos próprios fatos. Levando-se em conta a mera facticidade da informação das fontes, há ainda algo mais que apenas factual, na relação narrativa que qualifica os fatos como especificamente “históricos”. De modo a determinar essa diferença. Usa-se o termo “ficcionalidade”. Na medida em que a interpretação da uma forma narrativa à relação “histórica” entre fatos, o procedimento de interpretação está inteiramente relacionado à maneira de contar uma história (*tell a story*). O termo ficcionalidade “exprime” também essa situação. O processo instituidor de sentido da interpretação histórica aparece, sob o influxo desta categoria, como “um ato essencialmente poético”, do mesmo tipo de geração de sentido que se encontra na literatura e nas artes. (RÜSEN, 1996: 91-92)

É necessário ressaltar que Jörn Rüsen está fazendo uma leitura explicativa dos narrativistas no trecho citado, pra ser mais exato de Hayden White em: “Meta História: A imaginação histórica no século XIX”.

A narrativa nesse caso é a operação mental que transforma a informação das fontes em algo com sentido e significado, ocorre que no momento da atividade interpretativa promovida pelo historiador, ele é posto diante da necessidade de adotar certos procedimentos estéticos relativos à forma da narrativa que está escrevendo, isso consiste no que Hayden White chama de armação de uma intriga. E é justamente isso que permite que o texto supere a mera crônica tornando-se história propriamente dita: vejamos nas palavras do próprio Hayden White:

O modo como determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto dos acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, criadora de ficção. (WHITE, 1994: 102)

Jörn Rüsen (1996: 03), chama atenção que com essa nova consciência das estratégias linguísticas na construção e constituição de sentido na História, faz com que os historiadores voltem sua atenção para o ato de escrever história. O importante é que não apenas o conteúdo do texto de História tem importância, mas também a forma que ele é exposto. Há uma mudança até mesmo na forma que se trata o “real”, pois, “O ‘real’ perde a qualidade de absoluto ontológico, (...) para encarar-se como parte integrante do universo de sentidos instituído mediante diversas modalidades de codificação” (LACERDA, 1994: 32), o “real” de fato, não é meramente o que é visado no texto, mas a maneira pela qual o texto visa esse “real”, considerando a estratégia de sua escrita.

Segundo White, cada cultura dispõe de certos arquétipos disponíveis para a tessitura de uma intriga, no caso do Ocidente são: a sátira, o romance, a tragédia e a comédia, que tem há muito servido aos historiadores em sua busca de sentido aos fatos trabalhados. Entretanto, é necessário ressaltar que a escolha desses arquétipos na maioria das vezes não é feita de forma consciente, afinal não há uma reflexão acerca de quais aspectos estéticos devem ser usados em sua narrativa, pois a forma dessas narrativas muitas vezes é determinada mais por implicações contextuais que por opções estéticas.

Os teóricos narrativistas não defendem que não existam diferenças entre a escrita ficcional e a escrita histórica, mas sim que ambas usam de artifícios comuns, no decorrer de sua escrita. O que ocorre são como esses artifícios, atributos performáticos comuns tanto em uma obra ficcional quanto uma obra de História, é objetivado no decorrer da construção do texto de formas diferentes, enquanto o historiador se sente preso ao valor documental imputado à sua interpretação, o que dá a esse um caráter de veracidade; o ficcionalista conta com uma liberdade em relação a essa veracidade, sendo-lhe permitido criar situações e

personagens imaginários sem ter a necessidade de uma comprovação documental (não que não o possa fazer). Apesar de historiadores e literatos usarem artifícios narrativos comuns, existe a diferença de atitude frente a esses recursos.

Segundo Paul Ricoeur é justamente que distingue o historiador de um mero narrador, em que, o historiador:

É por isso que o historiador não é um mero narrador: dá as razões por que considera tal fator, mais que tal outro, como causa suficiente de tal curso de acontecimentos. O poeta cria uma intriga que também se mantém em virtude de seu esqueleto causal. Mas este não constitui o objeto de uma argumentação. Nesse sentido Northop Frye tem razão: o poeta precede a partir da forma, o historiador em direção à forma. Um produz o outro argumenta. E argumenta porque sabe que se pode explicar de modo diverso. (RICOEUR, 1994: 266)

As questões acerca de se narrar o que ocorreu na shoah estão atreladas a toda essa problemática envolvendo a narrativa enquanto instrumento de atribuição de sentido ao passado. Como atribuir sentido a algo “sem sentido”? Como fazer uso de artifícios performáticos e estéticos para transmitir o horror? Como narrar o inenarrável? Essas são indagações que permeiam a discussão acerca das possibilidades de se narra a shoah.

A objetividade da narrativa histórica é posta à prova no caso da shoah na medida em que essa explicita que a abordagem histórica contém consequências políticas (a história assume papel central na produção do sujeito da modernidade quando a consciência histórica é reconhecida como a marca do desencantamento) e éticas (a afirmação da especificidade e da diferença encontra apoio na ideia de continuidade formativa e identificativa). Tais consequências são apontadas por Luiz Sérgio Duarte da Silva (2009) quando esse visa caracterizar a visão de historicismo de Jörn Rüsen anterior e posterior a shoah.

Enfim, trata-se aqui de apontar que no trato da shoah concepções políticas e éticas são importantes na construção de sua história. Tal afirmação vem conturbar ainda mais a já conturbada utilização da narrativa para a construção dessa história.

Para Paul Ricoeur (2010: 267), a shoah torna-se exemplar na abordagem da narrativa justamente por ultrapassar as questões meramente acadêmicas. O que ocorre é que limites internos e externos são explicitados, o esgotamento das formas de representação disponíveis em nossa cultura para dar legibilidade a shoah é o que configura os limites internos; por outro lado, a exigência de ser representado, a necessidade de ser tratado para que não volte a ocorrer é o que configura os limites externos.

Saul Friedländer na introdução de seu *Probing the Limits of Representation nazism and the “final solution”* defende que se deve partir dos limites externos do discurso para aí sim formar a ideia de limites internos. Para o autor, isso se dá porque:

It would seem self-evident that such a monstrous manifestation of human “potentialities” would not be forgotten or repressed. If one adds the fact that the perpetrators invested considerable effort not only in camouflage, but in effacement of all traces of their deeds, the obligation to bear witness and record this past seems even more compelling. Such a postulate implies, quite naturally, the imprecise but no less self-evident notion that this record should not be distorted or banalized by grossly inadequate representations, some claim to “truth” appears particularly imperative. It suggests, in other words, that there are limits to representation *which should not be but can easily be transgressed*. What the characteristics of such a transgression are, however, is far more intractable than our definitions have so far been able to encompass. (FRIEDLÄNDER, 1992: 3-4), (Itálicos do autor)

Saul Friedländer explicita que os limites podem ser transgredidos, o que nos leva a um senso de obrigação para com o trato da shoah, mesmo os mecanismos disponíveis em nossa cultura não sendo suficientes para tal. Para o autor, o problema não é meramente científico nem mesmo descaradamente ideológico, pois, não se pode definir exatamente o que há de “errado” com uma narrativa de eventos do passado, o que não ocorre quando surge uma interpretação errada do passado, essa sim, pode ser definida.

Partindo dos limites externos em direção aos limites internos, pode ocorrer uma supervalorização da discussão no campo político e ideológico havendo um esvaziamento da discussão no campo científico (histórico), que é o que acontece corriqueiramente quando a problemática envolve os Negacionistas. Uma solução para isso é tratar ambos os limites de uma forma articulada, que é o que propõe Paul Ricoeur:

[...] O problema seria então o da articulação precisa desses dois tipos de limites. A shoah, já que temos de chamá-la assim, proporia para a reflexão, nesse estágio de nosso debate, ao mesmo tempo a singularidade de um fenômeno, na fronteira da experiência e do discurso, e a exemplaridade de uma situação em que não seriam desvendados apenas os limites da representação sob suas formas narrativas e retóricas, mas todo o empreendimento de escrita da história. (RICOEUR, 2010: 267)

Paul Ricoeur ao propor que os limites externos e internos devem ser tratados articuladamente, o faz por crer que inteligibilidade narrativa não exclui a inteligibilidade explicativa, ou seja, as formas escriturárias da operação historiográfica se articulam com as formas explicativas. Esse é um caso exemplar, podendo ser vislumbrado todo o empreendimento da escrita histórica como defende Ricoeur. Justamente por isso que traz todos os problemas que envolvem a escrita da história.

As averiguações acerca da shoah enquanto um caso limite devem ser feitas respeitando limites internos e limites externos. Uma análise que seja feita privilegiando apenas uma categoria de limites será uma investigação incompleta.

Um ponto importante a ser destacado no que diz respeito às tentativas de narrar a shoah é que esse é um evento limite e que está na memória tanto individual quanto coletiva, antes de estar no discurso do historiador (RICOEUR, 2010: 267). Esse aspecto traz-nos mais um problema, o manejo da memória pela História.

No caso da shoah, como se trata de um evento traumático, seu entendimento por parte de cada historiador passa por muitas questões, tal como a proximidade com o evento, seja pessoal ou de algum familiar, sendo ela como vítima, espectador ou como carrasco, sobre isso Dominick LaCapra é bastante esclarecedor:

The Holocaust presents the historian with transference in the most traumatic form conceivable but in a form that will vary with the difference in subject position of the analyst. Whether the historian or analyst is a survivor, a relative of survivors, a former Nazi, a former collaborator, a relative of former Nazis or collaborators, a younger Jew or German distanced from more immediate contact with survival, participation, or collaboration, or a relative “outsider” to these problems will make a difference even in the meaning of statements that may be formally identical. Certain statements or even entire orientations may seem appropriate for someone in a given subject position but not in others. (It would, for example, be ridiculous if I tried to assume the voice of Elie Wiesel or of Saul Friedlander. There is a sense in which I have no right to these voices. There is also a sense in which, experiencing a lack of a viable voice, I am constrained to resort to quotation and commentary more often than I otherwise might be.) Thus although any historian must be “invested” in a distinctive way in the events of the Holocaust, not all investments (or cathexes) are the same and not all statements, rhetorics, or orientations are equally available to different historians. (LACAPRA, 1992: 110)

Isso vem corroborar o argumento de que as possíveis limitações internas e externas devem ser tratadas em conjunto. O historiador é incumbido de uma responsabilidade para com o passado, isso fica explícito no evento limite shoah, ao mesmo tempo o aparato teórico para se tratar o evento são os mesmos disponíveis para tratar qualquer outro evento.

Narrar a vida nos campos é difícil, mas o que impede a narração são também questões morais: um ex-interno argumenta que “narrar o que aconteceu não irá abarcar seu sofrimento”, mas é necessário deixar claro que isso não é função da História, não cabe a ela abarcar tal sofrimento.

Eliminar o esforço de narração da História é eliminar a própria História, documentos sobre a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos existem, testemunhas existem, portanto, a possibilidade de narração existe. Mas para isso deve-se eliminar de vez a ilusão de representação do passado tal como ele é (foi), permitir que limites externos orientem

a construção da História da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos fazendo com que a shoah seja inenarrável é admitir a incompetência da História frente a problemas reais.

Enquanto testemunhas, autor como Primo Levi<sup>25</sup>, Elie Wiesel<sup>26</sup> e Jorge Semprún<sup>27</sup> têm o direito de falar o que bem entenderem, no entanto, uma historiografia que por conta do trauma evita o trabalho de narrar não é sincera consigo mesma. Uma coisa é se sensibilizar com esses autores e seus respectivos sofrimentos, outra coisa é permitir que essa comoção nos impeça de narrar o passado, por mais trágico que esse tenha sido. A questão tem um forte apego moral? Sim, cabe então aos historiadores se desdobrarem para narrar de maneira mais eficiente possível. Não narrar nesse caso, ou não tentar narrar é perpetuar um silêncio perigoso. No mais, a historiografia já incorporou a questão de narrar a shoah a partir de testemunhos.

O dever de lembrar a shoah é um compromisso que vem de fora, nesse caso existe uma administração da memória, nunca se deve esquecer isso, o direito de esquecer é uma gestão da memória. O fato de ser impossível de se testemunhar o que ocorreu nos campos não impossibilita de se fazer a história do que ocorreu por lá. Haverá uma negociação entre o lembrar e o esquecer (isso envolve a parte ética e política) e o como fazer essa negociação é a parte da História.

Sobre a tentativa de se escrever a história da shoah Paul Ricoeur conclui:

Resulta dessas considerações que a tentativa de escrever a história da “solução final” não é um empreendimento desesperado, se não esquecermos a origem dos limites de princípio que a afetam. É, antes, a oportunidade de recordar o trajeto que deve efetuar o crítico, remontando da representação á explicação compreensão e desta ao trabalho documental, até os últimos testemunhos, cuja compilação se sabe estar estilizada, entre a voz dos algozes, das vítimas, dos sobreviventes, a dos espectadores diversamente envolvidos. (RICOEUR, 2010: 273)

Os problemas que envolvem a shoah são exemplares para uma reflexão geral acerca do fazer história. Sobre as questões levantadas anteriormente, a saber: Como atribuir sentido a algo “sem sentido”? Como fazer uso de artifícios performáticos e estéticos para transmitir o horror? Como narrar o inenarrável? 1) O sentido que se busca em uma narrativa

---

<sup>25</sup> Levi fora o prisioneiro número 174.517 de Auschwitz, permanecendo lá desde o fim de 1943 até janeiro de 1945, também trabalhou no campo de Buna-Monowitz, anexo a Auschwitz. Levi era judeu e antifascista. Foi preso aos 24 anos quando já era um respeitado químico em Turim.

<sup>26</sup> Eliezer Wiesel tinha 15 anos ao ir para o Campo de Auschwitz, passando por Buna-Monowitz e Buchenwald, no qual fora liberto um ano depois. Ao tornar-se escritor adotou o nome de Elie Wiesel.

<sup>27</sup> Jorge Semprún fora enviado a Buchenwald no fim de 1943 com 20 anos de idade, sendo o prisioneiro de número 44.904. Fora liberto por tropas estadunidenses em 11 de abril de 1945. Semprún já era literato antes de ser enviado para Buchenwald.

histórica acerca da shoah é um sentido que ordene os fatos na constituição de uma história, para uma compreensão global do evento, não um sentido que leve a entender o horror do acontecimento; 2) Enquanto ao uso de artifícios performáticos no interior de uma narrativa que trate a shoah deve ser entendido acerca dos limites internos, o uso de tais artifícios é para tornar a narrativa mais atrativa e não o evento; 3) A shoah não deve ser entendida como inenarrável, o sofrimento das vítimas sim, não é possível uma narrativa que abarque esse sofrimento, mas a shoah apesar de trazer dificuldades específicas é narrável por parte da História, até porque não cabe narrativa histórica ser um medidor de sentimentos, tal como o sofrimento.

A shoah enquanto evento traumático desafia nossa capacidade de representar a realidade, tanto pela História, Literatura ou até mesmo pelo testemunho, por outro lado, nos oferece uma oportunidade ímpar para uma reflexão sobre as próprias fronteiras da representação, da linguística e da interpretação. Traz a possibilidade de reflexão acerca do que o homem tem produzido em relação ao real.

Realidade é um conceito paradoxal, a História esforça-se para dar sentido a algo real que ocorreu no passado. A plausibilidade da shoah é questionada justamente por fugir aos tradicionais critérios de avaliação do real, o que não significa que a shoah não tenha ocorrido. Jean François Lyotard (Apud FUNKENSTEIN, 1992: 169) compara a shoah a um terremoto que destruiu todos os dispositivos sismográficos e, portanto, não pode ser medido e representado dentro dos sistemas aplicáveis de medição. Tal como um terremoto de proporções inimagináveis, a shoah deixa um enorme sentimento de incapacidade, até mesmo de representação.

Usando a analogia de Jean François Lyotard, fato de tal terremoto ter destruído os modos de medição não significa que o terremoto não tenha existido ou que outros terremotos não existam, nem que seus efeitos não possam ser estudados. A shoah ocorreu, por mais assustador que possa ser, ocorreu, o fato dos mecanismos dispostos por nossa cultura não serem capazes de tratá-la de forma satisfatória não invalida a ocorrência de tal evento. Cabe aos historiadores buscar trabalhar os dispositivos para que suas análises sejam mais satisfatórias.

Com base nessas peculiaridades a pergunta que guia o presente trabalho torna-se pertinente: como as conclusões negacionistas afetam o conhecimento histórico? Essa pergunta é pertinente visto que o grupo dos Negacionistas busca autenticar suas conclusões dentro da

História desqualificando toda história feita sobre a Segunda Guerra Mundial e especialmente sobre a shoah. Alegam que a forma como a história é feita é incorreta, para tal colocam em suspeita os cognitivos básicos da constituição do conhecimento histórico, tal como a narrativa.

É justamente sobre esse grupo, suas ações e seus trabalhos que serão averiguados no decorrer do presente trabalho, visando compreender uma lógica interna e externa de seus trabalhos, para podermos ter a real noção de quais são suas ameaças ao conhecimento histórico e como tratá-las.

## CAPÍTULO II

### UMA LEITURA DOS TRABALHOS NEGACIONISTAS EM HISTÓRIA

Em sua empreitada os Negacionistas reúnem documentos importantes, alguns deles que até então estavam desaparecidos, reúnem provas para respaldar seus argumentos e o fazem apaixonadamente. Sabemos que tudo isso é apenas parte do trabalho do historiador. Reunir provas, aliás, muitos outros profissionais como juristas e arquivistas também o fazem, o que interessa aqui é a forma como os Negacionistas chegam a suas conclusões em seus trabalhos. Para aí sim, poderemos tratar acerca da validade de seus trabalhos enquanto História e principalmente como seus trabalhos afetam o conhecimento histórico.

Visa-se fazer uma averiguação de certas obras negacionistas. Para tal, é necessário que alguns trabalhos sejam selecionados em detrimento de tantos outros em um universo editorial bastante amplo. Opta-se por tratar Paul Rassinier e Robert Faurisson, para tal, do primeiro autor elegemos *A mentira de Ulisses* (2003) e de Robert Faurisson os artigos publicados pelo autor no *Le Monde* no fim do ano 1978 e princípio de 1979 tratam-se de: *O Problema das Câmaras de Gás e o Rumor de Auschwitz* (2000), *Uma Carta do Sr. Faurisson* (2000) e *Uma Prova, uma Única Prova* (2000).

Opta-se por selecionar os dois autores por se tratar dos dois nomes mais importantes dos Negacionistas, como já foi tratado anteriormente. A opção por abordar especificamente esses autores se dá por serem eles os balizadores da negação da shoah, tal como a escolha das referidas obras se dá pela importância que essas ganham dentro da negação da shoah, o que já fora tratado anteriormente.

Autores como David Irving, Arthur Butz, Roger Garaudy, Henry Roques, Mark Weber, Willis Carlo, Bradley Smith, Detlieb Felderer e Ernst Zundel estão entre os Negacionistas mais famosos atualmente. Desses autores daremos uma atenção especial para David Irving, Arthur Butz e Mark Weber ao fazermos uma análise do *The Journal of Historical Review*.

## 2.1 Uma apresentação da obra de Paul Rassinier e Robert Faurisson

### 2.1.1 A Mentira de Ulisses de Paul Rassinier

O livro *La mentira de Ulises*<sup>28</sup> (2003) de Paul Rassinier é uma obra de aproximadamente duzentas páginas sendo elas divididas em duas partes. Na Primeira parte intitulada: *La experiencia vivida*, o autor busca tratar sua experiência pessoal em relação aos campos de Dora e Buchenwald, pelos quais passou. Na segunda parte, intitulada *La experiencia de los otros*, o autor busca analisar experiências alheias, fazendo análises tendo como base suas próprias experiências.

Sobre a divisão da obra em duas partes, o autor explica:

- la primera, o la experiencia vivida (*El paso de la línea*) en 1949,
- la segunda, o la experiencia de los otros (*La mentira de Ulises* propiamente dicha) em 1950, bajo la forma de un estudio crítico de la literatura de los campos de concentración, pues pensé que, en un asunto tan delicado, convenía administrar la verdad a pequeñas dosis. (RASSINIER, 2003: 161)

É na segunda parte que o autor vem criticar de forma mais contundente a forma como a história dos campos é feita. É importante destacar que as partes citadas não constituíam a princípio um mesmo trabalho. *La experiencia vivida*, apareceu em 1949 como o livro de memórias intitulado *El paso de la línea*, enquanto a segunda parte surge em 1950 com o título *La mentira de Ulises*, sendo reunidas em um livro só em 1952.

*La experiencia vivida* consiste em cerca de 70 páginas, nas quais descreve de forma minuciosa sua estadia nos Campos de Buchenwald e Dora. O que guia esse escrito é uma intenção de mostrar que a vida nos campos não era tão ruim como estava sendo tratada até então.

Paul Rassinier traz um marcante traço literário em sua obra, fazendo uso constante de artifícios estilísticos. Como podemos ver logo no início de seu *El paso de la línea*:

--¡Tac!... Tac... ¡Tacatacatatac!... Tac... Ha calculado la distancia: de cuatro a cinco kilómetros como máximo. Esto viene en la dirección del campo, un poco más allá.  
 -- ¡ Tac! ¡ Tac!..., ¡ tactactac!... ¡ Tac!  
 La ametralladora ha insistido, otra ha contestado:  
 -- ¡ Toc! ¡ Toc!... ¡ Toc, toc! ¡ Toc, toc!  
 Después un gran estruendo:  
 -- ¡ Bum! ¡ bum! ¡bum!... ¡ Bum! El cañón: los proyectiles no han caído muy lejos, pero todavía más allá del pueblo.  
 -- ¡ Bum!... ¡ Bum!... ¡bum!, bum... Una vez. ¡ Bum!... ¡ bum!... Otra vez. ¡ Bum! ¡ Bum! ¡ Bum!... ¡ Bum! ¡ Bum!... ¡ Bum!

<sup>28</sup> É utilizado o título e os subtítulos em espanhol porque a versão da obra em questão utilizada no presente trabalho se encontra no referido idioma. *Le Mensonge d'Ulysse* é o título da obra no original francês.

Los disparos vienen directamente hacia él, el tiro es regular, vigoroso, sonoro. Va a ser preciso reflexionar.  
 Una formidable explosión rasga el aire tras él, casi sobre él.  
 -- ¡Buum!  
 Después otra:  
 -- ¡Buum!  
 Tiene los tímpanos destrozados.  
 -- ¡Buum!... ¡Buum!  
 Esto no se para. Y allá abajo, el eco.  
 -- ¡Bum!... ¡Bum!... ¡Bum!... ¡Bum!...  
 El sol es magnífico, el cielo está radiante, el campo desierto, el hombre del brazalete ha desaparecido. Nadie: está solo.  
 -- ¡Buum!... Bum, bum., bum., Bum... ¡Buum! (RASSINIER, 2003: 19)

Passagens com esse tom permeiam todo o texto de Paul Rassinier. A busca por um rebuscamento literário é um aspecto que diferencia fortemente Paul Rassinier de outros Negacionistas.

Ao escrever suas memórias Paul Rassinier acredita estar comprometido em “desvendar” outra realidade dos campos. Isso fica perceptível quando ele traz para seu texto um diálogo que teve com o advogado tcheco conhecido como Jircsah, que foi interno em Auschwitz, Dachau, Mauthausen, Oranienburg dentre outros. Segue parte do diálogo:

Me cuenta la historia de Buchenwald y de los otros campos.  
 -- Hay mucho de verdad en todo lo que se dice sobre los horrores de los cuales son escenario, pero también hay mucho de exageración. Hay que contar con el complejo de la mentira de Ulises que es el de todos los hombres, y en consecuencia también de todos los internados. La humanidad tiene necesidad de lo maravilloso, tanto en lo malo como en lo bueno, en lo feo como en lo bello. Cada uno espera y desea salir de la aventura con la aureola del santo, del héroe o del mártir y cada uno adorna su propia odisea sin darse cuenta de que la realidad ya se basta ampliamente a sí misma. (RASSINIER, 2003: 34)

Paul Rassinier utiliza o diálogo com o ex-interno para chamar a atenção para algo que é central em seu trabalho: que existe muito exagero nos relatos sobre os campos. Logo na sequência do diálogo, Rassinier expõe sua opinião sobre o que aconteceu na França após a revelação dos campos: “Yo me atrevo a hacer una observación: - En Francia, después de todo, se ha recogido a los republicanos españoles por motivos humanitarios, y no sé nada de que hayan sido maltratados” (RASSINIER, 2003: 34).

Na sequência do diálogo com Jircsah, temos o advogado concordando com a opinião de Rassinier e exemplificando o caso da Alemanha. Fica claro que Paul Rassinier se insere em uma disputa pela administração da memória da shoah. Sobre tal disputa será tratado em um momento propício.

Enfim, qual é a realidade dos campos apresentada por Paul Rassinier? O autor pinta os campos como locais altamente agradáveis. Como podemos ver na apresentação que esse faz do bloco 48 de Buchenwald:

El bloque 48 es una sólida construcción (...) El edificio cubre de ciento veinte a ciento cincuenta metros cuadrados, veinte a veinticinco de largo por cinco o seis de ancho: el máximo de confort en el mínimo espacio. (RASSINIER, 2003: 27)

No decorrer de seu texto o autor chama a atenção a todo o momento para o conforto que os internos tinham nos campos em seu cotidiano. O ápice dessa defesa se dá quando esse faz uma descrição do lazer nos campos. Vejamos:

Se está levantando el bloque 141, destinado para teatro-cine y el burdel está em disposición de recibir mujeres. Todos los bloques, geométrica y agradablemente puestos sobre la colina, están comunicados entre ellos por calles de hormigón; unas escaleras de cemento y en rampa conducen a los bloques más elevados; delante de cada uno de ellos hay pérgolas, com plantas trepadoras, pequeños jardincillos con césped de flores, por aquí, por allá, pequeñas glorietas con surtidores o estatuillas. La plaza, que cubre algo así como medio kilómetro cuadrado, está totalmente pavimentada, tan limpia que en ella no se podría perder un alfiler.

Una piscina central con trampolín, campo de deportes, frescas sombras, un verdadero campo para colonia de vacaciones, y cualquier transeúnte al que le fuese concedido el visitarlo en ausencia de los presos saldría convencido de que en él se lleva una vida agradable, llena de poesía silvestre y especialmente envidiable, en todo caso fuera de toda medida común con los azares de la guerra que son el destino de los hombres libres. La S.S. ha autorizado la creación de un comando de música. Todas las mañanas y tardes, una banda de unos treinta instrumentos de viento, con tambores y platillos, somete a ritmo la cadencia de los comandos que van al trabajo o vuelven de él. Durante el día, se ejercita y ensordece el campo con los más extraordinarios acordes. El domingo por la tarde, da conciertos ante la indiferencia general, mientras los enchufados juegan al fútbol o hacen acrobacias en el trampolín. (RASSINIER, 2003: 57)

Na sequência desse trecho o autor conta ainda que cada prisioneiro recebia um salário semanal, uma quantia entre dois a cinco marcos por semana, além de relatar que todos contavam com uma folga semanal de 24 horas. Ressalta que os enfermos recebiam ótima assistência médica além de relatar uma suntuosa comemoração de natal.

Paul Rassinier faz essa descrição do Campo de Buchenwald que mais parece um clube de veraneio nas últimas páginas do seu *El paso de la línea*, que como vimos consistiria mais tarde na primeira parte de *La mentira de Ulises*. O autor ao descrever esses aspectos do campo o faz como uma crítica aos inimigos alemães, segundo ele, toda essa harmonia dos campos fora quebrada por conta dos andamentos da guerra, visto que os alemães eram obrigados a trazer mais prisioneiros para os campos, fazendo com que seu equilíbrio fosse quebrado.

De fato, Paul Rassinier mostra um aspecto dos campos em que esteve preso que é pouco conhecido. O que para ele ocorre porque o público em geral, especialmente os

franceses conhecem apenas os campos destruídos pelo desenrolar da guerra. O intuito do autor ao escrever suas memórias dos campos é atingido segundo ele, como podemos ver: “-- ¡Ah!, franceses, ahora ya sabéis lo que es un campo. ¡No es ningún mal, así aprenderéis!” (RASSINIER, 2003: 34).

Uma pergunta torna-se pertinente após essa breve apresentação da primeira parte de *La mentira de Ulises*: onde se encontra a negação da shoah? Não existe uma negação da shoah na primeira parte da obra em questão. Sobre a existência das câmaras de gás, que é uma das principais bases para a negação da shoah o autor argumenta que rumores sobre tais câmaras existiam em Dora e em Buchenwald.

Yo he conocido a presos que no se presentaban nunca en las duchas porque tenían miedo de verlas vomitar gas en vez de agua. Un día, durante la visita semanal al bloque, los enfermeras les encontraban piojos... Entonces se les hacía sufrir tal tratamiento, a modo de desinfección, que morían a causa de él. De la misma manera, he conocido a quienes no se presentaban nunca en la enfermería: tenían miedo de ser tomados como cobayas o de ser inyectados. Ellos se resistían, se resistían, se resistían contra y respecto a todos los consejos, hasta que una noche el comando llevaba su cadáver a la plaza. (RASSINIER, 2003: 63)

Paul Rassinier enfatiza que tais rumores não passam de mitos e invenções. É interessante notarmos que o autor desconsidera a existência de tais câmaras, pois é a partir dessa base que ele vem negar os assassinatos em massa na segunda parte do livro.

Uma leitura da primeira parte do livro de Paul Rassinier mostrará um livro de memórias com uma visão diferente da tradicional sobre a vivência nos campos. Talvez seja porque os campos pelos quais ele passou eram campos eminentemente destinados para prisioneiros políticos, não eram os alvos da Solução Final. Importante na análise do todo do livro é que Paul Rassinier transporá suas experiências pessoais para analisar relatos de terceiros acerca dos campos, seu critério de veracidade nos relatos alheios partem de suas experiências pessoais, sendo irredutível ao que foge disso.

A segunda parte do *La mentira de Ulises* é uma parte mais extensa, cerca de 120 páginas. Nesse bloco, Paul Rassinier muda a direção de sua escrita, não se trata mais de um livro de memórias, mas um livro que analisa escrito de pessoas diretamente envolvidas com a shoah. Um aspecto interessante a ser destacado é que o autor não busca mais um rebuscamento estilístico em sua escrita, fazendo uso constante de números e estatísticas para respaldar seus argumentos.

Ao perceber que a memória dos campos passa por um processo de instrumentalização no período do pós-guerra, Paul Rassinier busca expor outra realidade dos campos. Como podemos ler a seguir:

Un día, me di cuenta de que la opinión pública se había forjado una falsa idea de los campos alemanes, que el problema de los campos de concentración seguía en pie pese a todo lo que se había dicho, y que los deportados, aunque no gozaban ya de ningún crédito, no habían dejado de contribuir en gran manera a cambiar hacia vías peligrosas las agujas de la política internacional. El asunto se salía del marco de los salones. De repente tuve el sentimiento de que, con obstinarme, me haría cómplice de una mala acción. Y de un tirón, sin ninguna preocupación de orden literario, en una forma lo más simple posible, escribí mi *Passage de la ligne*, para volver a poner las cosas en su punto e intentar [132] llevar a la gente a la vez al sentido de la objetividad, y a una noción más aceptable de la probidad intelectual. (RASSINIER, 2003: 73)

É interessante que o critério de validação sobre as memórias dos campos usada por Paul Rassinier é sua própria experiência. Enquanto a isso, não há problema algum, o problema é o autor buscar invalidar os testemunhos alheios por conta de sua própria experiência.

Agora, o autor está incumbido não somente em mostrar outra realidade dos campos, mas denunciar que a história dos campos e da Guerra é uma história falsa, feita sobre testemunhos falsos e exagerados. Uma obsessão por revelar a verdade dos campos direciona o livro em sua segunda parte. O que fica claro ao intitular seu trabalho:

Excitándose los unos a los otros, fueron cogidos como por un engranaje y, algunos sin saberlo pero la mayoría a sabiendas, pintaron progresivamente el cuadro con más negros colores todavía. Así le había sucedido a Ulises, que trabajaba en lo fantástico y añadía diariamente durante su viaje una nueva aventura a su odisea, tanto para satisfacer el gusto del público de la época como para justificar ante los suyos su larga ausencia. Pero si Ulises logró crear su propia leyenda y fijar sobre ella la atención de veinticinco siglos de historia, no es exagerado decir que los deportados fracasaron. (RASSINIER, 2003: 75)

A intenção de contrapor, o que segundo o autor é a verdade dos campos com uma ilusão dos campos, que segundo ele fora criada pouco tempo após a libertação dos prisioneiros é o motor da segunda parte da obra. Paul Rassinier (2003: 76-77), defende que os escritos sobre os campos estão impregnados de um preciosismo exigido pela opinião pública, defende ainda que as pessoas estejam mais preocupadas com o futuro que os aguarda do que com o passado. Entretanto, defende que quem ler sua obra não encontrará nenhum preciosismo, somente a verdade, o que ainda segundo o autor é o que distingue sua obra.

Algo que chama a atenção em uma leitura de *La mentira de Ulises* é o tom respeitoso usado pelo autor no que diz respeito aos alemães, por diversas vezes esse afirma

que são eles as verdadeiras vítimas da Segunda Guerra Mundial. Esse tom, aliás, é algo visto tanto na primeira quanto na segunda parte do livro.

Tema que merece destaque na segunda parte de *La mentira de Ulises* é a forma como seu autor trata os testemunhos. Para Rassinier (2003:78), os testemunhos modificaram sensivelmente a realidade dos campos, acredita que os testemunhos falsearam o sentido da história.

Essa parte da obra consiste em análise de testemunhos, exemplo importante é a análise feita por Paul Rassinier a dois testemunhos: *S.S. Obersturmführer Dr. Mengele*, livro de um comunista húngaro chamado Nyiszli Miklos e *Der Kommandant van Auschwitz spricht* que pretende ser uma confissão de Rudolf Höss<sup>29</sup> no cárcere.

É interessante pegarmos a análise que Rassinier faz a esses dois testemunhos por dois motivos: 1) a forma sistemática que ele faz; 2) por tratar das câmaras de gás de Auschwitz-Birkenau, na verdade da morte sistemática de internos, especialmente judeus por meio delas.

Paul Rassinier (2003) reserva 7 páginas de seu *La mentira de Ulises* para analisar as referidas obras. Da página 138 a 144 faz uma crítica ordenada dos referidos trabalhos, citando sistematicamente páginas das obras. Reservamos dois trechos para elucidar isso:

1. «En tanto que yo recuerdo, los convoys que llegaban a Auschwitz nunca llevaban más de 1.000 personas.» (Página 229.)
2. «A causa de los retrasos en las comunicaciones, nos llegaban cinco convoys por día, en lugar de los tres esperados.» (Página 236.)
3. «Para el exterminio de los judíos húngaros, llegaban los convoys uno tras otro a razón de 15.000 personas diarias.» (Página 239.) (MIKLOS, Apud RASSINIER, 2003: 139)

Paul Rassinier prossegue em sua análise calculando os números expostos por Miklos. Logo após cita o húngaro mais uma vez:

Coma ya he dicho, los crematorios I y II podían incinerar cerca de 2.000 cuerpos en 24 horas: no era posible hacer más si se quería evitar los destrozos. Las instalaciones III y IV debían incinerar 1.500 cadáveres en 24 horas. Pero, em tanto que yo sepa, estas cifras no han sida alcanzadas nunca. (MIKLOS, Apud RASSINIER, 2003: 139-140)

Após a exposição dos trechos de *S.S. Obersturmführer Dr. Mengele*, o autor trata logo de fazer sua consideração:

---

<sup>29</sup> Trata-se de Rudolf Höss, comandante do Campo de Auschwitz-Birkenau na Polônia, não confundir com Rudolf Hess, político alemão que ocupou cargos privilegiados nos primeiros anos do Reich e que ajudara Adolf Hitler escrever o Mein Kempf quando eram prisioneiros.

¿Cómo no deducir de estas flagrantes contradicciones que se trata de un documento falsificado después, apresuradamente, y por unos ignorantes?

Esta tardía fabricación ya se adivinaba por otra parte sólo con la presentación del libro: escrito a lápiz y conservado cuidadosamente en los archivos del museo de Auschwitz, donde, a menos que se sea un reconocido comunista, nadie puede ir a examinarlo; llevando la fecha de febrero-marzo de 1947, conocido desde entonces y publicado solamente en 1958; atribuído a un muerto que de todas maneras no puede protestar contra las declaraciones que llevan su firma, etc., todo esto, por sí solo, ya explica demasiado.

Estas cifras contradictorias no son, por otra parte, las únicas anomalías de este testimonio, del cual lo menos que se puede decir es que es... singularmente tardío. (RASSINIER, 2003: 75)

Destacamos os trechos para elucidar a forma como Paul Rassinier escreve a segunda parte de *La mentira de Ulises*, visto que análises desse estilo são feitas durante toda a construção dessa segunda parte. É notório que o autor busca impor aos testemunhos certo rigor científico, também por isso é um livro altamente importante para os Negacionistas.

Outro tema visto nos trechos citados e também na resposta de Paul Rassinier é a controvérsia em torno das câmaras de gás. O autor é enfático em afirmar que tais câmaras jamais existiram e, se existiram nunca foram utilizadas para o extermínio de pessoas.

O capítulo VII da segunda parte do livro: “*Las câaras de gas: 6.000.000 de gaseados o...*” é dedicado exclusivamente para negar as mortes por câmaras de gás. Para tal, o autor usa o argumento lógico de que: ninguém que tenha visto tais câmaras funcionando estaria vivo para relatar o fato. Somam-se a isso críticas no que diz respeito aos números de mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura faz críticas à forma como a Solução Final é interpretada, para o autor tratava-se apenas de deportação e jamais extermínio.

Está formada a base para a negação da shoah, base que da forma aos trabalhos negacionistas até hoje. 1) primeiro é questionado a existência das câmaras; 2) depois questionam a finalidade das câmaras; 3) os números da shoah são questionados; 4) usam o “argumento lógico” para mostrar a impossibilidade de comprovação do extermínio; 5) negam a shoah.

O livro como um todo é um marco para os Negacionistas por fazer uma crítica de forma sistemática à história da shoah. Sem dúvidas a articulação das duas partes e dos capítulos é algo bem amarrado no interior do texto. Paul Rassinier expõe de forma clara seu ponto de vista sobre vários assuntos.

É um livro que não deve ser descartado como um importante documento sobre os campos e alemães, pois traz informações relevantes especialmente no que diz respeito ao

funcionamento interno de Buchenwald e Dora. Importante também é situar o livro dentro de um contexto específico, contexto esse em que diversos aspectos dos campos ainda não haviam sido revelados, até mesmo por conta da escassez de documentos que era muito grande no período em que a obra foi escrita.

### **2.1.2 Robert Faurisson**

Robert Faurisson tem uma obra bastante extensa, contando com diversos artigos de opinião e livros. A opção pelos artigos *The Problem of the Gas Chambers or The Rumour of Auschwitz* (2000), *A letter from Mr Faurisson* (2000) e *One proof, one single proof*<sup>30</sup> (2000) se dá por se tratar de artigos emblemáticos no que diz respeito a aparição dos Negacionistas e a intenção desse grupo em ser uma interpretação autêntica da shoah. Os referidos artigos publicados no *Le Monde* entre 1978 e 1979 sintetizam os posicionamentos de Robert Faurisson no que diz respeito às câmaras de gás e ao genocídio dos judeus. Tais artigos estão reunidos em *Three Letters from R. Faurisson to Le Monde -1978-1979-* publicado no *The Journal Historical Review* em 2000.

O autor não busca um rebuscamento estilístico, sendo bastante direto na forma que os apresenta. Sem delongas já na primeira linha de seu *The Problem of the Gas Chambers or The Rumour of Auschwitz*, Faurisson já introduz o problema:

No one questions the use of crematoria in certain German camps. The mere frequency of epidemics throughout Europe at war demanded the cremation, for example, of the bodies of typhus victims.  
It is the existence of “gas chambers”, veritable slaughterhouses for humans, which is called into question. Since 1945, the questioning has been growing. The mass media are aware of this fact. (FAURISSON, 2000: 02)

Essa é a forma como Robert Faurisson introduz a negação da shoah para o grande público. A maneira como ele desenvolve o artigo não é diferente, sempre com afirmações diretas e sem fazer qualquer tipo de introdução ao assunto.

O que podemos destacar no curto artigo é algo que já está em seu título, uma empreitada para provar que as câmaras de gás não passam de um mito. O restante do artigo é uma tentativa de provar a impossibilidade de extermínio por câmaras de gás. Visto que segundo o argumento do autor o ziklon B (gás utilizado nos campos), tornaria impossível o extermínio em larga escala por ser impossível seu uso para tal por conta de sua difícil evacuação, o que duraria cerca de 21 horas.

---

<sup>30</sup> Aqui é usada a mesma lógica que fora utilizada para o trabalho de Paul Rassinier, são citados os títulos em inglês porque a versão utilizada na presente averiguação fora neste idioma.

Robert Faurisson denuncia a existência de uma “historiografia oficial”, acusando-a de construir suas verdades embasadas nesse boato, o das câmaras de gás. O autor argumenta que os partícipes dessa “história oficial” usam de diversos subterfúgios, tal como:

“I was at Auschwitz. There were no ‘gas chambers’ there.” Those who dare bear witness on behalf of the accused by pronouncing that sentence are hardly listened to. They are prosecuted. Still in 1978, anyone in Germany who speaks out in favour of Thies Christophersen, author of *Die Auschwitz-Lüge* (“The Auschwitz Lie”), risks a conviction for “offending the memory of the dead”. (FAURISSON, 2000: 03)

Robert Faurisson inicia uma luta contra o que ele chama de “historiografia oficial”, buscando colocar a si e os Negacionistas como vítimas dessa historiografia. Até mesmo o fato de ele ter sido perseguido por suas publicações viram um trunfo nessa “guerra” contra a “historiografia oficial”. O que Faurisson faz é notar que existe uma administração da memória dos campos e busca se inserir em uma disputa para essa gestão.

Robert Faurisson demonstra em seu *The Problem of the Gas Chambers or The Rumour of Auschwitz* que buscará desmascarar as “inverdades” sobre a shoah. O que fica claro na conclusão do artigo:

Nazism is dead and gone, together with its Führer. There remains today the truth. Let us dare to tell it publicly. The non-existence of the “gas chambers” is good news for humanity. Good news which it would be wrong to keep hidden any longer. (FAURISSON, 2000: 03)

Essa forma de buscar demonstrar que está levando uma “boa nova” para a humanidade estará presente nos escritos de Faurisson desde então. O artigo é como se ele Faurisson, tivesse dando um recado.

*The Problem of the Gas Chambers or The Rumour of Auschwitz* fora publicado no *Le Monde* em 29 de dezembro de 1978, causou um furor de respostas e ataques a Robert Faurisson, tanto que bem pouco tempo depois esse teve direito de resposta, ele veio com *A letter from Mr Faurisson*.

Em sua resposta, Robert Faurisson trata já nas primeiras linhas de explicar porque decidiu negar as câmaras de gás e o extermínio sistemático de judeus.

Until 1960, I believed in the reality of those gigantic massacres in “gas chambers”. Then, upon reading Paul Rassinier, a wartime *résistant* and deportee who had written *Le Mensonge d’Ulysse*, I began to have doubts. After fourteen years of personal reflexion, then four years of sustained research, I became certain, as have twenty other revisionist authors, that I had before me a historical lie. [...] (FAURISSON, 2000: 04)

É interessante que façamos um corte na explicação de Faurisson sobre os motivos que o levaram a duvidar das câmaras de gás e da shoah. Robert Faurisson encontra validade

nos argumentos de Paul Rassinier, sendo levado a acreditar que a história construída dos campos é uma farsa. Até esse ponto seu depoimento pessoal não o torna, especial ou até mesmo peculiar, o que faz seu testemunho peculiar é que a partir de então ele se torna um estudioso dos campos de concentração, como podemos ver na sequência do texto supracitado:

I have visited and revisited Auschwitz and Birkenau where the authorities exhibit a “reconstituted gas chamber” together with remains said to be those of “crematoria with gas chambers”. At Struthof (Alsace) and at Majdanek (Poland), I have examined the buildings presented as “gas chambers in their original state”. I have analysed thousands of documents, particularly at the Paris Centre de documentation juive contemporaine: archives, transcripts, photographs, written testimonies. I have tirelessly pursued specialists and historians with my questions. I have tried to find, but in vain, a single deportee who could prove to me that he had really seen, with his own eyes, a “gas chamber”. I especially did not want an illusory abundance of evidence; I was willing to settle for one proof, one single proof. I have never found that proof. What I have found, on the contrary, is much false evidence, worthy of the witchcraft trials, dishonouring the judges who have admitted it. And then I have found silence, embarrassment, hostility, leading in the end to slander, insults, physical blows. (FAURISSON, 2000: 04)

A partir de então, passa a fazer suas próprias pesquisas, sob uma concepção de prova que o faz crer ainda mais que a shoah é um mito. Essa noção de prova exigida por Robert Faurisson, uma prova material que valide o extermínio nas câmaras passa ser fundamental para os Negacionistas.

No decorrer do artigo Robert Faurisson faz uma análise do diário do médico Johann Paul Kremer aos moldes das análises feitas por Paul Rassinier no exemplo utilizado anteriormente. A diferença se dá especificamente porque *A letter from Mr Faurisson* tem uma extensão menor, apenas 03 páginas. Com base no referido diário, Faurisson conclui que a aniquilação não foi algo planejado e desenvolvido pelos alemães, mas as mortes foram causadas pelo tifo.

*One proof, one single proof* fora publicado em 26 de fevereiro de 1979. Robert Faurisson busca inserir o tema da “existência das câmaras de gás” como um tema historiográfico. O que pode ser notado já nas primeiras linhas do artigo, quando afirma:

In a long declaration, thirty-four French historians have recently let us know that it is of course “natural” to ask oneself all sorts of questions about the Second World War, but that, nonetheless, “there is not, there cannot be, any debate on the existence of the gas chambers”.

For my part, I remark that there is a debate on the existence or the non-existence of the “gas chambers”, and believe that this debate is a legitimate one. [...] (FAURISSON, 2000: 06)

Robert Faurisson busca não apenas fazer com que uma discussão acerca da existência ou não das câmaras de gás e especialmente sua finalidade seja o que direcione os estudos da Segunda Guerra Mundial, mas que essa discussão seja sobre seus critérios de

prova. É interessante notarmos que sempre que se refere a câmaras de gás o autor o faz com aspas, isso deixa claro que para ele a existência delas é uma inverdade. A existência ou não das câmaras de gás e sua finalidade é que direcionará as investigações negacionistas desde então.

No decorrer do artigo o autor defende que mortes por “gaseamento” nunca existiram nos campos como uma forma planejada, as que ocorreram foram meros acidentes e sempre por culpa das vítimas.

Finalizando o artigo Robert Faurisson expõe sua intenção em escrevê-lo:

[...] I suggest, in order to begin at the beginning, that my adversaries provide me with a proof, one single clear-cut proof of the actual existence of a “gas chamber”, of a single “gas chamber”. Then we shall examine that "proof" together, in public. (FAURISSON, 2000: 08)

Podemos notar que Robert Faurisson assume que está em uma disputa. O autor se distancia de seus adversários quando estipula que uma discussão só pode ser possível partindo de algo que comprove as mortes por “gaseamento”.

Nos artigos publicados no *Le Monde* Robert Faurisson deixa claro que os Negacionistas buscam fazer história e criticar a forma como ela é tradicionalmente feita. Desde a publicação desses artigos os Negacionistas vêm ganhando força em seus argumentos, mesmo fazendo história em uma forma que não dialogue com seus opositores, o que não é necessariamente culpa apenas dos Negacionistas.

*La mentira de Ulises* de Paul Rassinier e os artigos de Robert Faurisson publicados no *Le Monde* são importantes porque criam a base para a negação da shoah, além de trazer os Negacionistas ao grande público.

## 2.2 O The Journal Historical Review

Será feita uma abordagem dos artigos do jornal de 1980 a 2002, visto que são os volumes integrais disponibilizados no site do *Institute For Historical Review*. Os volumes são consecutivos desde o número 01 corresponde a 1980 ao número 21 que equivale a 2002, com exceção do ano de 1987 no qual o jornal não fora publicado, assim, cada volume é correspondente a um ano, excedendo o volume 16 que corresponde aos anos de 1996-1997.

Do volume 01 que corresponde a 1980 ao volume 13 que corresponde a 1993 o jornal era dividido em 04 números, que eram publicados trimestralmente. A partir do volume

14, que corresponde a 1994 o jornal passa a ter 06 números, sendo publicado bimestralmente. Em 1987 não houve a publicação do jornal.

No primeiro período cada volume continha cerca de 20 artigos, sendo o volume 10 (1990) o que conta com maior número de artigos, 30 ao todo, e os volumes 06 (1985) e 07 (1986) os menores, com 15 artigos cada. No segundo período o número de artigos aumentou consideravelmente, com uma média de 80 artigos por volume, sendo o volume 15 (1995) o mais extenso, contando com 115 trabalhos e o volume 21 (2002) o menor, com 32 artigos. O número 21, aliás, conta com apenas 03 números, sendo o único nesse formato em todo o período analisado.

O aumento no número de artigos na década de 1990 se dá por iniciativa de Mark Weber, tendo em vista que a publicação deixa de ser trimestral para ser bimestral a partir de 1994, um ano após Weber ter assumido a edição do jornal. Ao todo se computa 869 artigos, sem contar as delongadas notas editoriais e comentários de artigos de edições anteriores que estão presentes no jornal até o volume 09 (1989).

Os artigos não seguem uma temática dentro de cada volume ou é escrito em torno de um autor, a exceção se dá nos volumes 04 (1983) e 12 (1992). No número 04 do volume 04 todos os artigos são de autoria de um só autor: Percy L. Greaves Jr, todos sobre o revisionismo com ênfase em Pearl Harbor, tema favorito do autor. O número 04 do volume 12 é temático, todo o número é dedicado ao relatório Leuchter<sup>31</sup>, tendo até mesmo um artigo do próprio Fred Leuchter.

Percy Greaves Jr em *The mystery of Pearl Harbor* (1983) que é o artigo mais emblemático da série de artigos assinados por ele na já destacada edição, procura demonstrar que o ataque surpresa de Pearl Harbor não fora um ataque surpresa. Para o autor o ataque foi algo acordado entre britânicos, estadunidenses e japoneses, assim sendo, responsabiliza o exército estadunidense e o chefe do Estado Maior general Gerge C. Marshal. Esse artigo resume a intenção da direção do jornal em fazer um número dedicado ao tema e especialmente a Percy Greaves Jr, demonstrar que a entrada dos Estados Unidos da América na guerra foi algo armado, como, aliás, a maioria dos fatos envolvendo a Segunda Guerra Mundial na visão dos Negacionistas.

---

<sup>31</sup> O relatório Leuchter é um documento pretensamente científico produzido por Fred Leuchter em 1988 para servir de prova na defesa do negacionista Ernst Zündel. O autor procura provar a impossibilidade do uso das câmaras de gás para o extermínio em massa, entretanto suas conclusões são colocadas em xeque por especialistas em química e engenharia.

Na edição de 1992 salta aos olhos um artigo do próprio Fred Leuchter, o trabalho traz como título *Is there life after persecution? The botched execution of Fred Leuchter* (1992), é uma espécie de testemunho sobre o que ocorreu com Leuchter após a *Tenth International Revisionist Conference* que ocorreu em Washington, DC, em outubro de 1990. O autor procura denunciar as perseguições sofridas por ele próprio após o caso do Relatório Leuchter, como podemos ver no seguinte trecho:

I will do that here today, except that, in this case, it is myself that I post mortem -- and the cadaver isn't dead! Much to the dismay of my executioners, the execution was so badly botched that I am able to stand here before you to speak the truth, and to tell the world that it is not myself, but the Holocaust story that is dead. I repeat for the record: I was condemned for maintaining that there were no execution gas chambers at Auschwitz, Birkenau, Majdanek, Dachau, Mauthausen, or Hartheim Castle. There's no proof for the charge, only innuendo, lies, and half-truths [...] (LEUCHTER, 1992)<sup>32</sup>

Após essa introdução o autor ocupa-se em demonstrar como sofreu uma perseguição, especialmente da comunidade judaica estadunidense. Em seu texto continua a afirmar sobre a validade de seu trabalho como engenheiro químico, mesmo não tendo autorização legal para tal, buscando invalidar o trabalho de químicos profissionais. Um marcante tom de perseguição é encontrado em todo o texto.

Com a publicação desse artigo-testemunho de Fred Leuchter e outros artigos que envolvem seu relatório ou até mesmo seu nome, como o de Mark Weber *Fred Leuchter: Courageous defender of historical truth* (1992) os Negacionistas buscam explicitar o quanto são perseguidos no meio acadêmico e intelectual.

Sobre os artigos publicados no período selecionado alguns autores ganham destaque, são eles Robert Faurisson, Mark Weber, Arthur Butz e David Irving, sobre a presença desses autores no período, encontramos os seguintes números:

Ano/Volume	Mark Weber	Robert Faurisson	Arthur Butz	David Irving
1980/01	1	3	3	–
1981/02	3	3	1	–
1982/03	2	1	2	–

<sup>32</sup> Ao referenciar artigos extraídos do *The Journal Historical Review* a respectivas referências conterão apenas o ano de publicação, visto que os artigos do periódico não são paginados.

1983/04	2	–	–	–
1984/05	–	1	1	–
1985/06	–	1	–	–
1986/07	1	2	–	–
1988/08	2	1	–	–
1989/09	–	2	1	–
1990/10	2	1	–	3
1991/11	1	1	1	
1992/12	11	1	–	–
1993/13	50	2	–	2
1994/14	20	1	1	1
1995/15	44	2	1	3
1996-97/16	17	08	1	–
1998/17	15	3	5	–
1999/18	9	3	–	1
2000/19	10	4	4	1
2001/20	5	4	–	1
2002/21	2	–	1	1
Total	197	44	22	13

Com a tabela podemos notar que os autores mais presentes no *The Journal Historical Review* de sua fundação até 2002 são Robert Faurisson e Mark Weber, tanto em número de artigos publicados quanto em presença nos volumes. Robert Faurisson só não teve

artigo publicado nos volumes 04 (1983) e 21 (2002) o que reforça o que temos dito sobre a importância do autor para os Negacionistas. Mark Weber 04 (1984), 05 (1985) e 09 (1989), ganhando importância gradativamente dentro do periódico, se tornando peça fundamental desde que se tornara editor do mesmo.

Arthur Butz é também um importante nome dos Negacionistas que sempre esteve presente nas publicações do grupo. Outro nome que ganha maior destaque especialmente na década de 1990 é David Irving, desde que o autor assume teses negacionistas esse é um nome muito presente no *The Journal Historical Review*.

Dois artigos de Paul Rassinier foram publicados no periódico no período em destaque, o primeiro foi *Letter to "The Nation"* que está no volume 04, número 02, edição de 1981, trata-se de um escrito de outubro de 1962. Paul Rassinier volta a aparecer no volume 12, ou seja, em 1992 com *The Holocaust in Perspective (letter)* que é uma carta que data de 1965. Destacamos a presença de Paul Rassinier para demonstrar o quanto esse autor é importante para os Negacionistas mesmo após sua morte.

No período analisado destacamos a presença de um artigo de Noam Chomsky intitulado *All Denials of Free Speech Undercut a Democratic Society* publicado no volume 07 (1986). O destaque dado ao trabalho de Chomsky se dá não por conta de seu conteúdo, no qual o autor faz uma defesa da liberdade de expressão de Robert Faurisson, mas é por conta do período em que ele foi publicado, é justamente nesse período que os Negacionistas buscam uma aproximação de Chomsky para dar respaldo a cientificidade de seus trabalhos. O apoio de Noam Chomsky a Robert Faurisson veio ser um importante trunfo dos Negacionistas em sua intenção de se firmarem na academia.

Merece destaque também um trabalho de Norman Finkelstein, trata-se de seu *The Holocaust Industry: Reflections on the Exploitation of Jewish Suffering*, publicado no *The Journal Historical Review* em 2001, ou seja, no volume 20. Esse trabalho veio a ser um dos livros sobre a shoah mais polêmicos da década, no qual o autor procura demonstrar o quanto o "holocausto" é lucrativo.

Todos esses trabalhos destacados são de autores que tratam a shoah e que de alguma forma dão respaldo às teses negacionistas, de um modo geral o *The Journal Historical Review* segue essa linha, ou são artigos de Negacionistas ou de autores que de algum modo favorecem seus argumentos. Exceção é o artigo *Denying the Holocaust: The growing assault on truth and memory* no volume 15 de 1995 da conhecida opositora dos Negacionistas

Deborah Lipstadt, na verdade é uma forma resumida do livro com o mesmo título em que a autora ataca veementemente os Negacionistas. É interessante vermos uma crítica tão ferrenha dos Negacionistas em seu mais importante veículo de comunicação.

Passemos agora para uma análise mais detalhada dos principais autores que publicaram no período em destaque, Mark Weber, David Irving e Arthur Butz. Para tal foi feita uma seleção de alguns artigos, levando em consideração a temática e a importância na tentativa de compreendermos as motivações dos Negacionistas, a forma como fazer seus trabalhos e como esses atingem o conhecimento histórico.

### **2.2.1 Mark Weber**

Selecionamos 04 artigos de Mark Weber entre os 197 publicados pelo autor no período em destaque. Sabemos que esse número não é suficiente para uma análise aprofundada da obra do autor. Entretanto, isso não é a intenção do presente trabalho, para o objetivo aqui exposto que é uma apresentação da obra do autor dentro do *The Journal Historical Review* esse número é suficiente.

Em *Declaration of Mark Edward Weber* (1982), primeiramente o autor faz uma auto apresentação, mostrando sua trajetória acadêmica e de pesquisador para respaldar sua declaração. Logo após essa apresentação, Mark Weber mostra como se tornou um negacionista. O historiador se envolveu com a temática quando aceitou o desafio de analisar o processo judicial que Melvin Mermelstein<sup>33</sup> moveu contra o *Institute For Historical Review*. Em sua análise, Mark Weber conclui que as provas de Mermelstein eram insuficientes e que não existem provas suficientes para afirmar judeus foram mortos por “gaseamento”.

A partir daí, Mark Weber no interior de sua declaração busca validar afirmações de estudiosos que são contrários a “tese” do “gaseamento” e desqualificar quem defende que houve mortes por gás nos campos nazistas. Weber deixa claro que essa discussão é objeto de disputa e que transcende os limites da ciência, sendo reflexo de uma disputa política. Defende que existe uma “história oficial” da shoah e que essa história está atrelada a determinado grupo político, sendo esse dominado por judeus, criando esses uma versão padrão para a História da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>33</sup> O *Institute For Historical Review* lançou em 1981 um desafio, quem conseguisse provar que ocorreram mortes por câmaras de gás durante a Segunda Guerra Mundial ganharia 50.000 dólares. Melvin Mermelstein, um ex-prisioneiro de campos nazistas aceitou o desafio e conseguiu provar, os Negacionistas não aceitaram suas provas e Mermelstein resolveu processar o *Institute For Historical Review*, vencendo o processo em 1984.

Weber (1982) defende que essa “história oficial” é feita sob erros de interpretação e por conta de desonestidade. Para defender seu argumento levanta a tese que já ganhava força entre os Negacionistas de que as mortes nos campos eram por causa do tifo e não como algo planejado pelos nazistas e seus aliados, que vem ser o argumento mais importante nessa declaração.

Na mesma linha do artigo selecionado, destacamos outro trabalho do autor que é intitulado: *The Importance of the Zündel Hearing in Toronto* (2000). Nesse trabalho Weber destaca o caso Zündel, que fora indiciado no Canadá por violar os Direitos Humanos, na verdade fora acusado de ato discriminatório contra os judeus. Sendo condenado por tal crime em 1988. Entretanto, como destaca Weber, a Suprema Corte do Canadá anulou a condenação de Ernst Zündel, declarando que tal acusação era arcaica e inconstitucional. Fato que Mark Weber computa como mais uma vitória do negacionismo.

No decorrer do artigo, Mark Weber mostra como Ernst Zündel e os Negacionistas foram perseguidos após o caso supracitado. O autor conclui que de certa forma toda essa polêmica envolvendo os Negacionistas é positiva, visto que faz com que esses reflitam sobre seus próprios paradigmas, e conseqüentemente agregue pessoas com posicionamentos diferentes, como ele mesmo salienta:

Holocaust revisionism, I repeatedly pointed out, is a “big tent” that includes writers, scholars and activists who sometimes disagree among themselves about specific historical issues. In this regard, I mentioned disagreements (aired in this Journal) between, for example, Jürgen Graf and Arthur Butz, and between Robert Faurisson and David Irving. I also pointed out that prominent revisionists have, over the years, modified their views about specific issues, in somewhat the way that Raul Hilberg, perhaps the most prominent “establishment” Holocaust historian, has strikingly modified his views over time. (WEBER, 2000)

Para o autor, ocorre que os sionistas internacionais deturpam as ideias dos Negacionistas passando uma visão distorcida da história da Shoah. E, tal como foi o caso de Zündel no Canadá, em diversas partes do mundo seu grupo é dramaticamente perseguido. Fica claro nos dois artigos selecionados que Mark Weber é incumbido de noticiar as perseguições que os Negacionistas sofrem pelo mundo, assim, em diversos momentos ele noticia confrontos judiciais envolvendo os Negacionistas. Explorar a alegada perseguição sofrida pelos Negacionistas é uma característica marcante nos artigos de Mark Weber publicados no *The Journal Historical Review*.

Os outros dois artigos de Mark Weber que analisamos são de certa forma semelhantes, trata-se de artigos ressaltando que importantes revistas de países distintos apoiaram os Negacionistas e suas teses sofreram perseguição. Trata-se de *Major French*

*magazine acknowledges Auschwitz gas chamber fraud* publicado no primeiro número do volume 15 (1995) e *No “Gas Chambers” Says Influential Japanese Magazine*, publicado também no volume 15 (1995), mas no número 2.

Em *Major French Magazine Acknowledges Auschwitz gas Chamber Fraud* (1995), Mark Weber noticia que a importante revista francesa *L’Express*, reconhece a “falsidade” sobre as câmaras de gás. Para tal, faz previamente uma descrição da revista, ressaltando sua importância na França, para depois apresentar o artigo de Eric Conan<sup>34</sup> *La Mémoire du mal*.

Mark Weber (1995, a) destaca que Eric Conan no artigo supracitado busca demonstrar que existem inúmeras falsificações no que diz respeito à história do Campo de Auschwitz e Birkenau. Weber conclui que o ponto chave do artigo de Conan é que os Negacionistas conseguem uma importante vitória, ou seja, o referido artigo, em uma importante revista reconhece que os Negacionistas sempre estiveram certos, como podemos notar no ponto “*Victory for Revisionism*” no artigo de Weber, no qual ele destaca:

This feature article in a leading French magazine is a great victory for Holocaust revisionism. On a key point, *L’Express* now acknowledges, the revisionists have been right all along. (WEBER: 1995, a)

Como pode ser facilmente notado, Mark Weber toma o artigo publicado na *L’Express* como uma vitória dos Negacionistas. Entretanto, trata-se de um autor especificamente, e, não do ponto de vista da revista de um modo geral. A publicação do artigo de Eric Conan pode ser entendida mais como uma vitória da liberdade de expressão do que necessariamente uma vitória negacionista.

O artigo de Conan ganha importância para os Negacionistas por ter sido publicado em uma importante revista francesa, no decorrer do artigo de Weber (1995, a) o autor anexa comentários sobre a importância da publicação de Conan. Entre os anexos encontra-se um de Robert Faurisson.

Em *No “Gas Chambers” Says Influential Japanese Magazine* (1995, b), Mark Weber destaca a publicação do artigo *The Greatest Taboo of Postwar World History: There were no Nazi “Gas Chambers”*, de autoria do médico japonês Massanori Nishioka, publicado na revista *Marco Polo* na edição de fevereiro de 1995. Trata-se de uma importante revista no

---

<sup>34</sup> Eric Conan, um jornalista e ativista político que trabalhou nos importantes periódicos *Libération*, *Monde*, *Esprit*, foi redator chefe do *L’Express*, e *Marianne*. Escrevendo juntamente com Henry Rousso o livro “A Memória do Regime de Vichy”.

Japão contando com uma tiragem de 250.00 exemplares por mês, sendo de editoração de uma importante e prestigiada empresa japonesa a *Shunju Bungei*. Além da *Marco Polo*, a empresa publica cerca de 10 revistas semanais e mensais.

Mark Weber (1995, b) vê como uma “boa má notícia” a publicação de um artigo negacionista na revista. Boa pelo fato de uma importante revista ter aberto suas portas aos Negacionistas visto que o artigo passou por uma avaliação de cerca de 5 meses e má notícia porque essa revista passou a sofrer uma forte perseguição, que Weber atribui a um “boicote sionista internacional”.

Pela avaliação que Mark Weber faz da publicação de Massanori Nishioka, nota-se ser esse artigo um trabalho Negacionista clássico. Visto que traz temas recorrentes entre os negadores da shoah, como o de que as mortes nos campos foram ocasionadas pelo tifo, que se proliferou por conta da falta de higiene adequada, especialmente por parte dos próprios prisioneiros. Outro tema recorrente entre os Negacionistas e que aparece no artigo de Nishioka é o da “denúncia” de que o sofrimento dos campos é utilizado pelos judeus para defender suas ações militares frente aos árabes.

Mark Weber (1995, b) busca fazer uma denúncia da perseguição sofrida pela editora *Shunju Bungei*. Segundo o autor, a princípio a editora respaldou o autor do artigo e a revista em questão, porém, com uma pressão por parte da comunidade judaica internacional, especialmente do Centro Simon Wiesenthal de Los Angeles, que montou uma campanha de boicote à *Shunju Bungei* esse apoio foi rapidamente retirado.

O fato é que em 30 de janeiro *Shunju Bungei* emitiu um comunicado de desculpas, no qual podemos ler:

We ran an article that was not fair to the Nazi massacre of Jewish people, and by running the article, we caused deep sorrow and hardship for Jewish society and related people. (REVISTA SHUNJU BUNGEI, Apud WEBER, 1995, b)

Em fevereiro todas as cópias da edição foram recolhidas, e, por fim, a Revista *Marco Polo* deixou de existir. Mark Weber vê como positiva a experiência da *Marco Polo*, pois segundo o autor:

One result of all this is that the English-language term "revisionism" has now entered the general Japanese vocabulary as a loan word, joining such words as "businessman" and "weekend". (WEBER, 1995, b)

Weber toma como uma vitória para os Negacionistas o caso ocorrido no Japão, mesmo o autor do artigo e a revista sendo perseguidos. Para ele, além de ficar claro que existe

uma perseguição internacional para com os Negacionistas, permanece como algo positivo o fato dos japoneses serem inseridos na temática negacionista.

Esses dois artigos de Mark Weber são exemplos de algo importante na participação do autor no *The Journal Historical Review*. Artigos dessa envergadura, ou seja, mostrando como os Negacionistas ganham espaço em diversas partes do mundo, sendo publicado por periódicos sérios e respeitados é recorrente nos escritos do autor no jornal. Artigos falando dessa “proliferação da verdade”, termo utilizado constantemente por ele são inúmeros dentro do *The Journal Historical Review*, entre os quais artigos falando de publicações na Ucrânia, Rússia, Bolívia, Argentina, Suíça e diversas outras partes do mundo, tal como a posterior perseguição sofrida pelos Negacionistas em todos os locais.

Mark Weber ganhou importância elevada no *The Journal Historical Review*, sendo não somente seu editor durante anos, mas também se constituindo no porta-voz dos Negacionistas, sendo responsável por denunciar as perseguições que tal grupo sofre pelo mundo, além de ser responsável por informar o público acerca das vitórias alcançadas pelo grupo.

No que diz respeito a inovações metodológicas e até mesmo ideológicas Mark Weber não traz novidades, apesar de ser o autor que mais publicara no periódico em destaque.

### **2.2.2 David Irving**

Destacamos dois artigos de David Irving publicados no *The Journal Historical Review*, trata-se de *Life Under Fire* (1993) e *So, Who Was Right, Then?* (2002).

O primeiro artigo *Life Under Fire*, data da época que David Irving adere às teses negacionistas, é uma declaração de 1992 apresentada na *Eleventh IHR Conference*, em outubro de 1992, publicado no *The Journal Historical Review* em janeiro de 1993.

Em *Life Under Fire* (1983) Irving primeiramente faz uma auto apresentação, deixando claro que mesmo aderindo às teses negacionistas ele não é um antisemita. Logo depois denuncia que após ter se tornado Negacionista, passou a sofrer uma ferrenha perseguição, especialmente na Alemanha onde está proibido de ir, todavia, declara que foi ao referido país clandestinamente repetidas vezes. Também relata que na Áustria país em que existe um mandado de prisão contra ele além de uma proibição de entrada. Conta como fora banido do Canadá e proibido de ir ao referido país palestrar, logo depois fala de sua detenção em Roma. Enfim, David Irving em seu primeiro artigo publicado no *The Journal Historical Review* procura se colocar como um mártir da causa negacionista.

David Irving logo após ratificar que é perseguido em diversas partes do mundo, faz uma defesa do direito de poder proferir suas conclusões, no qual podemos ler:

I admit that we may be wrong. Each of us in this room may be wrong on this or that matter. But I demand the Right to be Wrong! That is the essence of freedom of speech in any country.  
No one is going to define for us what the received version of history is or should be. But that is what they are trying to do now in Germany, and all around the world.  
(IRVING, 1993)

Defende que o que buscam é simplesmente revisar um determinado período da história defendendo a legitimidade de tal ação:

Every other aspect of world history is open to debate and dispute – except one. Anyone who challenges this one aspect of history is automatically, ipso facto, described as an anti-Semite. Jewish leaders are now saying that anyone who questions any aspect of the Holocaust is an anti-Semite. Of course, that's not true. We are just lovers of the truth, and determined to get to the bottom of what actually did and did not happen. (IRVING, 1993)

Como podemos ver na defesa do trabalho dos Negacionistas feito por Irving, nota-se que esse traz já em seu artigo de estreia a temática da verdade, buscando opor a forma como a história da shoah fora feita anteriormente com a forma como os Negacionistas fazem. Buscar revisar a história é algo legítimo, entretanto, o que chama a atenção nos trabalhos negacionistas e especialmente nos de Irving, é que os Negacionistas partem de uma premissa de verdade própria, a qual serve de padrão para suas análises e para possíveis avaliações de trabalhos sobre a shoah.

Em *So, Who Was Right, Then?* (2002), David Irving profere a pergunta acerca de quem estava certo logo no título de ser artigo, o que direciona o desenvolvimento do mesmo. Trata-se de um trabalho bem curto, no qual o autor busca demonstrar como a opinião pública e especialmente como novas evidências históricas corroboram as teses de que não houve mortes por “gaseamento” em Auschwitz.

No que diz respeito a inovações metodológicas David Irving não traz novidades importantes para os Negacionistas e tampouco para as análises da shoah, a novidade está em torno de seu nome, visto que esse já era um estudioso conhecido antes de se tornar um negacionista.

O que de importante David Irving acrescenta ao debate é uma discussão em torno da verdade e do direito de livre expressão. Antes de Irving aderir às teses negacionistas tais questões já eram presentes nas discussões que envolviam os Negacionistas, entretanto, com o referido autor, tais temas ganham maior notoriedade.

### 2.2.3 *Artur Butz*

Selecionamos três artigos de Arthur Butz para serem analisados no presente trabalho, são eles *The International “Holocaust” Controversy* (1980), *A Brief Introduction to Holocaust Revisionism* (1991) e *The Greatest Dirty Open Secret* (2000).

Em *The International “Holocaust” Controversy* (1980), o autor vem tratar da repercussão de seu livro *The Hoax of the Twentieth Century* e a polêmica causada por ele. Já no primeiro parágrafo do artigo, Butz expressa “the legend of the physical extermination of millions of Jews” (BUTZ, 1980). É sobre essa “lenda” que o livro do autor é escrito, como podemos ver Butz usa o espaço do *The Journal Historical Review* para reiterar seu posicionamento.

Arthur Butz (1980) busca demonstrar sobre que bases está a controvérsia que envolve não somente seu livro, mas toda a história da shoah e a tentativa de seu grupo de revisá-la. É o que ele faz já no início do artigo aqui analisado.

Nota-se que a tese de que a Solução Final seria meramente uma deportação dos judeus europeus ganha cada vez mais força, sendo um argumento presente nos trabalhos negacionistas, como podemos ver: “The German documents do not speak of exterminations. The term ‘Final Solution’ (*Endloesung*) meant the expulsion of the Jews from Europe, and the deportations to the east were a step toward that objective.” (BUTZ, 1980).

Tal argumento passa ser tratado pelos Negacionistas como um fato histórico irrevogável. Arthur Butz defende que as mortes nos campos não se deram por conta de ordens do governo nazista ou por conta de um planejamento, mas por conta de uma conjunção de fatores decorrentes da própria guerra:

The horrible scenes we found in the German camps in 1945 were the result of the total collapse, in the context of the total collapse of German industry and transport, of all German countermeasures against diseases, mainly typhus, that had plagued all German camps throughout the war. These German countermeasures had included periodic showers for all inmates and also extensive and periodic use of insecticides, such as Zyklon B, for disinfection purposes. (BUTZ, 1980)

Para Arthur Butz, as mortes ocorridas nos campos foram todas acidentais ou tendo como motivação questões internas da própria guerra. O autor trata essa questão para criticar o número de pessoas mortas durante a guerra, especialmente judeus. Logo após o trecho supracitado, Butz chega ao número 350.000 ou 400.000, sendo que desse provável número a minoria era de judeus.

Outro ponto importante da crítica de Butz é no que diz respeito às câmaras de gás, o autor argumenta: “Another tactic is to confuse the concept of a ‘gas oven.’ All crematorium ovens are ‘gas ovens.’” (BUTZ, 1980). Para os Negacionistas, a impossibilidade de comprovação de que câmaras de gás foram usadas para o extermínio físico de pessoas nos campos alemães impossibilita a comprovação do extermínio em massa. No trecho que acabamos de citar, nota-se a importância que Butz dá a questão.

Criticar o número de judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial é o cerne do livro do autor que dá origem ao artigo em questão. É também o que cria a controvérsia em torno de seu polêmico *The Hoax of the Twentieth Century*.

No ponto em que o autor explica o porquê da escolha do título de seu livro, está a parte mais importante de seu artigo, em que aponta para uma suposta fragilidade da tradicional história da shoah. Vejamos:

[...] However, at some point we undertook an investigation and discovered, remarkably quickly, that beneath the legend's face of granite there stood feet of clay. It is this focus on the feet of clay, that Revisionists have seen in the historical record, that creates a great psychological distance between the Revisionists and even many intelligent people, and sometimes causes the Revisionists to appear to be crusaders of some sort. Those who have not seen the feet of clay cannot have the degree of certainty that seems to accompany the Revisionists. [...] (BUTZ, 1980)

Esse trecho contém uma afirmação de elevada importância para uma análise dos Negacionistas, a descoberta por parte do referido grupo do “*feet of clay*”. Cabe a nós perguntarmos o que seria esse “*feet of clay*”? Antes de chegarmos a uma resposta, chamamos a atenção para o tom obscurantista dessa questão, visto na afirmação “*Those who have not seen the feet of clay cannot have the degree of certainty that seems to accompany the Revisionists*”. Deixa claro que essa certeza guia os Negacionistas em suas conclusões.

O que o autor chama de “*feet of clay*” é o número de mortes provocadas pelos nazistas e seus aliados no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Hoje sabemos que esses números não são exatos e que até mesmo seis milhões está muito distante do número real. Portanto, se esse for o “*feet of clay*” que os Negacionistas apontam para a tradicional história da shoah, eles mesmo devem revisar as bases de sua revisão.

Arthur Butz (1980) segue o artigo fazendo um apontamento importante de que a controvérsia envolvendo a história da shoah passa também por questões políticas. Isso demonstra que os Negacionistas são conscientes que o problema não é meramente teórico, essa é uma constatação que deve ser vislumbrada por todos os estudiosos da shoah.

Nas páginas que seguem o autor faz um importante levantamento de como o problema em torno dos Negacionistas foi ganhando notoriedade. Esse ponto será tratado em um momento propício no decorrer do presente trabalho, no qual será feito inclusive o uso do artigo de Butz.

Em sua conclusão, Arthur Butz (1980) expõe que os Negacionistas têm sofrido perseguições variadas, mas não vê essas perseguições como derrotas para seu grupo, pelo contrário, como podemos ver na seguinte afirmação:

I therefore am fully cognizant that it is harsh of me to make this observation: we should greet the fact of the persecutions, for they are symptomatic of success, and even the victims should be as elated over them as is psychologically possible in the grim personal circumstances they are in. (BUTZ, 1980)

De fato, os Negacionistas sabem usar bem a opinião pública a seu favor. Sempre que são perseguidos não têm vergonha de explicitar isso. A verdade é que desde então os Negacionistas são figuras presentes na sociedade acadêmica e intelectual, buscando cada vez mais seu espaço.

Esse artigo de Butz é importante no que diz respeito aos Negacionistas e uma análise sobre esse grupo por estar na primeira edição do *The Journal Historical Review*, e por já demonstrar certa consciência por parte dos Negacionistas do que envolve a discussão em torno da shoah. Por muitas vezes o grupo é tratado como meros agitadores ou pessoas que estão apenas destilando ideologias venenosas, com esse artigo fica claro que não é essa a situação, os Negacionistas sabem exatamente onde estão inseridos e seus argumentos não são algo desordenado e sem fundamento. Para o melhor trato do referido grupo, essas questões devem ser observadas.

Em *A Brief Introduction to Holocaust Revisionism* (1991), como o próprio título aponta, Arthur Butz faz uma curta introdução ao Negacionismo. É necessário ressaltar que o artigo é escrito em um contexto em que a polêmica em torno do livro *The Hoax of the Twentieth Century* de Butz estava no auge.

Arthur Butz aponta três razões principais para o que ele chama de “legend of millions of Jews killed by the Germans during World War II” (BUTZ: 1991). São elas: 1) a impressão inicial por parte de estadunidenses e britânicos que viram milhares de corpos amontoados nos campos, mesmo passando vários anos a primeira impressão ainda persiste; 2) a “lenda” se assegura nos documentos alemães que se referem à Solução Final, que para o autor são mal interpretados, visto que para ele a Solução Final tratava-se apenas de

deportação; 3) a impossibilidade de números corretos sobre a Segunda Guerra Mundial, o que faz com que a “lenda” se embase em estatísticas falsas e fabulosas.

Arthur Butz defende que a maioria dos historiadores que tratam a shoah está imersos em uma cegueira que condicionam suas conclusões. Para o autor, o contexto pós-guerra condiciona de tal maneira o estudo da shoah que criou uma verdade própria sobre a guerra e seus desdobramentos, mesmo os fatos utilizados para respaldar essas verdades não tendo ocorrido. Vejamos o seguinte trecho:

What we are offered in evidence was gathered after the war, in trials. The evidence is almost all oral testimony and “confessions.” Without the evidence of these trials there would be no significant evidence of “extermination.” One must pause and ponder this carefully. Were trials needed to determine that the Battle of Waterloo happened? The bombings of Hamburg, Dresden, Hiroshima and Nagasaki? The slaughter in Cambodia? Yet this three-year program, of continental scope, claiming millions of victims, requires trials to argue its reality. [...] (BUTZ: 1991)

Arthur Butz deixa claro sua desconfiança para com a forma com que a história da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos é tradicionalmente feita. Salienta que esse é o foco dos trabalhos Negacionistas, ou seja, demonstrar os erros estruturais e teóricos da tradicional história da shoah.

Fica claro no trecho supracitado a noção de prova que conduz os trabalhos do autor. Mesmo levando em consideração que ele não é um historiador de ofício e sabendo da existência de certas relutâncias dentro do próprio meio historiográfico no que diz respeito à história oral e ao trato de testemunhos em forma de literatura, ressaltamos que esses artifícios são e podem ser usados na investigação histórica.

A forma como esses vestígios do passado são usados também pode ser interrogado, afinal também ajuda a constituir o próprio passado, assim, o trabalho dos Negacionistas podem ser relevantes se esses mudarem o foco de suas perguntas.

Em *The Greatest Dirty Open Secret* (2000), Arthur Butz expõe porque não aceitou ser testemunha de defesa no julgamento de Fredrick Töben<sup>35</sup> volta a falar sobre a “*legend of holocaust*”.

Em seu argumento Arthur Butz deixa claro que não aceitou participar do processo por não acreditar que o julgamento estava interessado na verdade, sendo seu interesse meramente político para perpetuar a “*legend of holocaust*”.

---

<sup>35</sup> Töben foi julgado por “ofender a memória dos mortos” na Alemanha em 1999, por negar a shoah, sendo condenado a sete meses na prisão. O processo foi revisto e Töben voltou ser julgado em 2009, julgamento esse que se estende até hoje.

Nesse argumento podemos separar algumas questões interessantes acerca da noção de verdade do autor. O autor em um comentário que fez sobre o silêncio de Töben em seu julgamento deixa claro o que entende como verdade:

If I must conjecture the specific grounds for Töben's silence during the trial, I would guess that his protest is based on the impossibility of arguing the truth of any of the claims he has made, for which he is being prosecuted. I suppose in the court's eyes there is a certain amount of logic in that situation which, as so often happens, makes legal sense but not common sense. If, for example, there were a law outlawing the denial that Germany is on the planet Mars, and if I deny that Germany is on the planet Mars and am prosecuted for the claim, then the question of whether Germany is on the planet Mars is irrelevant to the question of whether I broke the law. Truth is no defense. In those circumstances I would adopt the strategy Töben adopted, silence, which for me would make both legal sense and common sense. (BUTZ: 2000)

Arthur Butz vê a impossibilidade dos Negacionistas se defenderem com o que ele entende como verdade, visto que para ele os “donos da história” forjam uma verdade própria. A questão posta aqui é interessante e deve ser levada em conta nas discussões envolvendo os Negacionistas: o entendimento acerca do que é verdade tanto para os Negacionistas quanto para os historiadores tradicionais.

Nota-se nos três artigos de Arthur Butz uma preocupação por questões teóricas, preocupação que não passa em outros autores que são historiadores de ofício, talvez isso que torne seu nome tão importante entre os Negacionistas.

As pertinentes perguntas acerca de como os Negacionistas chegam a suas conclusões? E, como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico? Deve ser feita mais uma vez.

Na análise dos artigos dos três autores selecionados podemos ressaltar algumas questões: 1) buscam denunciar o que chamam de “história oficial” alegando que os métodos como essa é feita é desonesto e desqualificado; 2) buscam revisar a história da shoah sob uma noção de verdade específica, alegando que a história da shoah é tradicionalmente feita sob uma noção de verdade falsa; 3) buscam questionar a forma como documentos são abordados, seu principal foco são as câmaras de gás, a Solução Final e os números da shoah.

Vimos com isso que os Negacionistas buscam desarticular a forma como a história da Segunda Guerra Mundial é feita, buscando criticar e invalidar seus métodos e posteriormente conclusões. Consequentemente invalidam a forma como a História é tradicionalmente feita.

Tais ataques passariam despercebidos se os Negacionistas não constituíssem um grupo forte e bem articulado, como podemos ver no *The Journal Historical Review*. O referido jornal agrega diversos autores, com diversas tendências, mas todos sobre a mesma tenda: a negação da shoah. Os autores relacionados e analisados aqui são importantes no interior da articulação negacionista de desqualificar a tradicional história da shoah. Outro autor importante no interior do Jornal é Robert Faurisson, que é analisado no presente trabalho com três trabalhos específicos.

## 2.3 Os métodos utilizados

No que dizem respeito à Teoria da História, as operações metodológicas são elementos essenciais para a validação do caráter científico da História. Assim, ao propormos discutir métodos não significa problematizar meramente as regras formais da pesquisa histórica. Isso porque sabemos da importância da significação cultural do passado, ou seja, a investigação do passado atende a interesses do presente, em busca de uma orientação temporal. O problema que é posto é o da compatibilização entre método e sentido.

Buscar-se-á especificamente a noção de documento, testemunho e a noção de prova para nos autores em destaque. Posteriormente, iremos em direção ao que seria uma Teoria da História e uma noção de verdade para os autores. Por fim, averiguar as motivações que levam a tais concepções, para enfim, refletir acerca do como isso prejudica o conhecimento histórico.

### 2.3.1 Paul Rassinier

No que diz respeito à noção de História que guia o autor, podemos ver:

La Historia es El libro de bordo da humanidad. Por esta razón es um inventario, y todo inventario debe ser exacto. Extender El de todas as acciones de los hombres, es la mission de los historiadores, y esta mission se limita a eso. Por conseqüente, ellos no se preocupan de ninguno de los imperativos de la moral, excepto de um solo: la búsqueda de la verdad. Con mayor razón son totalmente ajenos a los de la política, y esto es lo que explica el afán de objetividad que ha presidido todo lo que he escrito sobre la deportación. (RASSINIER, 2003: 159)

Tal argumento de Paul Rassinier explicita seu entendimento sobre o que é História e como deve ser o trabalho do historiador. Nota-se uma Teoria da História em que o

historiador deve limitar ao máximo o uso de aparatos estilísticos, pois por objetividade ele entende que a História deve ser feita com os historiadores meramente enumerando fatos.

Rassinier acredita que a História deve apenas registrar o passado, não deve refletir sobre ele, como fica claro na sequência de seu texto: “La sociología tiene necesidad de saber si se trata no de un genocidio – por otra parte, también la historia, pero solamente para registrarlo – [...]” (RASSINIER, 2003: 159). Essa concepção direciona os trabalhos do autor. É compreensível que Rassinier pensasse assim na década de 1950, entretanto, é inadmissível que os Negacionistas ainda tenham essa concepção de História, na qual excluem a validade de trabalhos que não forem feitos dessa maneira.

Notamos também com o trecho supracitado que Paul Rassinier tem uma noção de verdade bastante peculiar, para ele existe uma verdade que deve ser buscada a qualquer custo, tudo que fugir disso deve ser desprezado. A busca de uma verdade absoluta é um tanto quanto perigoso, mas é justamente sobre esse aspecto que trabalham os Negacionistas.

O tema é tão importante que a palavra “verdade” aparece 46 vezes em *La Mentira de Ulises*. Para Rassinier, é justamente ela, a verdade que guia seu trabalho, como pode ser visto em uma das apresentações de seu livro “En esta obra, donde se trata de la verdad y no del virtuosismo[...]” (RASSINIER, 2003: 77).

No ponto 2.1.1 do presente trabalho, quando é feita uma apresentação do livro *La Mentira de Ulises* fora ressaltado que Paul Rassinier faz uma análise de testemunhos tendo sua experiência como critério de validação para os testemunhos alheios. Testemunho/fato, testemunho/história e testemunho/verdade são conceitos que se encontram juntos em várias partes do texto de Paul Rassinier.

Paul Rassinier (2003: 78) acredita que as impressões pessoais dos testemunhos falseiam a história dos campos, visto que para o autor impressões pessoais devem ser excluídas da História. Para ele, os testemunhos servem para reunir fatos, e a História é simplesmente uma reunião de fatos.

No que diz respeito a documentos, não existe uma consideração explícita por parte de Paul Rassinier em seu *La Mentira de Ulises*, mas por diversas vezes pode ser notado o valor que o autor dá para os documentos.

Na análise que Paul Rassinier faz da já citada obra *Der Kommandant van Auschwitz spricht* de Rudolf Höss, afirma que o trabalho analisado contém algumas anomalias:

Entre estas otras anomalías, la primera que viene a la mente es la que recoge las órdenes de exterminio de origen gubernamental. De una de estas órdenes ya se ha tratado: la de hacer saltar todos los campos de concentración al aproximarse las tropas aliadas, con el fin de exterminar así a todos sus ocupantes incluidos guardianes. Hoy se sabe que esta orden, recibida por todos, esgrimida contra los acusados del proceso de Nuremberg, y abundantemente comentada por los Rousset, los inferiores a él y los Kogon, no ha sido dada nunca, y no es más que una invención del siniestro médico-jefe de la S.S. de la enfermería de Dora, el doctor Piazza, para granjearse la benevolencia de los aliados y salvar su vida. (RASSINIER, 2003: 140)

Nas páginas que seguem o trecho acima, Rassinier busca demonstrar que Rudolf Höss mente a respeito da Solução Final, visto que as mortes por gás eram esporádicas, sendo fruto de decisões individuais e não por conta de uma ordem oficial. O que nos interessa aqui é a importância dada pelo autor para a ordem documental, ou seja, já que não há um documento oficial com uma ordem expressa para extermínio por gás, isso não pode ter ocorrido.

Essa imputação material dada por Paul Rassinier ao documento é o que rege suas análises acerca da shoah e de trabalhos acerca desse evento. Essa concepção de documento ganha centralidade em suas análises, visto que ela está implícita nas concepções de verdade, testemunho e mesmo do que é História para o autor. Para ele, o documento deve ser tratado em uma forma literal.

Paul Rassinier busca pautar sua reflexão em orientações metodológicas, isso é evidente. Enquanto a esse uso, uma crítica deve ser feita levando em consideração o contexto que ele escreveu. Criticar suas concepções sem levar em conta o contexto em que ele chegou a suas conclusões é algo precipitado, a pergunta correta é: como o uso das concepções de Paul Rassinier afeta o conhecimento histórico? E, não o inverso.

Enquanto aos problemas diretos que Rassinier possa trazer ao conhecimento histórico, são irrelevantes, visto que interpretações desse estilo sempre estiveram presentes na História, ainda mais no contexto em que o autor escreve. No que diz ao uso das afirmações do referido autor no decorrer dos anos, a questão muda de forma.

O que torna as conclusões de Paul Rassinier perigosas é que certo grupo, os Negacionistas, buscam estabelecer um modelo de se fazer História que tenha a forma utilizada pelo referido autor como padrão. Além disso, buscam desqualificar a história da shoah feita seguindo outros modelos. Ou seja, buscam a partir das conclusões, especialmente da forma como o autor chega a elas, criar um modelo absoluto de se fazer a história da shoah.

Com isso, não quer dizer que o trabalho de Paul Rassinier deva ser descartado, o referido autor mesmo não trazendo nenhuma inovação metodológica relevante traz aspectos

importantes em sua obra. Especialmente buscando retratar aspectos dos campos que outrora ficavam esquecidos em livros de memória, tal como questões acerca da burocracia interna dos mesmos. Sobre a intenção de Rassinier ao escrever o livro em análise, o seguinte trecho é bastante esclarecedor:

Hay mucho de verdad en todo lo que se dice sobre los horrores de los cuales son escenario, pero también hay mucho de exageración. Hay que contar con el complejo de la mentira de Ulises que es el de todos los hombres, y en consecuencia también de todos los internados. La humanidad tiene necesidad de lo maravilloso, tanto en lo malo como en lo bueno, en lo feo como en lo bello. Cada uno espera y desea salir de la aventura con la aureola del santo, del héroe o del mártir y cada uno adorna su propia odisea sin darse cuenta de que la realidad ya se basta ampliamente a sí misma. (RASSINIER, 2003: 33)

As preocupações de Paul Rassinier são legítimas, buscar retirar o “maravilhoso” das conclusões históricas é algo que deve ser constantemente observado pelos historiadores. O que não é legítimo é transformar sua obra em um mapa a ser seguido para se chegar a “verdadeira história da shoah”, até porque a própria História nos ensina que tais mapas não existem.

### **2.3.2 Robert Faurisson**

Nos trabalhos do autor, observados aqui, a saber o *Three Letters from R. Faurisson to Le Monde -1978-1979-* (2000), que é a reunião dos três artigos de Faurisson publicados no *Le Monde* no fim da década de 1970 e que lhe deu notoriedade, que são: “The Problem of the Gas Chambers” or “The Rumour of Auschwitz” (2000); A letter from Mr Faurisson (2000), One proof, one single proof (2000) não há uma concepção de História que seja explícita.

Na busca de uma concepção de História que conduza o autor e uma consequente Teoria da História, existe a necessidade que seja analisada a concepção de prova em que o autor se pauta. Faurisson parece preso a uma concepção de prova, que para ele, é o que baliza os trabalhos de História. O que pode ser notado no interior dos três artigos em questão.

No entanto, é mais marcante no artigo One proof, one single proof (2000), uma pergunta torna-se necessária: que tipo de prova que Robert Faurisson procura? Não há nenhuma afirmação conclusiva nos artigos em questão, mas no fim de One proof, one single proof (2000), Robert Faurisson escreve:

For four years I have expressed the wish to debate publicly, with anyone whom the other side may care to name, “the problem of the gas chambers”. I am answered with court writs. But the witchcraft trials, like the witch-hunts, never proved anything. I know of a way to move the debate forward. Instead of repeating *ad nauseam* that there exists an overabundance of evidence to prove the existence of the “gas

chambers” (let us be reminded of what this supposed overabundance was worth for the former Reich’s mythical “gas chambers”), I suggest, in order to begin at the beginning, that my adversaries provide me with a proof, one single clear-cut proof of the actual existence of a “gas chamber”, of a single “gas chamber”. Then we shall examine that “proof” together, in public. (FAURISSON, 2000: 8)

O desejo expresso por Faurisson em buscar uma prova para ser averiguada em conjunto, apesar de toda a eloquência o desejo visa analisar uma prova sob critérios próprios. Para o autor uma prova só pode ser material para comprovar determinado fato, a participação do historiador deve se limitar a reunir essas provas, explicitando-a e não a explicando.

Para Robert Faurisson, um documento não deve ser interpretado, devendo ser tratado em sua literariedade, em sua concepção, um conceito não pode ser falseado ou haver uma mudança semântica do mesmo.

Existe uma incessante alusão a câmaras de gás por parte do autor, segundo o qual não havendo uma comprovação de mortes por “gaseamento”, logo a shoah não pode ser provada. Uma coisa é distinta da outra, o fato de não haver comprovação (segundo seus próprios critérios) de morte em massa por “gaseamento” não exclui a ocorrência da shoah. Ocorre que Faurisson e os Negacionistas buscam uma prova absoluta para a comprovação do evento histórico, não havendo essa prova eles colocam todo o evento em xeque.

Com isso, nota-se uma concepção de História que dá um elevado valor a artefatos materiais para serem utilizados como prova. Fica clara uma abjeção enquanto à interpretação de documentos, como podemos ler no seguinte trecho:

He will have noted that, in places where the German archives are declared to be “silent”, there is a tendency to interpret them. He will have seen that, where Third Reich documents are “apparently innocuous”, they are interpreted to the point, for example, of saying that “to treat accordingly” signifies “to gas”. He will have noted that the orders of Himmler either to build or to destroy the “gas chambers” are not in the least precise, the fact being that such orders apparently never existed. (FAURISSON, 2000: 6)

Robert Faurisson está argumentando que um leitor atento do *Le Monde* que acompanha o debate em torno dos Negacionistas a partir do fim da década de 1970 notará facilmente as questões levantadas por ele. O que nos interessa aqui é a forma como esse entende documentos e a sua interpretação, fica claro que Faurisson é contra a interpretação de documentos, sendo que esses devem ser tratados em sua literalidade.

Por se tratar de trabalhos curtos, cerca de 10 páginas a soma dos três artigos e por serem trabalhos voltados ao público não especializado, é difícil retirarmos questões pontuais tal como uma noção de História ou uma Teoria da História de tais textos, visto que não teorizam os métodos pelos quais os Negacionistas se guiam.

Apesar disso como já destacado podemos notar que Robert Faurisson se guia por uma concepção de História própria, que vê o trabalho do historiador de uma forma com que esse apenas enumere fatos, buscando os relacionar em uma cadeia lógica. Também acredita haver uma “história falsa”, ataca o que chama de “história oficial”, argumentando que “fábulas” do tipo do holocausto permeiam toda a História da Humanidade. Defende serem eles, os Negacionistas, incumbidos de desvendar a “verdadeira” história da shoah.

Fazemos então a pergunta necessária: como esses artigos de Robert Faurisson e a forma como ele os constroem afetam o conhecimento histórico? A princípio, Faurisson não traz nenhuma inovação metodológica importante nos três pequenos artigos analisados, portanto no que se refere a ameaças que uma metodologia específica traz é de certa maneira irrelevante.

Se no que diz respeito à forma o *Three Letters from R. Faurisson to Le Monde - 1978-1979* (2000) não traz grandes novidades, e, por isso não causa grande impacto, o mesmo não se pode dizer enquanto sua mensagem. É justamente nesses três artigos que o negacionismo atinge o grande público, revelando uma luta pela gestão da história e da memória da Segunda Guerra Mundial.

Os argumentos de que existe uma historiografia oficial da guerra e de seus desdobramentos e que existe um grupo que tem o intuito de revisar essa história são cada vez mais fortes desde então. O problema não é um grupo que busque revisar um determinado período histórico, a questão é que esse grupo coloca em dúvida toda a história desse período, alegando ser uma história feita sob bases duvidosas.

As ameaças no que diz respeito ao conhecimento histórico está no que diz respeito ao próprio estatuto desse conhecimento, visto que para Robert Faurisson toda a história da shoah feita antes dele e de seu grupo é uma história sem credibilidade porque é feito, levando em consideração critérios falsos. Essa alegação é uma importante base negacionista utilizada até nossos dias.

Vimos nos trabalhos averiguados que os Negacionistas fazem uma crítica à forma como a história da shoah é tradicionalmente feita. Para tal, fazem uso de uma noção de História peculiar, que dá um elevado valor a documentos materiais e um valor reduzido a testemunhos orais e em forma literária. Deste modo, nota-se que para os Negacionistas o trabalho do historiador deve ser caracterizado por critérios objetivos, buscando reduzir ao máximo às subjetividades que são características desse trabalho, entre eles a própria

interpretação dos documentos, que para os Negacionistas devem ser tratados em sua forma literal.

Os critérios utilizados em seus trabalhos são identificáveis e até passíveis de questionamento, o que não significa que eles não se pautam em critérios objetivos. No que diz respeito a uma análise interna de seus trabalhos, conclui-se que o que fazem é história. O que deve ser questionado a partir de então é acerca de como questões externas influem nessa história.

As ameaças que os Negacionistas imputam ao conhecimento histórico se dão especialmente por se tratar de um ataque organizado, é um grupo forte e articulado que busca desqualificar a forma com que a história da shoah é feita, alegando ser essa falsa e mentirosa. É interessante notar que ao proferirem tal crítica, estão criticando a própria História, seus critérios e seus métodos. Para um melhor trato às ameaças impostas pelos Negacionistas é necessário que sejam articuladas questões internas, ou seja, no interior de seus trabalhos e questões externas, ou seja, o que guiam esses trabalhos. No capítulo seguinte serão abordadas as questões externas.

## CAPÍTULO III

### UMA ANÁLISE DOS NEGACIONISTAS ENQUANTO GRUPO ORGANIZADO E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA

Como pôde um determinado grupo dentro da História chegar à conclusão de que a shoah não existiu? Tal pergunta implica em uma reflexão acerca de questões fundamentais para os historiadores: como fazer História e qual sua relevância para os homens? No presente capítulo, buscar-se-á entender como as teses de tal grupo pôde se estabelecer, buscando não uma discussão teórica com os Negacionistas, mas especialmente procurando tratar os motivos que conduzem seus trabalhos e suas conclusões.

Tal investigação visa tratar os Negacionistas buscando relacioná-los com os possíveis limites externos no trato da shoah. Importante tese do presente trabalho como já exposto é que possíveis limites internos e externos devem ser tratados articuladamente, o que é feito aqui, a separação de ambos é apenas uma opção metodológica, visto que as conclusões se articularão em momento propício no trabalho.

#### 3.1 Sobre as intenções dos Negacionistas

Buscar-se-á no presente tópico averiguar quais são as motivações que guiam os Negacionistas, visto que a problemática envolvendo o grupo em destaque está além dos limites historiográficos. Opor uma escola “exterminacionalista” a uma “não exterminacionalista” (negacionista) não abarca a problemática, visto que isso tende a fazer que optemos por um lado da disputa.

Luis Milman define as intenções dos Negacionistas e os problemas que esses trazem para os historiadores da seguinte forma:

O negacionismo, numa perspectiva estritamente historiográfica, não é uma interpretação alternativa, nem reacionária, nem mesmo nazistófila, do hitlerismo. Ele é uma construção ideológica de aparência histórica e, nessa condição, não suscita problemas ao nível da compreensão do Holocausto e de suas consequências o desafio que os negacionista nos apresentam é de outra natureza: na medida em que constroem uma versão fictícia da história e que essa versão produz efeitos políticos, os Negacionistas obrigam-nos não somente a refutá-los, mas a fazermos uma reflexão sobre a relevância do papel da História e *memória* para a educação humanista. (MILMAN, 2000: 115), (Grifo do autor)

Por trás da tentativa de negar o evento histórico em destaque, existe a intenção de descriminalizar o regime nazista, e com isso reabilitar o nazifascismo como alternativa

política. Portanto, os Negacionistas trazem problemas reais para a História, para Roney Cytrynowicz (2004: 53), os Negacionistas buscam apagar um evento verdadeiro em História com a inserção de mentiras, portanto para uma refutação deve haver uma articulação entre sua ordem interna e externa. Por isso é pertinente a pergunta: que há por trás dessa tentativa de negar a história da shoah?

Pierre Vidal-Naquet (1988: 150-151) defende que o negacionismo só conseguiu espaço após uma difusão maciça da shoah e uma espetacularização da mesma e de uma consequente transformação em linguagem acessível para as massas.

De fato, os Negacionistas fazem uso de todos esses aspectos para tornar abrangente seu discurso. As considerações de Pierre Vidal-Naquet supracitadas nos levam a um ponto de reflexão importante: o negacionismo existe em parte por conta da utilização feita da shoah mesmo antes do nascimento do grupo, ou seja, seu aparecimento nos alerta para a necessidade de nos policiarmos acerca da utilização da shoah, sua história e sua memória.

É necessário fazermos um breve resumo do surgimento da controvérsia em torno dos Negacionistas. A princípio os livros de Paul Rassinier não tiveram muita ressonância, tal como a negação da shoah em uma forma concisa. Arthur Butz (1980) aponta que entre 1972 e 1976 houve um “boom” de livros negacionistas em todo o mundo. Sendo o livreto de Richard Harwood *Seis milhões realmente morreram?* Que fora publicado na Grã-Bretanha em 1974 e uma carta de apoio a esse trabalho por parte de Robert Faurisson que causou certo tumulto na Sorbonne o ponto alto da controvérsia.

Foi com a exibição do documentário da NBC *Holocausto* inicialmente na Grã-Bretanha (1978) e posteriormente na Europa Central e as críticas virulentas de alguns autores Negacionistas tal como a publicação dos já referidos artigos de Robert Faurisson no *Le Monde* que veio a ser o estopim para o que os Negacionistas chamam de “controvérsia em torno do holocausto”. De fato, desde então os Negacionistas protagonizam um caloroso debate em torno da shoah.

Em torno dos Negacionistas estão personalidades de direita, esquerda, pacifistas, admiradores de regimes totalitários dentre outros, suas teses são utilizadas por grupos distintos, enquanto a isso uma pergunta necessária é: por que isso ocorre? Podemos ter uma elucidação ao vermos a força eleitoral de tal grupo.

O negacionismo tornou-se um empreendimento político de larguíssima escala, atendendo a anseios de vários grupos em todo o mundo. É sempre bom ressaltar que a

extrema direita europeia é responsável por uma parcela considerável dos votos daquele continente. Assim, os Negacionistas servem de ferramenta para esses grupos, além dos outros grupos já citados.

Pierre Vidal-Naquet (1988: 84), chama a atenção para o fato de que os Negacionistas procuram privar a sociedade de uma memória histórica, já que esses tentam nos obrigar, de certa forma, a provar algo que aconteceu. Para responder a tal grupo é necessário que façamos uso de todos os dispositivos disponíveis, para isso devemos entender como o antissemitismo é articulado no interior do grupo. Outro aspecto importante é saber a forma como eles tentam se inserir na história, o caso Noam Chomsky, que será tratado em momento propício é fundamental para isso.

### 3.2 Negacionistas e o antissemitismo

Iniciamos a presente reflexão com uma importante pergunta proferida por Pierre Vidal-Naquet: (1988: 84) “Como Auschwitz poderia escapar ao conflito das interpretações, à raiva ideológica devoradora?”

A intenção aqui é pensar o negacionismo e suas inspirações antissemitas de uma forma diferente, parte-se do antissemitismo em direção ao negacionismo e não o inverso como é tradicionalmente feito. Não é pretendido entender a negação da shoah para entender o antissemitismo, mas o inverso, uma melhor compreensão do antissemitismo é buscada na tentativa de compreendermos a negação da shoah.

Parte-se do princípio de não entender a negação da shoah como uma empreitada antissemita, mas entender o antissemitismo como uma das motivações para que esse evento histórico seja negado e principalmente como funciona o antissemitismo dentro da negação da shoah. Com isso, não quer dizer que não seja necessário uma reflexão apurada acerca do antissemitismo, ainda mais com as crescentes manifestações de uma extrema direita europeia.

Para a presente reflexão é necessário nos pautarmos primeiramente em uma definição de antissemitismo, para tal, pegamos emprestado a definição de Luis Milman (2004: 107): “Anti-semita<sup>36</sup> é qualquer indivíduo que cultiva sentimentos preconceituosos quanto aos

---

<sup>36</sup> O termo semita deriva de Sem, o nome de um dos três filhos de Noé (sendo os outros Cam e Jafé), ancestral de Abraão, de quem teriam vindo os hebreus, os árabes, os arameus, os fenícios e os elamitas. As línguas ditas “arianas”, deriva do sânscrito, teriam sido faladas originalmente pelos latinos, eslavos, gregos, celtas, germanos e persas, todos oriundos do grupo indo-europeu. Isso levou a confundir os indo-europeus, povos da Europa e da

judeus”. Entretanto, é necessário entender esse preconceito e a maneira como ele é articulado, visto que a forma de preconceito frente aos judeus mudou drasticamente no decorrer dos anos.

Hannah Arendt (1989: 17/55), defende haver uma diferença importante entre antissemitismo como ódio religioso e um antissemitismo como ideologia leiga, sendo que essa última apareceu apenas no fim do século XIX. Tal distinção que embora seja pouco observa quando o antissemitismo é tratado por autores que tem a temática como objeto de averiguação é fundamental para compreendermos os acontecimentos que envolveram os judeus no século XX, especialmente a shoah.

Colocar o antissemitismo que teve como episódio mais trágico a shoah como o mesmo motivador dos conflitos da Idade Média europeia é simplificar demais uma questão tão importante e tratar o tema de uma maneira reducionista.

Tal tratamento é objeto de crítica de Hannah Arendt (1989: 17), que fica explícito na censura que a autora faz a Norman Cohn bem no princípio da parte destinada ao antissemitismo em seu *Origens do Totalitarismo*. É interessante notar que grande parte dos autores que trabalham o antissemitismo cita Hannah Arendt em seus trabalhos, mas não fazem uso da distinção promovida pela autora no que diz respeito ao antissemitismo.

Para uma melhor compreensão do antissemitismo moderno passemos a algumas breves considerações sobre como os judeus deixaram de ser uma ameaça religiosa passando a ser uma ameaça política.

Para Hannah Arendt (1989: 17-18), no que diz respeito ao antissemitismo ouve um hiato entre o fim da Idade Média e o período moderno, sendo exatamente nesse período que o judaísmo se tornou um “sistema fechado de pensamento”. Isso ocorreu porque os judeus, sem qualquer interferência externa, começaram pensar que “as diferenças entre o povo judeu e as nações era, fundamentalmente, não de credo, mas de natureza interior”, e que a antiga dicotomia entre gentios e judeus provinha “mais provavelmente de questão étnica do que de discordância doutrinária”.

A autora acredita ainda que essa mudança de avaliação do caráter diferente do povo judeu, algo que veio ocorrer entre os “não judeus” bem mais tarde, apenas na Era do Esclarecimento contribuiu certamente para o nascimento do antissemitismo moderno (ARENDR, 1989: 18). É interessante notarmos que esse ato de auto interpretação por parte

---

Ásia, com uns supostos “arianos” que só existem nas construções teóricas dos filólogos do século XIX desejosos de opô-los aos semitas (ROUDINESCO, 2010: 43, Nota 6).

dos judeus está relacionado com todo um contexto externo que veio decidir os rumos da história europeia, visto que isso surgiu na época da fragmentação da cristandade europeia em grupos étnicos, que posteriormente alcançaram autonomia, dando origem aos Estados-nações.

Tal fato é de extrema importância, pois só a partir dessa autoconsciência que os judeus passaram buscar ser aceitos pela sociedade “não judaica”. Em linhas gerais, o antissemitismo moderno cresceu na medida em que o nacionalismo tradicional declinava, atingindo seu clímax no momento em que o sistema europeu dos Estados-nações com seu precário equilíbrio de poder entraram em colapso (ARENDR, 1989: 23).

Hannah Arendt faz um resumo da ascensão e queda dos Estados-nações europeus com relação ao povo judeu, que grosso modo consiste em:

1. Nos séculos XVII e XVIII, o lento desenvolvimento dos Estados-nações processava-se sob a tutela dos monarcas absolutos. Em toda a parte, judeus emergiam individualmente do profundo anonimato marginalizador para as posições às vezes atraentes e quase sempre influentes de judeus-da-corte, que financiavam negócios do Estado e administravam as transações financeiras dos seus soberanos. Essas modificações afetaram de maneira insignificante os judeus em geral e as massas que continuavam a viver dentro dos padrões correspondentes à ordem antiga.
2. Após a Revolução Francesa, que alterou bruscamente as condições políticas de todo o continente europeu, surgiram Estados-Nações no sentido moderno, cujas transações comerciais exigiam muito mais capital e crédito de que jamais dispuseram os judeus da corte. Somente poderia satisfazer às novas e maiores necessidades governamentais a fortuna combinada dos grupos judeus mais ricos da Europa ocidental e central, confiada por eles a banqueiros judeus que, por conseguinte, como banqueiros, precisavam de coletividades judaicas organizadas como a captação do dinheiro, e as apoiavam nesse sentido. Nesse período, portanto, começou a concessão de privilégios – até então só necessários, individualmente, aos judeus da corte – a camada rica que havia conseguido estabelecer-se, no decorrer do século XVIII, nos centros urbanos mais importantes.
3. Essa íntima relação entre judeus e governos era facilitada pela indiferença geral da burguesia no tocante à política geral e às finanças do Estado em particular. Esse período terminou com o surgimento do imperialismo (...) O imperialismo, por outro lado, minou as próprias bases do Estado-nação e introduziu no conjunto de nações europeias o espírito comercial de concorrência competitiva. Os judeus perderam então sua posição exclusiva nos negócios do Estado para homens de negócios de mentalidade imperialista, e sua importância como grupo declinou, embora alguns judeus conservassem individualmente sua influência como consultores financeiros e como mediadores inter-europeus. Esses judeus, contudo, em contraste com os banqueiros estatais, não precisavam do apoio e solidariedade das comunidades judaicas, como os judeus-da-corte dos séculos XVII e XVIII. Assim, isolavam-se delas.
4. Como grupo, o povo judeu do Ocidente europeu desintegrou-se juntamente com o Estado-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial. O rápido declínio da Europa após a guerra já os encontrou destituídos de poder, atomizado num trabalho de indivíduos mais ou menos ricos. Mas, na era imperialista, a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante; Para a Europa, desprovida de equilíbrio e de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade inter-europeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e desprezo, devido à sua falta de poder. (ARENDR, 1989: 34-35)

Os judeus europeus acompanharam as transformações históricas que o continente sofreu, não ficando alheios a elas e principalmente se beneficiando delas na medida do possível, visto que a própria inserção dos judeus enquanto europeus é resultante desse processo de transformações. Valendo-se da desarticulação da relação entre Estado e sociedade com o fim da Monarquia e o surgimento do Estado-nação, este último com a presunção de estar acima de todas as classes, sendo completamente independente da sociedade com sua pluralidade de interesses particulares, assim sendo, o único representante legítimo da nação como um todo. Pois bem, fora a brecha entre Estado e sociedade que possibilitou a inserção dos judeus na história europeia em termos de igualdade.

Antoine Compagnon (2011: 198-212) faz uma reflexão acerca da explicação do antissemitismo como arcaísmo, ou como subsistência do Antigo Regime destinada a ser varrida pelo progresso moderno, o autor alega ser uma ideia elaborada no final do século XIX e início do século XX, para tal pega como exemplo a França. Para Compagnon, em concordância com Hannah Arendt, essa ideia fez dos judeus da França mais vulneráveis ao antissemitismo moderno à medida que viam a sobrevivência do velho sentimento antijudaico. Para tal reflexão o autor faz uma análise de alguns textos do final do século, anteriores ao desencadeamento do caso Dreyfus.

Em resumo, o autor destaca que Renan defende que há uma assimilação do antissemitismo a um antimodernismo, visto que para esse autor os inimigos dos judeus são inimigos do “espírito moderno”. Com isso Renan propunha sugerir os inimigos do judaísmo aos do “espírito moderno”. Na verdade havia no antissemitismo, tal como defendido por Leroy-Beaulieu uma fusão de vários estratos históricos, desde a Idade Média Arcaica e socialismo quimérico, instintos reacionários e paixões revolucionárias, o que segundo o autor é o motivo por ele encontrar eco em meios tão diversos (COMPAGNON, 2011: 198-200).

Ainda em sua análise, Antoine Compagnon indaga de onde vem a premissa que ligava o judeu ao moderno. Encontra Darmesteter que fazia uma analogia entre os princípios originais do judaísmo e a ideologia moderna da ciência e do progresso. Para Compagnon, Darmesteter fazia do judaísmo um fermento do espírito moderno sob o Antigo Regime, isto é, da irreligião e do racionalismo. Para Darmesteter o judaísmo que sempre esteve em conflito com a religião dominante enfim chegou à presença de um estado de pensamento que ele não precisa combater, porque reconhece seus instintos e tradições. Para ele, o tempo da assimilação em massa finalmente havia chegado. Brunetière corrobora o pensamento de Darmesteter e acrescenta que o judaísmo que sempre foi progressista e constituiu a vanguarda

da civilização se encontra em concordância com a ideologia republicana de vocação universal da França. Tal concepção encontra seu ápice em Barnard Lázare, que considera o judeu o modelo do moderno (COMPAGNON, 2011: 200-205).

Antoine Compagnon prossegue demonstrando que os judeus foram vítimas da dessacralização da Europa cristã. Para tal, faz uso das análises de Leroy-Beaulieu, autor que recusa aos judeus o papel de principal na evolução do mundo moderno, sobretudo no que diz respeito a sua evolução em direção ao anticlericalismo. Leroy-Beaulieu inverte a causa, defendendo que são os judeus fruto da civilização moderna, ou seja, o judeu “dejudaizado”, o judeu laico, emancipado e assimilado que representa a verdadeira ameaça para a civilização francesa (COMPAGNON, 2011: 205-212).

O temor do judeu emancipado cria algo mais nocivo que a franca hostilidade antissemita. A luta contra o antissemitismo moderno, que buscou atenuar as relações entre judaísmo e modernismo leva a um novo tipo de antissemitismo, que mistura o antigo antijudaísmo com o antissemitismo moderno. Afinal, os judeus não são agentes da história, mas na medida em que se assimilam a esse novo período, tornam-se uma ameaça ainda maior. É justamente esse antissemitismo que levou à Solução Final e que alimenta a negação da shoah.

Se indagarmos se os judeus participaram da eclosão do “espírito moderno”, a resposta certamente será positiva, todavia os judeus não são os criadores nem os responsáveis por tal. É uma concepção exagerada de seu papel histórico atribuir toda a responsabilidade para os judeus no que diz respeito à criação e propagação do “espírito moderno”, são os judeus agentes históricos envolvidos em um contexto amplo e complexo, tal simplificação pode incorrer em erros perigosos.

Uma análise que seja feita sem contar com motivações antissemitas jamais imputará aos judeus uma responsabilidade central pelos caminhos que o continente europeu tomou até chegar ao século XX, tal como é injusto responsabilizar os judeus pelo conturbado princípio do século XX e seus desdobramentos.

Em outras palavras ocorreu que:

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha que provar que *não* era judeu ou descendente dos judeus; [...] (ARENDRT, 1989: 20)

Fazemos um pequeno corte no trecho do texto de Hannah Arendt para chamarmos a atenção para o fato destacado pela autora de o antissemitismo ser um dos motores da política nazista. O antissemitismo foi utilizado pelos nazistas em todo seu processo político na Alemanha, desde seu surgimento, ascensão e estabelecimento no poder. A partir da ascensão do III Reich o antissemitismo passa a se configurar em um problema de proporção global, como podemos ver na sequência do trecho supracitado:

[...] e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio a civilização ocidental. (ARENDR, 1989: 20)

O antissemitismo como vimos foi uma ferramenta política utilizada pelos nazistas, com o desenrolar da guerra, ganhou proporções assustadoras, culminando no genocídio. Não é o antissemitismo o único motivador da Segunda Guerra Mundial, e tampouco o mais importante, está ele inserido em um contexto amplo e complexo.

Esse argumento de Hannah Arendt é de elevada importância para a análise do antissemitismo e da ação dos Negacionistas. Entender o antissemitismo como único motivador do nazismo, da Segunda Guerra Mundial e da shoah é de fato algo reducionista, para Hannah Arendt (1989: 23), tal argumento é ultrajante ao bom senso.

O que levou aos eventos em destaque foi um misto de questões políticas vitais, elege o antissemitismo como culpado e os judeus como vítimas é um erro limitador para as análises do século XX. Pensar a Segunda Guerra Mundial e a shoah como uma questão de antissemitismo é pensar a guerra como um conflito entre judeus e alemães, o que jamais aconteceu, o que ocorreu foi um massacre.

A utilização dos judeus como “bode expiatório” para a Segunda Guerra Mundial, e pior, para a shoah, é algo recorrente. Sobre a teoria em questão e a necessidade de descartá-la, Hannah Arendt argumenta:

A teoria que apresenta os judeus como eterno bode expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo? Essa teoria defende a total inocência da vítima. Ela insinua não apenas que nenhum mal foi cometido, mas também, que nada foi feito pela vítima que a relacionasse com o assunto em questão. Contudo, quem tenta explicar por que um determinado bode expiatório se adapta tão bem a tal papel abandona nesse momento a teoria e envolve-se na pesquisa histórica. E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual deseja escapar ao castigo; torna-se um grupo entre outros grupos, todos igualmente envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina sua co-responsabilidade. (ARENDR, 1989: 26)

Tal reflexão de Hannah Arendt deveria ser ponto primordial das análises que tratam os judeus e a Segunda Guerra Mundial, pois, relacionar o antissemitismo com todo um

contexto de problemas que levaram a Segunda Guerra Mundial, contribui para o esvaziando da teoria do judeu como “bode expiatório”, reduzindo as possibilidades de utilização política da shoah. Talvez por isso Hannah Arendt tenha sido acusada de antissemitismo, como demonstrado por Elisabeth Roudinesco (2010: 150-153).

Usar os judeus como “bode expiatório” para a Segunda Guerra Mundial é acusá-los de serem agentes ocultos do mal. No entanto, o que nos interessa aqui é que com a desarticulação da teoria do judeu como “bode expiatório” desarticula-se um “possível” pilar dos argumentos negacionistas, a saber, o da “Conspiração Mundial dos Judeus” que é embasada na fraude dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. Usamos a expressão possível, por serem os Negacionistas amplamente acusados de ter tal “conspiração” como uma de suas bases argumentativas, mas que de fato não ocorre.

Sobre a autenticidade do referido documento é necessário reservar algumas linhas, mesmo esse sendo tratado como um documento inautêntico por todos os historiadores que trabalham o tema e não tenham como motivação o antissemitismo.

O mito da “Conspiração Mundial dos Judeus” tem como base uma declaração de por volta de 1840 em um livro literário de Osman-Bey, no qual o autor afirmava que um conselho judaico havia se reunido em Cracóvia na Polônia, para que o “povo eleito” pudesse confabular uma forma do judaísmo se propagar e os judeus dominarem o mundo. A partir daí, começa a longa confecção dos “Protocolos dos Sábios de Sião”, um livro com cerca de 25 (na maioria das versões) protocolos ou palestras com supostas declarações de membros desse conselho judaico (COHN,1969: 62-69).

Norman Cohn (1969) demonstra de forma contundente que o documento em questão fora forjado e como isso ocorreu. A partir de *Dialogue aux Enfers entre Montesquieu et Maquiavel* um livro de um advogado francês chamado Maurice July, publicado pela primeira vez em Bruxelas em 1864, Maurice July buscava com o livro fazer uma crítica ao governo de Napoleão III, o livro consiste em um diálogo entre Montesquieu que apresenta uma defesa do liberalismo e Maquiavel a favor de um cético despotismo, assim, através da boca de Maquiavel ele fazia uma crítica ao governo de Napoleão III, já que tal crítica era proibida de ser feita abertamente<sup>37</sup>. Enquanto ao trabalho de Maurice July, uma ideia genial, entretanto fora plagiado e os seus diálogos foram usados como uma suposta compilação de

---

<sup>37</sup> Em 25 de abril de 1865 Maurice July foi julgado e condenado a cumprir pena de quinze meses de prisão; seu livro foi condenado e confiscado (COHN,1969: 75).

arquivos secretos de uma “Chancelaria Central de Sião”, dando origem assim aos “Protocolos dos Sábios de Sião”. Por fim, até chegar aos moldes atuais, o “*Protocolos dos Sábios de Sião*” passou por uma história contraditória e desencontrada no que diz respeito a suas fontes e a seus autores, até que chega a sua forma definitiva em uma edição de Sergey Nilus de 1905.

O “*Protocolos dos Sábios de Sião*” foi amplamente difundido na Europa e posteriormente em outras partes do mundo, sendo este o principal propagador do mito da “Conspiração Mundial dos Judeus”.

Como vimos acima, a ideia da existência de uma organização secreta judaica que promoveu um complô internacional visando a dominação mundial não é criação dos Negacionistas, já estava presente na Europa há alguns anos. O que não impede que essa ideia seja usada pelo grupo em determinados momentos. Entretanto, algumas inverdades são ditas a respeito da utilização do mito da “conspiração mundial dos judeus” por parte dos Negacionistas. Exemplo disso é afirmar que Paul Rassinier o utiliza em *La mentira de Ulises* (2003), como podemos ver na afirmação de Odilon Caldeira Neto:

Rassinier é considerado o fundador do negacionismo, por conta do lançamento do livro “A mentira de Ulisses”, onde defende a ideia de que a Segunda Guerra Mundial havia sido armada por um complô judaico de dominação mundial. (CALDEIRA NETO, 2008: 1108)

Em parte alguma de seu *La mentira de Ulises* (2003) Paul Rassinier faz tal afirmação. O mesmo ocorre em todos os trabalhos negacionistas analisados aqui, em momento algum existe referência a uma “conspiração judaica internacional” visando dominar o mundo. Existem mitos criados em torno dos Negacionistas que são propagados por diversos autores, sendo que um aparte considerável deles não leem os trabalhos negacionistas.

Afirmar que os Negacionistas fazem uso do “Protocolos dos Sábios de Sião” como um documento autêntico é errôneo. O que podemos atribuir em relação a esse documento e ao uso dele pelos Negacionistas é o fato desse grupo não fazer nada para desmistificar a existência de tal conspiração e se aproveitar de um contexto que afirme tal existência.

Sobre o perigo do uso dos o “Protocolos dos Sábios de Sião”, Hannah Arendt alerta:

[...] Em outras palavras, se o número de pessoas que acreditam na veracidade de uma fraude tão evidente quanto os “Protocolos dos Sábios de Sião” é bastante elevado para dar a essa fraude o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos

acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar uma fraude. (ARENDR, 1989: 23)

Hannah Arendt se refere aos nazistas, mas podemos aplicar a todos os agentes históricos que fazem uso de tais artifícios. No que se refere ao “Protocolos dos Sábios de Sião” o importante não é uma investigação acerca de sua autenticidade, mas uma reflexão sobre como esse documento é tratado como autêntico e os resultados disso.

No que diz respeito aos Negacionistas, deve haver uma revisão por parte dos historiadores que tratam a utilização desse documento por parte do grupo, visto que como vimos não existe uma utilização do “*Protocolos dos Sábios de Sião*” como validador de seus argumentos como é comumente expresso. Neste ponto, nota-se que a problemática envolvendo o referido grupo é bem mais complexa do que se imagina, visto que estão inseridos em um campo de disputa, e que, até por isso são acusados de coisas que não fazem.

Ponto importante utilizado pelos Negacionistas e que está diretamente ligado ao que é tratado aqui é a eleição dos sionistas como inimigos, por serem esses os “donos da história da shoah” ou os “vencedores”. Nesse aspecto consiste uma importante estratégia de Robert Faurisson e seus seguidores para conseguirem adeptos: expor as ações do Estado de Israel frente aos árabes contrapondo com os horrores dos campos nazistas.

Isso é um estratagema interessante armada pelos Negacionistas, visto que é fácil se indignar com as atitudes políticas do governo israelense. É importante não permitir que o antissionismo seja um vetor do antissemitismo. Mas como se posicionar contra o Estado de Israel sem ser fazer disso uma atitude de antissemitismo? Elisabeth Roudinesco acredita que existem dois modos de criticar o Estado de Israel, que consiste em:

Um consistia em questionar o princípio de sua existência e o outro, sua política. Ora, questionar a existência de Israel corresponde a uma atitude de negação que pode autorizar a passagem do antissionismo ao antissemitismo e que, por isso, impede qualquer crítica política. Atacar a política colonialista da França nunca levou a questionar sua existência. (ROUDINESCO, 2010: 171)

A crítica dos Negacionistas consiste na primeira forma apresentada pela autora, e, conta com inspirações antissemitas, é uma crítica que tem como intenção relativizar os sofrimentos dos campos nazistas, visto que uma estratégia conhecida de Robert Faurisson e seus seguidores consistem em relativizar os acontecimentos dos campos para depois negar a shoah, assim sendo, fazem uso do antissionismo como uma ferramenta para chegar a negação da shoah.

A opção por partir do antissemitismo em direção ao negacionismo é pelo fato de entendermos o caso dos Negacionistas como uma ameaça não somente para com os judeus,

mas para com toda a História de um modo geral, visto que o objetivo da presente reflexão não é uma defesa dos judeus e seus direitos, mas uma reflexão acerca da utilidade e dos usos História.

Os Negacionistas não são apenas antissemitas, o que não exclui o fato deles serem antissemitas. A caracterização e denúncia dos Negacionistas em relação a seu antissemitismo são feitas acertadamente por todos os autores que trabalham o tema, tal como Elisabeth Roudinesco (2010: 151), Pierre Vidal-Naquet (1988) e Luis Milman (2000: 138/48) que afirma ser o antissemitismo a base conceitual do grupo.

Hannah Arendt ao falar da permanência do antissemitismo no pós Segunda Guerra Mundial faz um alerta que se encaixa perfeitamente aos Negacionistas:

Após a catástrofe final, isto é, após a aniquilação quase completa dos judeus da Europa, a tese do anti-semitismo eterno tornou-se mais perigosa do que nunca, pois ela poderia levar até à absolvição os mais tenebrosos criminosos entre os anti-semitas. (ARENDR, 1989: 28)

Ao jogar com o antissemitismo ou se aliar intimamente a ele, os Negacionistas expõem sua intenção ao negar a shoah: não se trata de uma revisão histórica, ou meramente histórica, mas de uma atitude política usando a História, que no fim acaba sendo História. Para tal, fazem algo que vai além do que alertava Hannah Arendt, inocentar os carrascos, vão além, defendem que não houve crime algum e para isso vão até as últimas consequências, negam a própria História, visando criar uma nova História.

O negacionismo se insere em uma tradição de antissemitismo, não é resultado (apenas) dele, faz uso dele. Se excluir o antissemitismo dos Negacionistas, exclui-se uma importante ferramenta do grupo, mas eles continuarão a existir. O antissemitismo é uma motivação dos Negacionistas, não a única, mas talvez a que lhes dão maior notoriedade, o antissemitismo de Robert Faurisson e seus seguidores é o antissemitismo político, tão caro aos Negacionistas. Por isso, para os inimigos dos Negacionistas desarticular o antissemitismo como “argumento” é uma excelente estratégia para desarticular a empreitada do grupo.

### **3.3 O caso Noam Chomsky**

A ligação de Noam Chomsky com os Negacionistas inicia-se em outubro de 1979, quando o referido autor a pedido de Serge Thion assinou uma petição em favor da liberdade de expressão, defendendo o direito de Robert Faurisson dar continuidade a suas pesquisas. A petição dizia o seguinte:

Dr. Robert Faurisson has served as a respected professor of twentieth century French literature and document criticism for over four years at the University of Lyon-2 in France. Since 1974 he has been conducting extensive independent research into the “Holocaust” question.

Since he began making his findings public, professor Faurisson has been subject to a vicious campaign of harassment, intimidation, slander, and physical violence in a crude attempt to silence him. Fearful officials have even tried to stop him from further research by denying him access to public libraries and archives. We strongly protest these efforts to deprive professor Faurisson of his freedom of speech and expression, and we condemn the shameful campaign to silence him.

We strongly support Professor Faurisson’s just right of academic freedom and we demand that university and government officials do everything possible to ensure his safety and the free exercise of his legal rights. (PETIÇÃO, Apud FAURISSON: 2011)

Tal documento foi redigido por Mark Weber que como já exposto anteriormente é um importante nome dos Negacionistas. É bem verdade que a petição em destaque não fora assinada apenas por Noam Chomsky, entretanto é justamente seu nome que vem ganhar destaque entre as 600 assinaturas reunidas pelos partidários da negação da shoah.

Sobre o conteúdo da petição não há nada demais, mas deve ser apontada uma inverdade: a Robert Faurisson não foi negado o acesso a documentos públicos, seu acesso é coibido em instituições privadas, em especial o *Centro de Documentação Judaica Contemporânea*. Outro ponto a ser destacado é que a “*the shameful campaign to silence him*” é uma campanha tendo em vista leis em vigor em alguns países, em especial na França e um embate no meio intelectual europeu que Robert Faurisson e seus seguidores se esforçam para esquivar.

Noam Chomsky encontrou forte desaprovação no meio intelectual por conta de ter assinado a petição em favor de Robert Faurisson, em especial de Pierre Vidal-Naquet. Sobre a adesão de intelectuais e em especial a de Noam Chomsky a petição, Pierre Vidal-Naquet expressa:

O escandaloso nessa petição é que em nenhum momento se pergunta se Faurisson está falando a verdade ou mentindo, e até apresenta suas “conclusões” (“findings”) como resultado de uma pesquisa “histórica”, ou seja, que procura a verdade. É fato que se pode sustentar que todos têm o direito de mentir e falsificar e que a liberdade individual comporta esse direito, reconhecido, na tradição francesa, ao acusado para sua defesa. Mas o direito que o falsário pode reivindicar não lhe deve ser concedido em nome da verdade. (VIDAL-NAQUET, 1988: 91)

As considerações de Pierre Vidal-Naquet são fruto de um intenso debate entre ele e Noam Chomsky, Vidal-Naquet procurou demonstrar o erro que o linguista estadunidense cometera. A resposta de Chomsky foi algo inesperado, convicto de ter agido corretamente ao assinar a petição escreve um ensaio intitulado *Alguns comentários elementares sobre os direitos de liberdade de expressão* (2004), autorizando que esse fosse usado em qualquer

ocasião. Mais tarde, Serge Thion sugeriu que o referido ensaio fosse usado como prefácio de um livro de Robert Faurisson o *Mémoire en defense*. Finalmente os Negacionistas galgaram êxito em sua empreitada, ascendem ao meio acadêmico tendo Noam Chomsky como padrinho.

Antes de tratarmos as implicações desse prefácio, uma pergunta torna-se pertinente: Quais seriam os motivos que levaram Noam Chomsky não retratar o que escrevera e para permanecer apoiando Robert Faurisson?

Para Elisabeth Roudinesco, o motivo inicial seria uma afronta do autor em relação à intelectualidade francesa, Noam Chomsky busca atrelar sua defesa de Robert Faurisson a uma crítica a certa parte dos intelectuais franceses, os quais esse elege como inimigos. Assim: “Chomsky nunca se arrependeu de seu gesto e terá até a impertinência de se fazer por vítima da cena intelectual francesa, adotando ao mesmo tempo uma postura idêntica à de Faurisson – e acusando ao mesmo tempo o Estado de Israel de ser negacionista” (ROUDINESCO, 2010: 174).

A questão nos remete a um tema pontual para uma análise dos Negacionistas, o embate pela administração da memória da shoah, o que será tratado de forma mais pontuada no próximo tópico. No trecho acima citado, podemos notar que existe um policiamento no que diz respeito a intelectualidade, tal policiamento existe não somente no que diz respeito a shoah.

A afirmação de Roudinesco sobre a posição de Chomsky em relação a certa parte da intelectualidade francesa é corroborada pelo próprio em *Alguns comentários elementares sobre os direitos de liberdade de expressão* ou como podemos colocar, o prefácio de *Mémoire en defense*:

Terei algumas coisas duras (mas merecidas) a dizer sobre certos segmentos da *intelligentsia* francesa, que demonstraram que não tem a mínima preocupação têm a mínima preocupação com fatos ou razão, como aprendi a partir de experiências pessoais desagradáveis que não recapitularei aqui. Certamente o que digo não se aplica a muitos outros, que mantêm um compromisso firme com integridade intelectual. Creio que as tendências a que me refiro são suficientemente significativas para merecer atenção e preocupação, mas eu não gostaria que estes comentários fossem mal-compreendidos como aplicando-se além de seu escopo específico. (CHOMSKY, 2004: 275)

É bem possível que essa tenha sido a motivação inicial de Noam Chomsky ao defender Robert Faurisson, pois, ainda seguindo as considerações de Elisabeth Roudinesco podemos notar que desde princípios da década de 1970 Chomsky começou uma cruzada condenando veementemente e incansavelmente o Dadaísmo, o Surrealismo, o estruturalismo,

o existencialismo e a fenomenologia, tal como todos os pensadores franceses que foram recebidos triunfalmente nas Universidades Estadunidenses.

É interessante notarmos que essa foi a primeira vez que o autor se envolveu em alguma reflexão acerca do antissemitismo, mesmo sendo filho de judeu Noam Chomsky sempre se manteve indiferente a problemática de seus contemporâneos sobre o tema. Colocou-se sempre em prontidão para denunciar o colonialismo e as injustiças promovidas por governos ao redor do mundo, mas seu desprezo pelos intelectuais franceses também atingia a problemática envolvendo os judeus europeus.

Pierre Vidal-Naquet ao indagar por que Noam Chomsky não se retratou após assinar a petição a ponto de escrever o prefácio de um livro que nega a shoah dá uma resposta mais polêmica que a de Elisabeth Roudinesco:

E mais: considerando-se intocável, inacessível a crítica, inconsciente do que foi o nazismo na Europa, engalado num orgulho imperial e num chauvinismo americano digno desses “novos mandarins” que outrora denunciava, Chomsky acusa todos aqueles que se permitem ter uma opinião diferente da sua de liberticidas. (VIDAL-NAQUET, 1988: 108)

A forma firme que Pierre Vidal-Naquet se refere ao autor em destaque se dá após um longo debate entre os dois já referido anteriormente, no qual Vidal-Naquet buscava convencer Noam Chomsky da gravidade das conclusões de Robert Faurisson e seus seguidores. Vidal-Naquet aponta que a vaidade de Chomsky como um entrave para que esse admitisse seu erro, especialmente após ter sido duramente criticado pelos intelectuais franceses, a quem guardava uma antipatia mortal. Para Vidal-Naquet (1988: 108) “Chomsky, como muitos outros intelectuais, é pouco sensível às feridas que abre e muito atento aos arranhões que tem de suportar”.

Nota-se no trecho de Pierre Vidal-Naquet que a discussão entre os dois passou para o lado pessoal, os ataques ultrapassam o campo da intelectualidade. Vidal-Naquet pouco discute os argumentos de Chomsky e ataca o fato desse ter apoiado Robert Faurisson. Por outro lado, as críticas proferidas contra o poio de Noam Chomsky ao referido autor fortalece sua convicção em apoiá-lo.

Encontramos no referido prefácio uma resposta dirigida aos intelectuais que o condenaram e a Pierre Vidal-Naquet:

Vidal-Naquet nos dá exatamente um motivo para achar a petição, e meu ato de assinala *scandaleuse*: a petição ele diz, apresentava as “‘conclusões’ de Faurisson *comme si elles etaient effectivement des decouvertes* (como se tivessem sido recém descobertas)”. A alegação de Vidal-Naquet é falsa. A petição dizia simplesmente que Faurisson apresentara seu “achado”, o que não é controverso, dizendo ou

implicando precisamente nada sobre sua validade. Talvez Pierre Vidal-Naquet tenha sido enganado por uma compreensão errônea da fraseologia em inglês da petição; ou seja, talvez ele entendeu mal a palavra inglesa *findings* (achados). Eu não implico nada sobre seu caráter ou validade; a alegação é perfeitamente neutra quanto a isto. Eu presumo que foi uma simples leitura errônea do texto que levou Vidal-Naquet a escrever o que escreveu, e sendo o caso ele irá, é claro, retirar publicamente a acusação que eu (entre outros) fiz algo *scandaleuse* ao assinar uma petição inócua pelos direitos civis, do tipo que todos nós assinamos freqüentemente. (CHOMSKY, 2004: 276)

Fica claro que a contenda entre Noam Chomsky e Pierre Vidal-Naquet também serviu como motivação para o *Alguns comentários elementares sobre os direitos de liberdade de expressão*. Entretanto, um detalhe não pode passar despercebido: a questão do suposto erro de compreensão da palavra *findings* por parte de Vidal-Naquet. Noam Chomsky está correto ao afirmar sobre a neutralidade da palavra “achados”, que tem um peso bem diferente de “conclusões”. Fica claro que a petição foi em favor dos direitos civis de Robert Faurisson e que não existe um apoio no que diz respeito aos “achados” do referido autor, mas apoia-se o direito desse continuar pesquisando. Ao trocarmos a palavra “conclusões” por “achados” muda-se necessariamente o tom do apoio de Chomsky a Faurisson.

De fato, o que Noam Chomsky escrevera no referido ensaio que veio ser usado como prefácio de *Mémoire em defense* fazia referência direta aos direitos civis de Robert Faurisson. Podemos ver isso claramente nos seguintes trechos:

Há algum tempo me pediram para assinar uma petição em defesa da “liberdade de expressão” de Robert Faurisson. A petição dizia absolutamente nada sobre o caráter, qualidade ou validade de sua pesquisa, mas se restringia bem explicitamente à defesa de direitos elementares que são tomados como garantidos nas sociedades democráticas, pedindo para funcionários governamentais e universitários “façam todo possível para assegurar a segurança e livre expressão dos direitos legais ‘de Faurisson’”. Eu assinei sem hesitação. (CHOMSKY, 2004: 275-276)

Em comparação, quando digo respeitar suas idéias, os direitos civis de Faurisson devem ser garantidos, isto é tomado como *scandaleuse* e faz-se muito barulho sobre isso na França. [...] (CHOMSKY, 2004: 277)

Podemos ver que a intenção inicial de Noam Chomsky era defender a liberdade de expressão de Robert Faurisson, enquanto a isso é louvável a atitude do autor, entretanto, o problema é o que Robert Faurisson e seus seguidores é o conteúdo de suas pesquisas e a forma como chegam a esses “achados”. Ponto importante a ser destacado é que Chomsky não leu o livro que seu texto serviu como prefácio e tampouco leu outros trabalhos de Robert Faurisson, assim, ele dá credibilidade a algo que desconhece.

Noam Chomsky defende ainda Robert Faurisson da acusação de antissemitismo a ele proferida em larga escala por conta de seus trabalhos. Vejamos:

Pondo esse assunto central de lado, é verdade que Faurisson é um anti-semita e neonazista? Como notado antes, não conheço bem sua obra, mas pelo que li – em

grande parte como resultado dos ataques contra ele – não encontro quaisquer evidências para apoiar qualquer conclusão. (...) Não tenho ciência de nada disponível para o público que apoie tais acusações. (CHOMSKY, 2004: 279)

A defesa de Noam Chomsky em relação ao antissemitismo de Robert Faurisson é um trunfo importante na estratégia dos Negacionistas de o elegerem como protetor trata-se não somente de um intelectual com capacidade reconhecida em todo o mundo, mas trata-se, sobretudo, de um intelectual judeu com a competência reconhecida em todo o mundo.

Com essa defesa fica claro que Noam Chomsky realmente não conhecia o texto que prefaciava nem tampouco seu autor. Pierre Vidal-Naquet introduz uma importante pergunta na busca de refletir acerca do antissemitismo de Robert Faurisson e seu apagamento no texto de Chomsky:

Escrever com a maior tranquilidade que, ao impor aos Judeus, a partir da idade de seis anos, o uso da estrela amarela, “Hitler preocupava-se mais com a segurança dos soldados alemães do que com a questão judaica” (*Verité... p. 190*) é antissemitismo? Não, com toda certeza, na lógica de Faurisson, pois, afinal, não há anti-semitismo prático possível. E na lógica de Chomsky? Inventar com todos os detalhes uma declaração de guerra imaginária a Hitler em nome da comunidade judaica internacional por um presidente de um Congresso judaico mundial imaginário, é anti-semitismo ou mentira? Talvez Chomsky possa levar a imaginação lingüística até o ponto de descobrir que existem falsos anti-semitas? (VIDAL-NAQUET, 1988: 104)

O fato de Noam Chomsky ter lido ou não os trabalhos de Robert Faurisson e dos Negacionistas não minimiza a gravidade da empreitada negacionista. Sobre isso Elisabeth Roudinesco conclui:

[...] a Chomsky certamente não faltava coragem na sua denúncia dos malefícios do colonialismo e do imperialismo americano, num contexto que o amálgama entre antissionismo e antissemitismo era particularmente virulento. No entanto, tendo sido o criador de uma teoria da cognição que esvaziava a subjetividade humana de qualquer forma de relação significativa com a língua e a linguagem, confundia análise política com moral e rejeitava tudo que o que pudesse se parecer com uma ordem simbólica qualquer. Também se recusava a hierarquizar os grandes sistemas de governança instalados pelos homens.

Ao colocar no mesmo plano o nazismo, o comunismo e o capitalismo, não faz nenhuma diferença entre o primeiro sistema, baseado na produção industrial de cadáveres, o segundo, que consistia de um desvio de um ideal de emancipação, e o terceiro, centrado no lucro e na mercantilização dos sujeitos. Por isso atacava esse último, considerando mais mortífero que os outros dois, porque era o das democracias que tinham a obrigação de ser “morais”. (ROUDINESCO, 2010: 178)

Noam Chomsky fora a favor da liberdade de expressão, mesmo que essa expressão tenha como intenção inocentar um regime assassino e servir como base para uma possível reabilitação do mesmo, sabe-se que os Negacionistas procuram, por meio do discurso, dar continuidade ao apagamento do massacre colocado em prática pelos nazistas e seus aliados. Acredita que com seu prefácio ele tenha defendido o direito de Robert Faurisson ter opiniões e não endossou suas opiniões. Por fim, isso não faz muita diferença, pois o que

Chomsky fez foi respaldar os Negacionistas em sua tentativa de habilitar seu discurso dentro da academia, e mais, na História.

Sobre essa tentativa de inserção na História, Elisabeth Roudinesco traz algumas considerações do físico belga Jean Bricmont, que segundo a autora é o melhor discípulo de Noam Chomsky:

Num artigo de 2008, preocupado em resumir “objetivamente” a polêmica, ele também valorizou a posição de Faurisson ressaltando que “sua pesquisa era de natureza mais histórica que sociológica ou filosófica”. (...) Bricmont afirmava que a questão da existência ou não do genocídio dos judeus fazia parte de um debate científico – e que, *por isso, nenhum negacionista deveria ser excluído do campo da historiografia*. (ROUDINESCO, 2010: 185) (Grifo nosso)

Como se vê, o discípulo exprimia em 2008 a mesma opinião que seu mestre, o que explica o motivo daquele prefácio de Faurisson. Portanto, segundo Chomsky, *um negacionista era um historiador como qualquer outro. E deveria ser levado a sério*. Com seu gesto, Chomsky tinha procurado reabilitar o negacionismo. (ROUDINESCO, 2010: 186) (Grifo nosso)

Nota-se com a análise feita por Elisabeth Roudnesco que a intenção dos Negacionistas de se inserirem no meio acadêmico e historiográfico torna-se cada vez mais forte, especialmente como apoio de Noam Chomsky. Ao lermos a análise da autora que citamos acima, logo existe a necessidade de buscarmos o artigo do próprio Jean Bricmont. No artigo intitulado *Un Homme-Faurisson: les suggestions de Jean Bricmont aux profs d’histoire* (2008).

Trata-se de um pequeno texto em que o autor busca fazer uma crítica a lei *Gayssot*, alegando ser essa contrária a simples liberdade de expressão. Para Jean Bricmont (2012) os historiadores profissionais mantêm uma postura de passividade perante a lei, visto que segundo ele deveriam buscar defender a liberdade de expressão, inclusive dos Negacionistas. A defesa que Bricmont faz dos historiadores Negacionistas é uma defesa da liberdade de expressão, ou seja, vê com legitimidade a possibilidade desses apresentarem suas pesquisas na academia. Como expresso no título, são apenas sugestões.

É sabido que Noam Chomsky deu continuidade em sua defesa de Robert Faurisson e seu grupo, mais especificamente e exclusivamente no que diz respeito à liberdade de expressão, o que pode ser notado na defesa de seu discípulo. O que interessa aqui é o caráter de legitimidade que o apoio de Noam Chomsky dá aos Negacionistas.

Uma coisa é uma defesa da liberdade de expressão, outra é uma defesa da validade de seus trabalhos enquanto pesquisa acadêmica. De fato, Noam Chomsky não faz a

segunda. Até porque para tal, deveria haver uma análise dos métodos pelos quais os Negacionistas chegam a suas conclusões, o que não ocorre.

O fundamental da defesa de Noam Chomsky em relação a Robert Faurisson é exatamente isso: respaldou possíveis defesas de que os Negacionistas fazem história. Mesmo esse tendo defendido apenas a liberdade de expressão de Robert Faurisson e seus seguidores. O importante não é simplesmente a defesa de Chomsky, mas especialmente como essa defesa é utilizada.

O fato essencial é que após a defesa veemente de Noam Chomsky pelo direito de expressão de Robert Faurisson e, por consequência de seus seguidores, sendo esse ato utilizado pelos Negacionistas como aporte fundamental para sua empreitada de validação de seus trabalhos enquanto História, as análises dos trabalhos negacionistas não devem ser feitas mais respeitando apenas uma ordem externa, ética, ideológica e política, visto que essas seriam insuficientes. Desde então, um exame dos trabalhos do referido grupo deve ser feita também na parte interna, ou seja, devem ser analisados os critérios utilizados para se chegar as conclusões proferidas por eles. Uma análise desses trabalhos deve ser feita aliando o que poderíamos chamar de uma ordem externa a uma ordem interna dos mesmos.

O que levou Chomsky a assinar a petição, escrever o ensaio que serviu como prefácio ou continuar apoiando Robert Faurisson e seus seguidores é uma questão de múltipla interpretação, mas o resultado disso não, com esse apoio, abriu caminho para inserção dos Negacionistas na academia. Existiam membros desse grupo dentro das Universidades, em especial nos Estados Unidos da América, entretanto, não ousavam apresentar suas “conclusões” ou “achados” como resultado de pesquisas “científicas”, após o apoio do respeitado linguista isso ocorre com frequência.

O caso Noam Chomsky é fundamental para a tentativa de inserção dos Negacionistas no interior da História, tal como para uma busca de compreensão dessa empreitada e possíveis respostas a ela. Existe a possibilidade de olharmos Chomsky como um arrogante que não vê seus próprios erros, como Pierre Vidal-Naquet o vê, podemos também o ver como alguém que foi enganado em um ardiloso plano negacionista. O ponto fundamental não é o que levou Chomsky a apoiar Robert Faurisson, mas o que isso acarretou.

Não criticar Noam Chomsky simplesmente por seu nome, sua competência acadêmica em sua área, que muitas vezes nem mensuramos exatamente por não conhecermos a fundo seu trabalho, é cair na armadilha negacionista. Deve haver respostas por parte dos

historiadores para com Noam Chomsky, pois sua ação desencadeia a tentativa dos Negacionistas destruírem a História como ela é feita e tentar construir uma história baseada em critérios próprios.

Desde Noam Chomsky, a negação da shoah, não pode mais ser vista meramente no campo ético/político e filosófico, assim, suas respostas não podem ser dadas apenas nesses campos. Os negacionistas se inseriram no campo historiográfico, devendo ser tratados também nesse campo, não o fazer é limitar as possíveis respostas a seus ataques.

Analisar os trabalhos negacionistas é necessário, visto que não são meramente um grupo de agitadores de esquina ou um movimento panfletário, trata-se de um movimento que ganha cada vez mais espaço dentro da academia e adeptos. Respostas no campo jurídico como a lei *Gayssot* na França ou qualquer outra lei que proíba os Negacionistas de cometerem excessos são válidas, tal como é necessária uma discussão no campo filosófico, no entanto, desde Noam Chomsky esse trabalho deve ser feito em conjunto ou servindo-se de conclusões provindas da História.

### **3.4 Os Negacionistas e a administração da memória**

Gestões políticas da memória e do passado estão presentes nas interpolações dos historiadores ao passado. É o que podemos chamar de usos do passado. Uma reflexão que trate esses usos deve necessariamente abordar a relação entre História e memória, sendo tratado levando em consideração o viés político da gestão do passado.

Enquanto a isso, Márcia Pereira dos Santos define:

A história, tal como se defende atualmente por um número significativo de historiadores, se define menos por um estudo do passado que por uma reflexão cada vez mais dinâmica sobre as relações entre passado e presente. A veracidade buscada não se vale mais de uma busca de um passado imutável, mas sim aquela que se forja na relação dinâmica entre o que se escreve/descreve/narra e o presente de quem o faz (...). (DOS SANTOS, 2007: 83)

A História não busca mais uma verdade inquestionável do passado, essa busca uma compreensão de como esse, se mostra ainda, nos diversos vestígios como um espaço de compreensão do presente.

Assim, o passado é estudado porque inquietações no presente compelem o historiador a ir a em sua busca, são as indagações do presente que orientam as perguntas a respeito do passado. Para Márcia Pereira dos Santos (2007: 83-84), um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõe o repensar sobre memórias constituídas e vividas com

uma intensidade política provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

A autora ainda chama a atenção com inspiração em Maurice Halbwachs, na verdade para a tese central desse autor, a de que a memória significa fundamentalmente reconstruir o passado a partir dos quadros sociais do presente.

O que nos interessa aqui ao resgatarmos essa discussão é que um grupo social sobrevive se articula como mantenedor de uma determinada memória. E que, em meio a tudo isso, na intenção de reconstruir o passado os grupos envolvem-se em lutas políticas abalizadas por memórias que, resgatadas e reatualizadas, pautam as defesas de identidade do presente. Os grupos tem na memória um ponto de apoio para justificar suas ações.

Ainda nos apoiando em Márcia Pereira dos Santos (2007: 84-85), pensamos a questão da memória que se articula fora dos quadros da história escrita. Sendo que a permanente expressividade da memória nos meios sociais tem uma feição política que mostra as formas como os sujeitos se posicionam no que diz respeito à realidade, na forma como esses a interpretam e agem sobre ela. É justamente aqui que a memória assume sua função política, no que diz respeito à defesa de si e de seu grupo. Deste modo, o passado emerge quando o presente permite.

É necessário que seja destacado que o conhecimento histórico é feito levando em consideração implicações do presente. Tal relação deve ser assumida no processo metodológico. Assim, a memória como fonte para a História, considerando essa (a memória) uma “potencializadora” de ações humanas, pode ser abordada pelo historiador na busca de perceber como o passado foi utilizado, em uma ação que se dá no presente com participações sociais e políticas diversas.

A busca do passado não é um mero exercício de reconstrução desse, mas uma ação que atende a interesses no presente, ação essa que está imersa em disputas do próprio presente. Sobre essa questão, mais uma vez recorremos a Márcia Pereira dos Santos:

Nessa ação a re-elaboração de si mesmo e do passado torna-se essencialmente o substrato da narrativa de quem se propõe a contar o passado, seja como ficção, rememoração ou como autobiografia. Nesse caso estabelecesse-se um vínculo especial entre lembrar, contar e agir, nascendo daí não apenas uma narrativa ordenadora do passado, mas que, dotando-o de sentido, se torna uma força que o coloca também nas disputas de memória do presente, que chamam os sujeitos à ação. (SANTOS, 2007: 88)

No entrelaçamento entre memória narrada e ação presente necessária, o narrador tem a noção, de sua dependência da memória para o exercício de sua função como

conselheiro do grupo. A memória não é algo ligado meramente ao passado, mas ao presente e ao que diz respeito à mudança do presente; por isso a ação dos sujeitos no presente. A problemática envolvendo o passado é bem mais importante do que lembrar e esquecer, está implícito a isso a quem interessa lembrar e esquecer determinados fatos e eventos.

Michael Pollak chama esse processo de enquadramento da memória, sobre como isso é feito o autor destaca:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. [...]. (POLLAK, 1989: 8).

O trabalho de “enquadramento” não é feito de forma aleatória, lembrando que o que está em jogo no trato dessa memória é também o sentido das identidades individuais e de grupo. Assim, o enquadramento é feito de forma cuidadosa e profissional, até porque esse não pode ser feito de forma desvinculada com o passado, e, de uma já existente interpretação do passado. É necessário ressaltar que a própria imagem que esse grupo forjou para si fora feita sobre uma interpretação do passado, com isso, esse “enquadramento” deve ser feito de forma com que não contradiga essa interpretação, ela pode contradizer outras interpretações do passado, não a sua própria.

O trabalho de “enquadramento” profissional da memória, que faz parte de um panorama mais amplo, que chamamos de administração da memória, é fundamental para a perenidade das organizações institucionais de uma sociedade.

Em meio a toda essa discussão é que os Negacionistas se inserem. O referido grupo se insere na História com a intenção de administrar a memória da Segunda Guerra Mundial tal como sua história, visando atender seus interesses no presente. Resgatemos a pergunta de Pierre Vidal-Naquet (1988:84): “como Auschwitz poderia escapar ao conflito das interpretações, à raiva ideológica devastadora?”

A verdade é que a shoah e todas as implicações que a envolvem também entra em um campo de disputa política. O fato de esse ser um evento que ganhou grande importância para a humanidade, sendo esse altamente traumático e com uma proximidade temporal curta não exime esse evento dessa busca de administração de sua memória.

Giorgio Agamben (2008: 19), acredita que as questões históricas sobre a shoah já foram respondidas, restando agora apenas questões éticas e políticas sobre essa. O problema é que as questões históricas estão relacionadas às questões éticas e políticas, por isso a reflexão sobre a construção dessa história é necessária levando em conta que há uma disputa que permeia tal construção.

Pensar que a shoah não passa por um processo de administração é pensar a História de uma forma que não problematize sua própria constituição como importante área do conhecimento. Não são apenas os Negacionistas que fazem uso da shoah na busca de gerenciar a memória do evento visando atender a demandas próprias. Um trabalho que vise problematizar a história da shoah deve sempre levar isso em consideração. Algumas denúncias são feitas em relação a isso, ou por parte de autores Negacionistas ou por parte de outros autores, tal como Norman Finkelstein (2006).<sup>38</sup>

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a história da Guerra e de seus desdobramentos tal como sua memória fora trabalhada sob a intenção de que essa não ocorra mais. Para tal, ouve uma construção gradativa das personagens envolvidas na Guerra, tanto por conta de novos documentos e vestígios que foram sendo descobertos tanto por conta da necessidade no momento de sua construção, levando em consideração todas as questões que acabamos de ver.

Destacamos que os judeus, em especial os estadunidenses tem grande participação na construção da história da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. Logo após a Guerra, essa não contava com o interesse da população comum, Norman Finkelstein (2006: 16) afirma que a sociedade estadunidense antes de 1967 não tinha interesse algum pela Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. Estudos sobre o tema ganharam força após 1967, segundo o autor questão que está ligada ao surgimento das Guerras Árabe-israelenses, aumentando exageradamente o número de publicações sobre o tema.

Para Finkelstein (2006: 18), a forma e o foco desses trabalhos também mudaram, passando para uma exaltação do povo judeu e de seu sofrimento. Assim, o povo judeu não é visto meramente como vítima, mas como perseguido. A questão é que a construção da história

---

<sup>38</sup> É necessário que ressalvas sejam feitas a respeito do livro *A Indústria do Holocausto: Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Primeiramente deve ser levado em consideração que algumas “denúncias” são exageradas, deve ser observada também a forma como o autor trata os documentos utilizados por ele no decorrer de sua pesquisa, não tendo o cuidado necessário no manejo desses documentos como requer o trabalho do historiador, por fim, é necessário ressaltar também que Finkelstein não é historiador. De um modo geral o livro é importante por se tratar de uma obra que se insere na temática dos abusos do uso da memória da shoah por parte dos judeus estadunidenses.

da Segunda Guerra Mundial tendo como principal foco as atrocidades promovidas pelo governo nazista em especial contra a comunidade judaica europeia se popularizou de 1967 até nossos dias, ao ponto de que a primeira imagem que nos vem à cabeça ao pensarmos na Guerra é a do sofrimento judeu.

Peter Haidu afirma que os judeus estadunidenses assumiram uma postura de guardiões da liberdade em especial na década de 1960. Vejamos:

In the wake of World War II, and largely as a result of it, Jews in the United States gained access to the professions in a sudden and brilliant social success. Having just won the equality promised its subjects by the state, a generation of young Jews, impelled by the ethical and political passion for justice that was their inheritance, embraced the struggles of others for emancipation. The moving celebrations of the Passover known as the Freedom Seders during the sixties were a point of suture between religion and history, when Jews placed themselves in the forefront of the struggles of others for the freedom and rights they themselves had just won as full subjects of the state. (HAIDU, 1992: 297).

O papel desses judeus nas lutas dos anos sessenta foi de uma extraordinária e generosa extensão de uma experiência histórica concreta, assumindo as lutas de outros grupos que ainda sofriam<sup>39</sup> como vítimas. Essas vítimas eram os pobres e negros na sociedade estadunidense.

Esse apoio dos judeus estadunidenses às minorias de sua sociedade não deve ser entendida como uma ação altruísta, por trás desse apoio e de um crescente intuito de se colocarem como “guardiões da liberdade” está a intenção de se colocarem como as maiores vítimas da Segunda Guerra Mundial. A isso ligamos os argumentos de Finkelstein apresentados anteriormente de uma postura frente o estudo da Segunda Guerra Mundial e a intenção da comunidade judaica estadunidense de ser a guardiã da memória da guerra, em especial do genocídio e mais especialmente do genocídio contra os judeus. Modificando e orientando a forma pela qual é entendida a guerra.

Para essa orientação na forma com que é entendida Segunda Guerra Mundial o sofrimento das vítimas (especialmente os judeus) dos campos de concentração, trabalho e em especial extermínio é explorado exaustivamente. Acontecendo certa banalização desse sofrimento, banalização que encontra graus assustadores no cinema, especialmente no cinema hollywoodiano como ressalta Saul Friedländer (1989, Apud KAES, 1992: 207). Para ele

---

<sup>39</sup> O verbo “sofrer” é empregado no pretérito porque a comunidade judaica estadunidense rompeu com os movimentos de defesa de minorias, em especial os negros na década de 1980.

ocorre que no cinema o genocídio nazista ganha grau de espetáculo, sendo usado comercialmente.

Acontece que para popularizar o genocídio nazista aos judeus é necessário que se popularize seu sofrimento, promovendo uma banalização do sofrimento humano. Assim, com a popularização dessa história tendo como artifício essa banalização acaba por criar uma situação irreversível, na medida em que essa história já popularizada após a década de 1960 é uma história que é ligada a esse sofrimento explícito.

Essa utilização do cinema para tratar a shoah “judaica” é algo pensado, sendo apenas um artifício em um jogo de uma estrutura mais ampla para administrarem essa história. Para Eric Santner (1992: 139ss), estão não meramente assumindo a administração do estudo desse período histórico, mas estão tomando esse período histórico da história alemã, pois também diz respeito a essa. Em sua argumentação cita Edgar Reitz, citação que tomamos emprestada:

There are thousands of stories among our people that are worth being filmed, that are based on irritatingly detailed experiences which apparently do not contribute to judging or explaining history, but whose sum total would actually fill this gap. We mustn't let ourselves be prevented from taking our personal lives seriously... Authors all over the world are trying to take possession of their own history and therewith of the history of the group to which they belong. But they often find that their own history is torn out of their hands. The most serious act of expropriation occurs when a person is deprived of his or her own history. With *Holocaust*, the Americans have taken away our history. (REITZ, Apud SANTNER, 1992: 150)

Ao lermos essas palavras apaixonadamente denunciadoras de Reitz devemos levar em consideração que esse está inserido em uma disputa para a administração dessa história, não cabe julgarmos se sua intenção é de suavizar a “Solução Final”, mas demonstrar que certo grupo estadunidense não poupou esforços para administrar as “representações” desse período histórico, tal como sua memória.

Nos últimos anos essa luta pela administração da memória da shoah tem ficado mais explícita, porque com o passar das gerações esse tema tem sido tratada de forma diferente na própria Alemanha, perdendo em parte sua conotação traumática de outrora. Além de ter sido introduzida na própria Alemanha com a queda da União Soviética outra memória sobre a Segunda Guerra Mundial, a da República Democrática da Alemanha (RDA) que fora construída sob outras bases e outras influências em relação à República Federal da Alemanha (RFA).

Ainda sobre a questão da administração da memória do genocídio nazista, um importante artifício na construção da memória como nos é passada e conseqüentemente em sua administração é a questão de Auschwitz<sup>40</sup> ser o símbolo máximo da barbárie da Segunda Guerra Mundial e, humana.

Ressaltamos que, como indica Roger Chartier (1990: 61): “[...] todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor [...]”. Um texto contém uma pluralidade indefinida de interpretações, até mesmo por isso existe a necessidade de certos grupos de esforçarem-se para conduzir ao máximo essas interpretações.

As imputações morais que alguns autores como Hans Kellner (1994) defendem no que diz respeito a escrever sobre a shoah, não se restringe apenas a quem escreve sobre, mas também por parte quem é o receptor desses trabalhos, afinal, os leitores também estão inseridos no “eterno presente”, os leitores também foram “criados” sob essa responsabilidade. Quando alguém lê um trabalho sobre o genocídio nazista espera encontrar um roteiro, roteiro esse que o isenta de culpa, mas não totalmente, afinal, ao leitor também se estende o dever do “nunca mais”.

Sobre a criação do leitor do “holocausto”, vejamos o que diz Kellner:

Creating a reader for the Holocaust has been the work of writers, artists, filmmakers, poets, and historians since the end of the war. (...) there was no Holocaust for anyone to experience or witness; it was an imaginative creation, like all historical events. The witness to a massacre is a witness to a massacre, a participant in a meeting may tell what he saw and heard. The events we have named Babi Yar or Wannsee, however, are not the Holocaust, nor even part of it until it has been imaginatively constituted. Creating the event means creating the reader who will recognize the event as an event when it is presented, and who can then follow its course according to the prevailing conventions of readability. (KELLNER, 1994: 140)

Para o autor, a criação do evento, ou a criação do evento segundo determinados moldes requer a criação de um leitor que reconhecerá esse evento. Essa criação do leitor da shoah traz consigo uma noção intrínseca: todo leitor da shoah imagina que Hitler fez algo errado contra os judeus; não que esse não tenha feito, mas é necessario ressaltar que não foi meramente contra os judeus. Então por que pensamos apenas nesses ao falarmos da guerra? Essa ligação é reflexo da construção desse leitor. O leitor da shoah espera que em algum

---

<sup>40</sup> Sobre o referido Campo(s) ser utilizado como campo símbolo da shoah fora tratado no ponto *1.1.3 Auschwitz*.

momento seja apresentado o sofrimento judeu, para que esse se indignue com tal atrocidade, para se ver como participante desse evento que tem conotação de um “eterno presente”.

Nunca é demais lembrar que a Primeira Guerra Mundial não existia antes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a noção de Primeira Guerra Mundial só existe após o término da Segunda Guerra Mundial. Porém, todo leitor, quando lê sobre a Segunda Guerra Mundial, a liga automaticamente a Primeira. Essa é a “guerra de Hitler” como é apresentada a Segunda Guerra Mundial, sendo mais importante que a Primeira, afinal, fora nessa que morreram milhões (de judeus).

A intenção aqui não é relativizarmos o sofrimento judeu, mas demonstrarmos que a História da Segunda Guerra Mundial, seus desdobramentos e especialmente a shoah também passa por transformações, utilizações e moldagens levando em conta implicações do presente.

O que os Negacionistas fazem é assumir que estão em uma disputa pela administração da memória da shoah. O referido grupo busca com seus argumentos transformar a forma como esse passado é visto, almejando desqualificar a história do período feito por autores que não compartilham de suas “conclusões/achados”. Para tal, (re)pensam o passado segundo critérios próprios. Acaso pensar o passado é uma anátema para os historiadores?

Pensar o passado é o que todos nós historiadores fazemos. A pergunta necessária é se é lícito e coerente a forma como os Negacionistas fazem. Lícito é, tal como todo estudo do passado, tanto os Negacionistas quanto os nazistas tem o direito de construir sua própria versão do passado, desde que respeitem os critérios básicos da História. Também é coerente, a coerência interna dos trabalhos negacionistas pode ser criticada sob critérios que não são os seus, tendo como base critérios próprios seus trabalhos são coerentes.

Como o que os Negacionistas fazem atinge o conhecimento histórico? O grande problema imposto pelos Negacionistas é que eles afetam um regime de verdade. Isso desestabiliza a forma como a história é feita. Com isso, desarticula-se pressupostos que pareciam irrevogáveis em História.

O passado é contado levando em consideração as demandas de diversos grupos, e, existem disputas para ver qual a concepção de passado se sobressairá sobre as outras. O que os Negacionistas buscam é fazer com que sua versão do passado sobressaia sobre as outras, visto que estão inseridos em uma disputa pela dominação de certos espaços políticos e sociais no presente, por isso buscam administrar a memória da shoah, através da construção de uma

história segundo seus critérios. Os Negacionistas sabem que tanto o lembrar quanto o esquecer constituem-se em instrumentos de poder.

Cabe aos historiadores reconhecerem que também são sujeitos da história. Suas ações são fruto do local que ocupam no mundo, o qual lhes cria demandas políticas. Portanto, cabe ao historiador revelar seu posicionamento social e político, pois sendo a história transformadora da memória, seu papel (do historiador) na sociedade não é inocente. Nesse ponto os Negacionistas estão à frente, visto que assumem seu posicionamento social e político.

## Considerações finais

O caminho percorrido, ao fim, revela que a tarefa de fazer uma leitura dos trabalhos negacionistas em História visando as possíveis ameaças que tais trabalhos trazem é algo complicado. No decorrer da pesquisa deve haver continuamente um policiamento acerca das conclusões, visto que existe sempre a possibilidade de cairmos em certas armadilhas que o discurso do determinado grupo propicia, ou por outro lado, os condenarmos previamente e injustamente.

Destacamos que a intenção do presente trabalho não é relativizar o sofrimento judeu ou de qualquer outro grupo perseguido pelos nazistas e seus aliados. Essa afirmação é feita vislumbrando todas as dificuldades teóricas e práticas que tivemos no percurso até chegarmos aqui. As dificuldades no campo teórico são mais visíveis no interior do trabalho, visto que buscamos não exprimir opinião prévia no decorrer da pesquisa, buscando explicitar as opções desde a questão conceitual até a escolha das obras e forma de leitura dos trabalhos negacionistas. No campo prático, é necessário destacar que por diversas vezes na apresentação da presente pesquisa tivemos que dar a justificativa que essa não tem a menor intenção antissemita ou de apoio a ideologias nazifascistas ou fascistas. Essas explicações foram dadas tanto no âmbito acadêmico como no não acadêmico.

Por fim, em definitivo, o que cabe debater em meios acadêmicos não é se a shoah é algo verossímil ou não, mas quais as implicações que a negação do genocídio judeu, de outros coletivos étnicos, ideológicos e religiosos por parte dos nazistas e seus aliados nos traz. Em nosso caso, mas especificamente no que diz respeito ao conhecimento histórico.

Para tal, buscamos compreender a empreitada negacionista, na medida em que em meio a um universo de críticas e acusações o grupo em destaque continua com suas pesquisas e conclusões, buscando cada dia mais um espaço dentro da academia. Para que a expressão “compreender” não seja interpretada de maneira equivocada, a noção de compreensão aqui utilizada é pautada na definição de Hannah Arendt:

Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocam sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido. (ARENDR, 1989: 21)

Pois bem, as questões que os Negacionistas trazem exigem compreensão, visto que no compreender está incluso encarar a realidade. O que é normalmente feito quando os Negacionistas são tratados é que há uma prévia apologia da História frente aos “ataques” que o referido grupo profere à mesma. Entretanto, preferimos não utilizar a palavra “ataque”, no lugar dela usamos: problemas suscitados pelos Negacionistas por conta de seus trabalhos.

As conclusões que chegamos estão longe de serem definitivas. Aliás, não sabemos até que ponto a expressão conclusão pode ser aplicada em História, visto que essa é constantemente reavaliada e refeita. Sem dúvidas é necessário que as investidas dos Negacionistas sejam objeto de reflexão em História, visto que esses estão negando um acontecimento importante de nossa contemporaneidade e fazendo uso da História para tal. Mas mais uma vez, não perdemos de vista que a discussão envolvendo os Negacionistas é ampla e que está em franco desenvolvimento, assim, o presente trabalho é apenas um esforço para refletir sobre a ação dos Negacionistas e os perigos que esses suscitam à História.

Cabe, a princípio, ressaltar que os Negacionistas não visam destruir a História como é comumente falado<sup>41</sup>, o que eles pretendem é substituir a história da shoah por outra escrita por eles. Ou seja, eles não pretendem destruir a História, pretendem reconstruí-la segundo seus próprios moldes. Por isso, os trabalhos dos Negacionistas vão além de uma simples revisão.

Os Negacionistas estão à margem de um discurso<sup>42</sup> dominante, buscando concorrer com ele. Aliás, buscando mais que uma concorrência, buscam os Negacionistas, que seu discurso seja hegemônico, para isso é necessário que seja feita uma desarticulação do discurso com o qual concorre.

Assim, os Negacionistas e toda a querela que os envolve a respeito do conhecimento histórico nos chama a atenção para o fato de que a História se relaciona com interesses que estão fora da esfera acadêmica. Isso nada mais é do que ressaltar que as histórias são feitas atendendo a demandas do presente.

Sabemos que o trabalho do historiador é feito em função de modificação das fronteiras sociais, isso obedecendo às batalhas do presente e do futuro, o presente molda em

---

<sup>41</sup> Basta vermos os trabalhos de Pierre Vidal-Naquet, Luiz Milman ou Deborah Lipstadt mencionados no decorrer do trabalho e devidamente referenciados na bibliografia.

<sup>42</sup> Ver nota 18.

muito o passado, aliás, o passado como conhecemos é fruto de reflexões do presente. Tais palavras não deveriam causar espanto a ninguém nem tampouco é uma novidade para a comunidade dos historiadores, sobre isso recorreremos mais uma vez as indicações de Marc Bloch:

Não obstante o que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou sua ausência, em tais fundos de arquivos, em tal biblioteca de manuscritos, em tal solo, salientam/reedificam/ substituem causas humanas que de forma alguma escapam à análise. Os problemas que impõem dessa maneira a transmissão das lembranças não interessam apenas a técnica dos nossos estudos. São eles mesmos problemas de história muito importantes, pois o que eles colocam em jogo não é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. E se a “passagem” não acontece, e por culpa dos dois principais responsáveis pelo esquecimento ou pela ignorância: a negligência, que extravia documentos; principalmente a paixão pelo segredo – segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias – que os esconde ou os destrói. (BLOCH, 1993, Apud MASTROGREGORI, 2006: 82)

Com isso ressaltamos que incluso no trabalho do historiador está explicitar e esconder vestígios do passado. Assim, como indica Bloch, é essencial ao trabalho do historiador buscar compreender não somente o porquê que certos aspectos foram exaltados, mas também o porquê que outros foram relegados ao esquecimento. Afinal, a memória que sobrevive, sobrevive em detrimento de outras e por motivos delineados. No caso da shoah não é diferente, ressaltamos que esse evento também está inserido em uma luta pela dominação do presente, para isso versões sobre o referido evento são construídas em História, visando demandas do presente.

Isso nos leva a um ponto de reflexão importante, a utilização da shoah para atender a interesses diversos no presente e, até que ponto isso seria correto. Na verdade, isso só explicita que os historiadores participam da tentativa dos grupos de dominação do real, participando na tentativa de domínio do simbólico. Neste ponto, existe uma alerta para a responsabilidade da prática historiadora, visto que essa pode respaldar, legitimar ou denunciar utilizações do passado por determinados grupos. No que diz respeito à shoah, essa é utilizada de diversas formas desde a revelação dos campos, os Negacionistas são apenas mais uma alternativa.

Como vimos, com base em textos de autores Negacionistas selecionados por meio de critérios explicitados no decorrer do trabalho, o que esses autores fazem, (repetindo, com base nos trabalhos analisado), não foge ao que é comumente feito em História. Talvez o que

fazem e que suscita tanta controvérsia a respeito de suas conclusões/achados é exatamente encobrirem fatos que são exaltados por outros historiadores e exaltar outros que são encobertos usualmente.

Então por que os vetos aos Negacionistas? A saber, esse grupo é visto como inimigo da História, sendo tratados como uma ameaça, seus trabalhos são tidos como falsificações e feitos sob formas desonestas. Como podemos ver no argumento de Luis Milman:

[...] na medida em que constroem uma versão fictícia da história e que essa versão produz efeitos políticos, os Negacionistas obrigam-nos não somente a refutá-los, mas a fazermos uma reflexão sobre a relevância do papel da História e *memória* para a educação humanista. (MILMAN, 2000: 115)

Não é que os Negacionistas não fazem História, é que a história que eles fazem desagrada a determinados grupos. Por isso existe uma necessidade de que eles sejam refutados. A afirmação de que os Negacionistas atenderem a interesses políticos é correto, entretanto é necessário que ressaltemos que não apenas eles fazem isso.

Não é a intenção isentar os Negacionistas de culpa ou respaldar seus trabalhos, mas devemos ressaltar que alguns mitos são criados em torno do grupo em destaque, como a suposta utilização do “*Protocolos dos Sábios de Sião*” e a conspiração tratada nele como documento e logo como fato histórico. Como vimos esse artifício não é utilizado pelos Negacionistas, pelo menos não nos trabalhos por nós analisados.

Contudo, chega a hora de buscarmos responder as perguntas centrais que direcionaram a presente pesquisa: como os Negacionistas chegam a suas conclusões? E, como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico? No que diz respeito a como eles chegam a suas conclusões, como fora exposto não difere muito do que é usualmente feito. Agora, no que diz respeito a como o que eles fazem atinge o conhecimento histórico a resposta é um pouco mais complicada.

Como já exposto, os Negacionistas atingem um regime de verdade, buscando desarticula-lo, mas essa não é a questão mais importante que o referido grupo no traz. Com base em nossa análise, podemos notar que os Negacionistas explicitam alguns problemas importantes do ofício do historiador e sua validade. Com suas conclusões demonstram que existem limites na forma como as sentenças históricas são postas, evidenciando que o referencial entre “fatos”, “representação” e “verdade” é altamente problemático. O exemplo

negacionista nos mostra que a tentativa de representar o passado está ligada a questões que são condicionadas pelo presente.

A verdade é que a shoah demonstra que nosso sistema de explicação é falho. Aí consiste de fato o perigo negacionista, pois de falho, esses elevam ao desnecessário. Por fim, não se pode esquivar dos problemas que os Negacionistas trazem à História, problemas esses que vêm nos desafiar enquanto historiadores.

Uma análise dos problemas envolvendo os Negacionistas nos faz ver a importância da História enquanto conhecimento válido, mas também nos mostra que esse conhecimento é condicionado a questões externas. Como tratado desde o princípio no presente trabalho, uma abordagem dos trabalhos negacionistas deve ser feita levando em consideração tanto questões internas desses quanto questões externas.

Sobre essa articulação entre métodos internos e questões externas nos trabalhos negacionistas, Elisabeth Roudinesco aponta:

A respeito do negacionismo, é sempre possível apresentar interpretações de textos, narrativas ou estudos críticos com a aparência de verdade – a ponto de conseguir conduzir os leitores por sua lógica –, embora sejam puras invenções, totalmente desprovidas de validade. Nos seus aspectos parciais, essas ficções nem sempre são falsas e, às vezes, até se fundamentam em fontes verdadeiras ou se apoiam em referências verídicas, mas nem por isso, uma vez construído o conjunto, deixam de constituir um fantástico sistema mentiroso. (ROUDINESCO, 2010: 200)

Com as considerações de Elisabeth Roudinesco chamamos a atenção mais uma vez para a necessidade de uma abordagem que se cerque de uma forma ampla, tratando não meramente aspectos externos, mas também os aspectos internos dos trabalhos negacionistas, visto que tal grupo faz uso da lógica para respaldar seus argumentos, utilizando de métodos comuns aos historiadores. A questão é com que propósito isso é feito, não é porque os seus métodos são demonstráveis e até mesmo validem seus trabalhos enquanto História que devemos ficar inertes no que diz respeito a seus propósitos.

É possível dizer, em certo sentido, que os Negacionistas fazem História em alguns pontos, com trabalhos isolados de determinados fatos, entretanto a negação da shoah como um todo é algo gritantemente absurdo. Não é pelo fato dos Negacionistas terem trabalhos relevantes em alguns aspectos, tal como o livro *La mentira de Ulises* (2003) de Paul Rassinier que traz aspectos dos campos de concentração até então esquecidos ou os trabalhos de Robert Faurisson como *O Problema das Câmaras de Gás e o Rumor de Auschwitz* (2000); *Uma Carta do Sr. Faurisson* (2000); *Uma Prova, uma Única Prova* (2000) em que o autor

denuncia que o número de seis milhões de judeus seria irreal (algo comprovado posteriormente) que valida os trabalhos dos Negacionistas como um todo.

Com as inserções dos Negacionistas em História, fica clara a necessidade de uma observação metódica do que é fazer História mais apurada, tal como deve haver uma observância das posturas do historiador no que diz respeito ao contexto que ele faz seus trabalhos. Por fim, a querela envolvendo os Negacionistas é positiva por explicitar fragilidades do conhecimento histórico e as formas como ele é feito, é uma importante oportunidade para que haja uma reflexão em prol do fortalecimento desse.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALMEIDA, Luana Chnaiderman de. A Reinvenção da Palavra Necessária, uma Apresentação do Filme Shoah de Claude Lanzmann. In: *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, V. 3, Ano 3, n. 1, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: ensaio sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo; Imperialismo; Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARONSON, Shlomo / LONGERICH, Peter. Final Solution: Preparation and Implementation. In: LAQUEUR, Walter (Org). *The Holocaust Encyclopedia*. New Haven / Londres: Yale University, 2001, Pp. 184-198.
- BARROSO, Gustavo (Tradutor). *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: História Colecion, 2009.
- BINES, Rosana Kohl. A Atividade Intelectual como Testemunho Solidário. In: *Revista Aletria*, V. 9, 2002, Pp. 175-187.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUN, Robert. The Holocaust and Problems of Historical Representantion. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Middletown: Wesleyan University, XXXIII – N 2, 1994. Pp. 172 – 197.
- BRICMONT, Jean. *Un Homme-Faurisson: les suggestions de Jean Bricmont aux profs d'histoire*. In: <http://blanrue.blogspot.com/2011/10/un-homme-faurisson-les-suggestions-de.html> (Acesso em fevereiro 2012).
- BRINKS, Jan Herman. Germany's New Righth. In: BRINKS, Jan Herman, (editor) et al., *Nationalist Myths and the Modern Media. Cultural Identity in the Age of Globalisation*, Londres: I.B. Tauris, 2005, Pp. 125-138.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929 – 1989. A revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

BUTZ, David. A Brief Introduction to Holocaust Revisionism. In: *The Journal Historical Review*. V. 01, n. 01, 1980.

\_\_\_\_\_. The Greatest Dirty Open Secret. In: *The Journal Historical Review*. V. 19, n. 05, 2000.

\_\_\_\_\_. The International “Holocaust” Controversy. In: *The Journal Historical Review*. V. 11, n. 02, 1980.

CALDAS, Pedro. Os Limites da Representação Historiográfica do Holocausto: Um exercício hermenêutico. In: *Revista Contemporânea – Dossiê Contemporaneidade*. Ano 01, n. 01. 2011. Pp. 156-169.

CALVINO, Juan. *Institución de la religión cristiana*. Barcelona: Felire, 1999. 5. ed.

CÂMARA, Vinícius Borgéa. Trauma e Representação: Entre o Reconhecimento da Cicatriz e o Holocausto como Tragédia. Rio de Janeiro: IUPERJ, *Cadernos de Sociologia e Política* 10, 2010, Pp. 99-116.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 2. ed.

CHARTIER, Roger. A Construção Estética da Realidade – Vagabundos e Pícaros na Idade Moderna. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004, n. 17. P. 33-51.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOMSKY, Noam. Alguns Comentários Elementares Sobre os Direitos de Liberdade de Expressão. A Justiça e a História. In: MILMAN, Luis (org). *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo*. Dos mitos e das críticas aos tribunais. Porto Alegre: Meridional, 2004, Anexo 1, Pp. 275-280.

\_\_\_\_\_. All Denials of Free Speech Undercut a Democratic Society. In: *The Journal Historical Review*. V. 07, n. 01, 1986.

COHN, Norman. *A Conspiração Mundial dos Judeus: Mito ou realidade?* Análise dos Protocolos e outros documentos. São Paulo: Ibrasa, 1969.

COMPAGNON, Antoine. *Os Atimodernos: De Joseph de Maistre a Roland Barthes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

CYTRYNOWICZ, Roney. A Justiça e a História. In: MILMAN, Luis (org). *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo*. Dos mitos e das críticas aos tribunais. Porto Alegre: Meridional, 2004, Pp. 44-60.

\_\_\_\_\_. As Formas de Lembrar e o Estudo do Holocausto. In: MILMAN, Luis / VIZENTINI, Paulo F. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2000. Pp. 183-194.

DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto? – A Aporia dos Nomes. In: *Arquivo Maaravi, Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, nº1, v.1, outubro de 2007.

DUNNING, Eric; MENNEL, Stephen. Introdução. In: ELIAS, Nobert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DUVENAGE, Pieter. The Politics of Memory and Forgetting After Auschwitz and Apartheid. In: *Philosophy & Social Criticism*. Londres: Sage, vol 25 n 3, 1999, Pp. 1-28.

ELIAS, Nobert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FAURISSON, Robert. Genocide by Teppathy [Raul] Hilberg Explains. In: *The Journal for Historical Review*, v. 18, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. The “problem of the Gas Chambers”. In: *The Journal for Historical Review*, v 1, n. 2, 1980.

\_\_\_\_\_. Three Letters from R. Faurisson to Le Monde (1978/1979). In: *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 3, 2000.

FINKELSTEIN, Norman. *A Indústria do Holocausto: Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006. 5. ed.

\_\_\_\_\_. All Denials of Free Speech Undercut a Democratic Society. In: *The Journal Historical Review*. V. 20, n. 01, 2001.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos (1920-1922). In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University, 1992.

FUNKENSTEIN, Amos. History, Counterhistory, and Narrative. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. Pp. 66-81.

GINZBURG, Carlo. Just One Witness. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. P. 82-96.

\_\_\_\_\_. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Pp. 211-133.

\_\_\_\_\_. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRAVES JR, Percy. The mystery of Pearl Harbor. In: *The Journal Historical Review*. V. 04, n. 04, 1983.

HAIDU, Peter. The Dialectics of Unspeakability: Language, Silence, and the Narratives of Desubjectification. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. Pp. 277-299.

IRVING, David. Life Under Fire. In: *The Journal Historical Review*. V. 13, n. 01, 1993.

\_\_\_\_\_. *So, Who Was Right, Then?* In: *The Journal Historical Review*. V. 21, n. 03/04, 2002.

JAY, Martin. Of Plots, Witnesses, and judgments. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. Pp. 97-107.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.

JIMÉNEZ, José. El Debate en Torno de David Irving y El Negacionismo del Holocausto. In: *Cadernos de Historia Contemporánea*, n. 22, 2000, Pp. 375-385.

KELLNER, Hans. “Never Again” is Now. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Middletown: Wesleyan University, XXXIII – N 2, 1994. P. 121- 144.

KANSTEINER, Wulf. From Exeption to Exemplum: the New Aproach to Nazism and the “Final Solution”. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Middletown: Wesleyan University, XXXIII – N 2, 1994. Pp. 144 - 171.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.

KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. A Negação dos Assassinatos em Massa do Nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. In: MILMAN, Luis / VIZENTINI, Paulo F. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2000. Pp. 97-114.

LACAPRA, Dominick. History, language and reading: waiting for Crillon. In: FAY, Brian; POMPER, Phillip; VANN, Richard T (Ed.). *History and Theory: contemporary readings*. Massachusetts, USA: Blackwell Publishers, 1998.

\_\_\_\_\_. Notes to page 109-110. In: FRIEDLANDER, Saul (org.) *Probing the limits of representation. Nazism and “The Final Solution”*. Cambridge; London: Harvard University, 1992.

\_\_\_\_\_. Representing the Holocaust: Reflections on the Historians Debate. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. P. 108 - 127.

LACERDA, Sônia. História, Narrativa e Imaginação Histórica. In: NAVARRO, Tânia. *História no Plural*. Brasília: Editora UNB, 1994, Pp. 09-42.

LANG, Berel. The Representation of Limits. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge; London: Harvard University, 1992. Pp. 300-318.

LANZMANN, Claude. *Shoah*. França: Documentário, 1985, (503 mim).

LAQUEUR, Walter. Final Solution: Public Knowledge. In: LAQUEUR, Walter (Org). *The Holocaust Encyclopedia*. New Haven / Londres: Yale University, 2001, Pp. 198-204.

LAQUEUR, Walter (Org). *The Holocaust Encyclopedia*. New Haven / Londres: Yale University, 2001.

LAUCHTER, Fred. Is there life after persecution? The botched execution of Fred Leuchter. In: *The Journal Historical Review*. V. 12, n. 04, 1992.

LIPSTADT, Deborah. *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*. Barcelona: I'AAARGH, 1999.

\_\_\_\_\_. *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*. In: *The Journal Historical Review*. V. 15, n. 05, 1995.

LUTERO, Martim. *Da liberdade cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 1983. 4.ed.

MARTINS, Estevão Resende (Org.). Memória Identidade e Historiografia. In: *Textos de História*. V. 10, n. 1/2, 1992.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Pp. 65-93.

MILMAN, Luis. A Democracia Dignificada. In: MILMAN, Luis (org). *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo*. Dos mitos e das críticas aos tribunais. Porto Alegre: Meridional, 2004. Pp. 60-72.

\_\_\_\_\_. (org). *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo*. Dos mitos e das críticas aos tribunais. Porto Alegre: Meridional, 2004.

\_\_\_\_\_. Negacionismo: gênese e desenvolvimento do genocídio conceitual. In: MILMAN, Luis / VIZENTINI, Paulo F. (org). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. O Ódio e a Esquiva. In: MILMAN, Luis (org). *Ensaio Sobre o Anti-Semitismo Contemporâneo*. Dos mitos e das críticas aos tribunais. Porto Alegre: Meridional, 2004, Pp. 138-160.

MILMAN, Luis / VIZENTINI, Paulo F. Neonazismo, negacionismo e extremismo político. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2000.

NETO, Odilon Caldeira. Negacionismo e anti-semitismo nos textos da Revisão Editora. In: *Literatura e Autoritarismo: dominação e exclusão social*. Revista N. 11, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989. Pp. 3-15.

POLIAKOV, Léon (Org). *História do Anti-semitismo: 1935-1993*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva/Editora Universidade de São Paulo: 1974.

RASSINIER, Paul. *La Mentira de Ulises*. Barcelona: I'AAARGH, 2003.

\_\_\_\_\_. Letter to "The Nation" In: *The Journal Historical Review*. V. 02, n. 02, 1981.

\_\_\_\_\_. The Holocaust in Perspective (letter). In: *The Journal Historical Review*. V. 12, n. 01, 1981.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Retorno à Questão Judaica*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III, Formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

\_\_\_\_\_. Historical Narration: Foundation, Types, Reason. In: *History and Theory: Studies in the Philosophy of History*, Beiheft 26: "The Representation of Historical Events". Middletown: Wesleyan University, 1987. Pp. 87 – 97.

\_\_\_\_\_. Holocaust – Memory and German Identity – Three Forms of Generational Practices. In: MARTINS, Estevão Resende (Org.). *Textos de História. Memória Identidade e Historiografia*. V. 10, n. 1/2, 1992. Pp. 95-105.

\_\_\_\_\_. Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas. *Textos de história, Revista do programa de pós graduação da UnB*, Brasília, UnB, 1996. Pp. 75 – 101.

\_\_\_\_\_. *Razão Histórica: Teoria da História, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reconstrução do Passado: Teoria da História II, os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2007.

SANTOS, Márcia Pereira. História e Memória: desafios de uma relação teórica. In: *OP SIS*. V. 07, n. 9. 2007.

SCHIAVIANATTO, Iara. Comentário VIII. Sobre o Campo de Visibilidade: Entre o Passado e o Futuro. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N./ Sér. v. 15. n. 2. jul-dez, 2007, Pp. 93-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Arte, dor e Kátharsis ou variações sobre a arte de pintar o grito. In: *ALEA*. V. 5, n. 1, jan/jun, 2003, Pp. 29-46.

SICRE, José Luis. *Introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 1994, 2. ed.

SILVA, Luiz S. D. Leituras do Historicismo Antes e Depois do Holocausto: Rüsen e Benjamin. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 1, Número 1, 2009, Pp. 32-42.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

VOIGT, André. O Holocausto, Entre o Realismo e o Relativismo Historiográfico: uma introdução ao estudo do Holocausto. In: *História e-história*, julho 2009.

WEBER, Mark. Declaration of Mark Edward Weber. In: *The Journal Historical Review*. V. 03, n. 01, 1992.

\_\_\_\_\_. Fred Leuchter: Courageous defender of historical truth. In: *The Journal Historical Review*. V. 12, n. 04, 1992.

\_\_\_\_\_. Major French magazine acknowledges Auschwitz gas chamber fraud. In: *The Journal Historical Review*. V. 15, n. 01, 1995.

\_\_\_\_\_ No "Gas Chambers" Says Influential Japanese Magazine. In: *The Journal Historical Review*. V. 15, n. 02, 1995.

\_\_\_\_\_ The Importance of the Zündel Hearing in Toronto. In: *The Journal Historical Review*. V. 19, n. 05, 2000.

WHITE, Hayden. *Meta História: A Imaginação Histórica no Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

ZIMMERMANN, Moshe. Memory and Israeli Identity. In: MARTINS, Estevão Resende (Org.). *Textos de História. Memória Identidade e Historiografia*. V. 10, n. 1/2, 1992. P. 105-111.